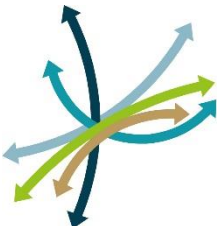


# RELATÓRIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL



2<sup>a</sup> REVISÃO  
PLANO DIRETOR  
**PDM** MUNICIPAL  
VILA NOVA DE FAMALICÃO

Esta página foi deixada propositadamente em branco.

## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	8
1.1.	PREÂMBULO.....	8
1.2.	ÂMBITO E OBJETIVOS DO TRABALHO.....	11
1.3.	METODOLOGIA DE TRABALHO.....	11
2.	O CONCEITO DE PATRIMÓNIO CULTURAL.....	13
2.1.	PATRIMÓNIO CULTURAL.....	13
2.2.	PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO.....	14
3.	FORMAS DE PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS.....	15
3.1.	O REGISTO PATRIMONIAL DE INVENTÁRIO.....	15
3.2.	O REGISTO PATRIMONIAL DE CLASSIFICAÇÃO.....	15
3.2.1.	MONUMENTO.....	16
3.2.2.	PATRIMÓNIO DE INTERESSE PÚBLICO.....	18
3.2.3.	PATRIMÓNIO DE INTERESSE MUNICIPAL.....	19
3.3.	P.D.M. - PLANTA DE ORDENAMENTO II - PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL 21	
3.4.	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E REGULAMENTOS.....	21
3.4.1.	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA: PATRIMÓNIO AZULEJAR.....	21
3.4.2.	REGULAMENTO: REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO (RMUE).....	21
4.	CARATERIZAÇÃO.....	23
4.1.	CARATERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL.....	23
4.2.	PATRIMÓNIO EDIFICADO.....	23
4.2.1.	PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO.....	23
4.2.1.1.	CASAS AGRÍCOLAS.....	24
4.2.1.2.	CASAS SENHORIAIS.....	25
4.2.1.3.	CASAS DE BRASILEIROS.....	26
4.2.1.4.	HABITAÇÃO SOCIAL.....	27
4.2.1.5.	ARQUITETURA DO ESTADO NOVO.....	30

4.2.1.6.	ARQUITETURA MODERNA.....	31
4.2.1.7.	ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA .....	32
4.2.2.	PATRIMÓNIO DIDÁTICO .....	33
4.2.3.	PATRIMÓNIO FERROVIÁRIO .....	34
4.2.4.	PATRIMÓNIO RELIGIOSO .....	36
4.2.5.	PATRIMÓNIO POPULAR E VERNACULAR .....	37
4.2.6.	PATRIMÓNIO MOLINOLÓGICO.....	39
4.2.7.	PATRIMÓNIO INFRAESTRUTURAL.....	40
4.2.8.	PATRIMÓNIO INDUSTRIAL.....	41
4.2.9.	PATRIMÓNIO GEO-ADMINISTRATIVO.....	43
4.2.10.	EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E EVOCATIVAS.....	44
4.3.	PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO.....	44
5.	DIAGNÓSTICO.....	59
5.1.	REVISÃO CRÍTICA.....	59
5.2.	PLANTA DE ORDENAMENTO II - PATRIMÓNIO EDIFICADO E ARQUEOLÓGICO 62	
5.3.	ANÁLISE.....	62
6.	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	65
	ANEXO I - FICHAS DE INVENTÁRIO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO PARA PDM.....	67

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Bens classificados como monumento nacional no concelho de Vila Nova de Famalicão.....	17
Quadro 2: Património classificado como de interesse público no concelho de Vila Nova de Famalicão.....	18
Quadro 3: Património classificado como de interesse municipal no concelho de Vila Nova de Famalicão.....	20
Quadro 4: Listagem dos bens constantes na Carta Arqueológica para o PDM.....	46
Quadro 5: Listagem das Igrejas e Capelas anteriores ao séc. XIX abrangidas por ZPA...	50

## ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

DOGU	Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
HE-FCP	Habitacões Económicas - Federação de Caixas de Previdência (HE-FCP);
IIP	Imóvel de Interesse Público
IVC	Imóvel em Vias de Classificação
MIP	Monumento de Interesse Público
MN	Monumento Nacional
MIP	Monumento de Interesse Público
PDM	Plano Diretor Municipal
PEPA	Perímetro Especial de Proteção Arqueológica
RJUE	Regime Jurídico de Urbanização e Edificação
RMUE	Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação
SAAL	Serviço Ambulatório de Apoio Local
SIP	Sítio de Interesse Público
ZPA	Zona de Potencial Arqueológico

*Aos arquitetos compete, se tal lhes for permitido, preservar património tanto como criá-lo: sempre assim aconteceu – com ou sem arquitetos. No que à História pertence, que o façam com rigor intransigente, afastando a tentação de deixar alguma assinatura por demais perceptível; para tal existe o campo vasto do que se vai construindo nos novos territórios (na condição de não comprometer o tecido, mais compacto ou menos, que a junção de casas consente).*

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. PREÂMBULO

O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

É, portanto, tarefa fundamental, salvaguardar e valorizar o Património Cultural, assegurando a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular. A proteção e valorização do Património Cultural são um instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais.

O presente relatório de caracterização e diagnóstico dos Bens Culturais existentes na área administrativa do concelho de Vila Nova de Famalicão decorre do conhecimento cada vez maior que se tem do território, da análise ao Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor publicado pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro, e de documentos, estudos, programas que têm sido elaborados no sentido de garantir a salvaguarda dos valores culturais em presença.

A oportunidade dada pela 2.ª revisão do PDM, permite expor de forma mais objetiva e esclarecedora a abrangência deste tema e a sua relevância na diferenciação deste território, como uma força de expressão cultural que nos identifica.

Os Bens Culturais abrangem não apenas a obra edificada ou arqueológica, mas também malhas urbanas, paisagens, itinerários, zona de proteção, etc., cujo valor cultural sobressai pelo seu conjunto, contexto e história dos lugares.

O território do concelho é vasto e profícuo em Bens Culturais que aparecem de forma isolada ou em conjuntos, de diferentes fases, sendo o inventário do Património Cultural uma amostra limitada desta nova perspetiva. É necessário reforçar a importância de uma contínua e constante atualização dos inventários pelos vários serviços municipais, como primeiro passo para a sua salvaguarda e preservação.

Desde os tempos mais remotos até aos tempos mais recentes, as marcas de património têm permanecido presentes por todo o concelho.

Os vestígios arqueológicos demonstram que este território já teria uma ocupação humana desde o Megalitismo, testemunhado pela existência de várias mamoas em diversos locais do concelho. No entanto, é na Idade do Ferro, durante o período denominado de “Cultura Castreja”, que este sofrerá mais mutações, na linha do que estaria a ocorrer em todo o noroeste da Península Ibérica. São muitos os vestígios no concelho deste período,



principalmente dos seus antigos povoados, apelidados de Castros, normalmente existentes no cimo dos montes. Entre eles, podemos destacar o das Eiras, Ermidas, Penices e São Miguel-o-Anjo. Um dos ex-libris deste período, a Pedra Formosa (encontrada no Castro das Eiras) pertencia a um complexo de banhos, que surpreendia pelas suas dimensões, composição dos espaços funcionais, elementos decorativos e monumentalidade.

Com a chegada dos Romanos, os quais introduzem um novo tipo de administração política, social, económica e até religiosa, os castros vão sofrer transformações, chegando alguns a aumentarem a sua área de influência e outros a serem abandonados. A população começa a deixar o alto dos montes e instala-se nas planícies, dando início a uma forma de habitat que vai revolucionar o território. Também, desta presença, vários vestígios materiais sobreviveram ao longo dos séculos, entre os quais os marcos miliários da Via XVI, algumas vias lajeadas e a Estação Romana de Perrelos, só para citarmos alguns.

Ao longo da Idade Média, verificam-se muitas alterações, em resultado dos vários domínios exercidos sobre as terras. É neste período que vão começar a surgir as grandes casas senhoriais, património de antigas famílias, com a traça arquitetónica dessas épocas, inclusive os respetivos portais de pedra, capelas e torres, e onde, por vezes, se mantêm recheios de mobiliário, decorações condizentes e arquivos familiares. As terras do rei, conhecidas como reguengos, pouco património construído nos deixaram desses tempos, com exceção dos Marcos da Casa de Bragança (elementos monolíticos de delimitação de terras), já num período temporal de finais da Idade Média e bem dentro da época moderna.

De mãos dadas com este poder civil, andava o poder eclesiástico. A Idade Média é o tempo dos conventos e mosteiros, erguidos por diferentes ordens monásticas, dos quais sobreviveram no concelho testemunhos desses antigos templos em Landim, Requião, Oliveira Santa Maria e Arnoso Santa Eulália. A reorganização da Diocese de Braga após a Reconquista Cristã, levou ao incremento do poder das paróquias nessas terras. Aos párocos, além da assistência espiritual, cabia-lhes a responsabilidade de edificar e zelar pelo património construído, nomeadamente Igrejas e Capelas, muitas delas chegadas até aos nossos dias, embora profundamente adulteradas ou reerguidas. É esta matriz religiosa que vai pautar a vida das comunidades até bem dentro do século XX, levando à proliferação, um pouco por todo o concelho, de espaços de culto e de devoção, individuais ou coletivos, particulares ou públicos, como alminhas, cruzeiros, capelas (muitas delas construídas por iniciativa de particulares) e vias-sacras.

É também durante a Idade Média e Moderna que este território, em resultado da sua posição geográfica, dentro da região de Entre-Douro-e-Minho, começa a ser rasgado por caminhos e estradas, ligando-se aos principais centros urbanos. De modo a ultrapassar alguns acidentes naturais, como os rios, foram edificadas várias pontes, ainda hoje

importantes para a circulação da população, com destaque para as pontes da Lagoncinha, São Veríssimo, Gravateira e Coura.

O território, até finais do século XIX, era profundamente rural, estando a economia intrinsecamente ligada ao setor agrícola. Como resultado desta ligação à terra, pelo concelho, vão surgir inúmeras casas abastadas, ligadas a famílias que obtêm da terra o seu rendimento, fazendo do seu património construído uma extensão do seu poder dentro do lugar ou freguesia onde se insere. A típica casa agrícola minhota, sobradada, ostentando a imponente chaminé de boca larga e albergando as funções residenciais (no andar nobre) e de apoio à atividade agrícola (piso térreo), começam a surgir. Muitas delas que ainda hoje se mantêm erguidas, sobrevivendo às mudanças dos tempos (pese embora o facto de já não possuírem a função agrícola de outrora). Como apoio a esta atividade agrícola vão surgir outros elementos auxiliares à produção da terra e à economia rural. Entre eles, os que merecem distinção, face à importância que assumiram ao longo dos tempos, e que ainda hoje proliferam pelo concelho (embora muitos estando atualmente devolutos ou cumprindo com outras distintas): os sequeiros (muitos com a respetiva eira, de granito ou xisto); os espigueiros (de tipo estreito ou largo); as estruturas molinológicas, sejam moinhos ou azenhas, respetivos açudes e canais de rega; os aquedutos para transportar água; as fontes e chafarizes para abastecimento de água; entre outros.

A excelente posição geográfica vai também ser importante para este território, que passa a ser beneficiado com a introdução do comboio no último quartel do século XIX. Ao todo, o concelho passa a ser dotado com três linhas férreas, permitindo a ligação pela “estrada de ferro” ao Porto, Braga, Guimarães, Póvoa de Varzim e a Valença. Foram construídas diversas infraestruturas de apoio como estações, apeadeiros e pontes metálicas, a maioria ainda existente e ainda a cumprir com as suas funções originais. Um legado patrimonial importante no concelho.

A segunda metade do século XIX foi marcada em todo o Vale do Ave pela emigração, principalmente para o Brasil. A figura do “brasileiro de torna viagem”, homem que emigrava pobre e regressava rico, marcou uma época no desenvolvimento das localidades de retorno. Uma das áreas de influência desses “brasileiros”, foram os investimentos em casas sumptuosas e indústrias. É em resultado do investimento destes homens, que o concelho vai ser dotado de um conjunto de equipamentos que incrementaram o seu desenvolvimento, desde Indústrias, Casas, Bairros Operários, Escolas, entre outros.

Além dos valores referidos, há ainda um vasto património de século XX que é importante conhecer. Desde as intervenções promovidas pelo regime do Estado Novo (escolas e habitações sociais), passando pelas obras promovidas por privados (que contactavam arquitetos para desenhar as suas casas, indústrias, adegas, etc.), até às obras mais recentes

da arquitetura contemporânea como é o caso do Centro de Estudos Camilianos, projetado por Siza Vieira.

## 1.2. ÂMBITO E OBJETIVOS DO TRABALHO

O âmbito desta caracterização assume relevância no sentido em que permite aferir o conhecimento que temos do território e da paisagem na qual nos integramos. A paisagem construída e natural são um legado que deve ser reconhecido e protegido, logo, é necessária uma contínua atualização dos seus estados, de forma a permitir a concertação de ações e estratégias.

O trabalho de levantamento dos bens culturais que tem sido desenvolvido, desde a década de 80 do século XX até aos nossos dias, deve ser avaliado e enquadrado, pela evolução de conceitos, entendimentos, normas europeias, orientações técnicas, assim como, da regulamentação.

O campo de ação deste relatório abrange todo o território do concelho de Vila Nova de Famalicão no cruzamento de duas noções de património: o património cultural edificado e o património arqueológico.

O objetivo deste relatório é apresentar um diagnóstico da situação atual, procedendo a uma análise crítica e apresentar uma proposta que seja vertida na 2.<sup>a</sup> revisão do PDM. Além disso, tendo em conta que a classificação e a inventariação são processos dinâmicos, propõe-se o alargamento dos conceitos a situações especiais observadas no território, elencando outras áreas do património cultural que possam ser objeto de estudo, tendo como objetivo a sua integração em mecanismos de sensibilização e valorização.

## 1.3. METODOLOGIA DE TRABALHO

Decorrente dos últimos 8 anos em que vigora a 1.<sup>a</sup> revisão do PDM (2015), observou-se no âmbito da dinâmica urbanística a necessidade de alargar as formas de proteção, também, ao património edificado corrente. Ou seja, sobre os bens culturais que, ainda que não tenha um valor considerável que o eleve a uma classificação, esteja identificado e se entenda que deva ser valorizado. Este tipo de património é, portanto, todo aquele que tem valor, dadas as correntes arquitetónicas, linguagem, contexto urbano, etc.

A atualização da listagem dos bens culturais esteve a cargo do Gabinete do Património e do Gabinete de Arqueologia, ambos integrados da Divisão de Cultura e Turismo. Estas equipas, após a publicação da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM, na prossecução dos seus trabalhos contínuos, foi detetando algumas situações anómalas, decorrentes de incorreções (com

origens muito diversas, mas originadas maioritariamente pela ausência de oportunidade de revisão dos documentos finais) e que, no contexto destas ações de revisão, urgia corrigir.

Para esta 2.<sup>a</sup> revisão, esta equipa, procedeu à:

- Verificação geral dos dados existentes em SIG e dos dados publicados nas cartas anexas ao PDM (Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico, e Planta de Condicionantes I - Gerais);
- Revisão crítica da Subsecção II - Valores Patrimoniais do Regulamento do PDM.

Além desta primeira fase do trabalho, verificou-se também a necessidade de uma revisão profunda do presente documento, inspirado no Relatório do Património Edificado e Arqueológico, realizado em 2004.

O lapso de tempo desde essa altura, a sistematização de conceitos e informação sobre os valores culturais enquadrada por um conjunto de documentos orientadores, requeriam que se elaborasse um relatório mais informado e informador sobre o estado da arte.

Este relatório parte da base do trabalho desenvolvida pela equipa da Divisão de Cultura e Turismo conjuntamente com a Divisão de Ordenamento do Território e Projeto Urbano e da sua experiência e conhecimento para caracterizar, analisar e propor uma base mais sólida sobre os valores culturais presentes no território.

## 2. O CONCEITO DE PATRIMÓNIO CULTURAL

Dos vários conceitos que tentam explicar a noção de património cultural, todos eles assentam numa base comum: criações existentes produzidas pelo Homem ou pela Natureza. Para este relatório interessa identificar as criações que possuem valor cultural, cujos critérios a adotar para essa identificação são os que constam da Lei de Bases do Património Cultural. O presente documento deixa ainda de parte o património cultural imaterial, sem reflexo direto na proteção prevista no PDM.

O nosso território, quer sob a forma de património cultural edificado/arqueológico, quer sob a forma de património natural, integra uma riqueza de ordem patrimonial que merece reconhecimento, proteção e valorização.

Em Portugal, a Direção Geral do Património Cultural identifica a noção de “Património” como um universo amplo e complexo, permanentemente presente no nosso quotidiano. O património cultural é indissociável da realidade socioeconómica, requerendo conhecimento, proteção e valorização.

O património arquitetónico, arqueológico, construído e paisagístico, engloba os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo. Trata-se de um recurso de importância vital para a identidade coletiva e um fator de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar e legar para as gerações futuras.

Cada vez mais, como refere Benevolo (2006, p. 143), fazem parte do conceito de património cultural, estradas, canais, aldeias, cidades, edifícios e objetos de uso selecionados, não na base de um «valor artístico» controverso, mas na base de um tal grau de significação e de coerência global, que nos permite reconstruir as ligações com o passado perdidas ou ameaçadas e que é, portanto, conferido com rigor científico.

### 2.1. PATRIMÓNIO CULTURAL

De acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, o conceito de património cultural tem o seguinte enquadramento:

- Todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.
- Interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores

de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

- Integram o património cultural, não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares, através do tempo.

## 2.2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

De acordo com o artigo 74.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, o conceito de património arqueológico e paleontológico tem o seguinte enquadramento:

- Todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente e cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.
- Os depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.
- Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei.
- Entende-se por parque arqueológico qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.

### 3. FORMAS DE PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS

Por representar o testemunho material herdado de gerações anteriores, é também nosso dever assegurar que as gerações vindouras recebam esse mesmo património cultural. Neste sentido, estabeleceram-se formas de proteção dos bens culturais. Cada forma de proteção dá lugar ao correspondente nível de registo:

- a. O registo patrimonial de inventário;
- b. O registo patrimonial de classificação.

#### 3.1. O REGISTO PATRIMONIAL DE INVENTÁRIO

A inventariação consiste num levantamento sistemático e atualizado dos bens culturais, tendo em vista a sua identificação e estudo. Pode e deve abranger bens de propriedade pública e privada, em qualquer estado de conservação e de diferentes tipologias.

Consideram-se bens culturais, todos os elementos que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização. O interesse cultural relevante abrange o campo histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural e reflete valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

No caso de existir a intenção de classificar um determinado imóvel, o registo de inventariação deve preceder o de classificação.

Em Vila Nova de Famalicão, este tipo de registo é efetuado pela Divisão de Cultura e Turismo.

#### 3.2. O REGISTO PATRIMONIAL DE CLASSIFICAÇÃO

A defesa do património edificado de maior importância cultural é, regra geral, feita através do recurso à sua classificação patrimonial. O procedimento de classificação dos bens de interesse cultural, encontra-se estabelecido pelo Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro, e a Lei 107/2001, de 8 de setembro, determina e escalona o interesse cultural em: interesse nacional, interesse público e interesse municipal. Desde o momento da publicação da abertura do procedimento em Diário da República, ou da notificação dessa intenção junto das partes interessadas, passa a designar-se o bem por “imóvel em vias de classificação”. Esse momento traduz-se num conjunto de condicionantes muito idênticas às medidas

efetivas. Como principal medida de proteção do bem, estabeleceu-se que qualquer intervenção no bem classificado ou em vias de classificação carece de parecer prévio favorável da entidade responsável.

Os bens classificados ou em vias de classificação beneficiam automaticamente de uma zona geral de proteção de 50 metros, contados a partir dos seus limites externos. Podem ainda, os imóveis classificados ou em vias de classificação dispor de uma zona especial de proteção, desenhada especificamente para o local, não correspondendo necessariamente ao perímetro dos 50 metros. Durante o período em que o imóvel se encontra em “vias de classificação” a zona de proteção especial é designada por “zona especial de proteção provisória”. Em qualquer uma das zonas de proteção descritas, não podem ser concedidas licenças para obras de construção ou para qualquer trabalho que altere a topografia, alinhamentos, cêrceas, e a distribuição dos volumes e coberturas ou revestimento exterior dos edifícios, sem parecer prévio favorável da entidade responsável.

A partir da sua classificação os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional.

### **3.2.1. MONUMENTO**

Um bem considera-se de interesse nacional quando a respetiva proteção e valorização, no todo, ou em parte representa um grande valor cultural de significado para a Nação. Por este motivo, os bens desta categoria encontram-se submetidos a uma tutela especial do Estado.

O pedido de parecer relativo a intervenções no próprio edifício ou outros na zona de proteção, é solicitado à Direção-Geral do Património Cultural.

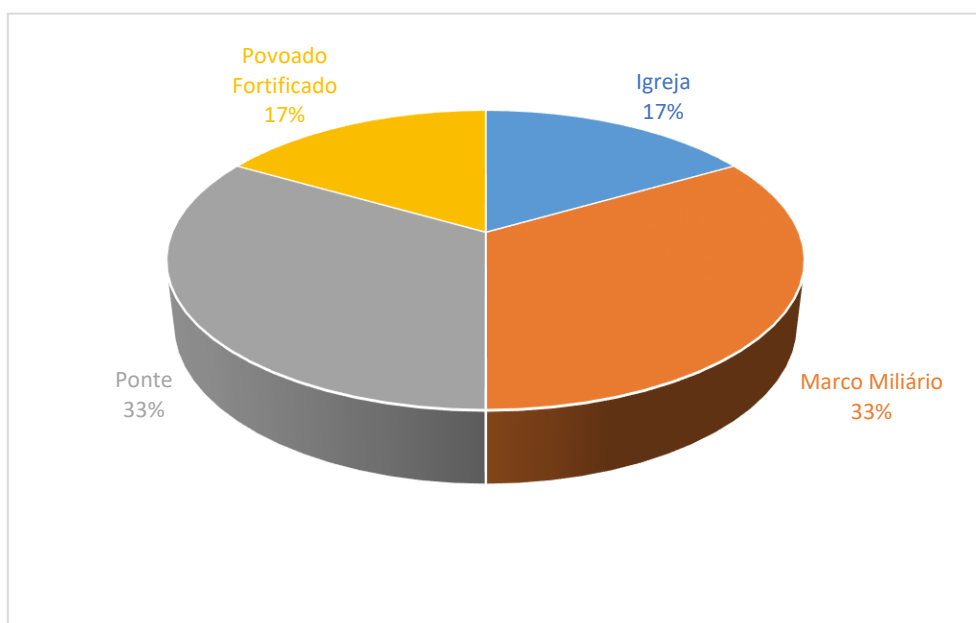
Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro, a designação monumento nacional é atribuída aos bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios.

No nosso concelho estão classificados como monumento nacional os seguintes bens:



**Quadro 1:** Bens classificados como monumento nacional no concelho de Vila Nova de Famalicão

DESIGNAÇÃO	TÍTULO	CRONOLOGIA	PROTEÇÃO	
			ANO	DOCUMENTO
IGREJA DE SANTA EULÁLIA DO MOSTEIRO DE ARNOSO	Igreja	Idade Média	1938	Decreto n.º 28 536, Diário do Governo (I Série), n.º 66, de 22-03-1938
MARCO MILIÁRIO (pertencente ao conjunto classificado: "8 marcos miliários, Série Capela da Via romana de Braga ao Porto")	Marco Miliário	Romana	1910	Decreto 16-06-1910, Diário do Governo (I Série), n.º 136 de 23-06-1910
MARCO MILIÁRIO DA DEVESA	Marco Miliário	Romana	1910	Decreto 16-06-1910, Diário do Governo (I Série), n.º 136 de 23-06-1910
PONTE DA LAGONCINHA	Ponte	Idade Média	1943	Decreto n.º 32 973, Diário do Governo (I Série), n.º 175, de 18-08-1943
PONTE DE SERVES	Ponte	Idade Média	1938	Decreto n.º 28 536, Diário do Governo (I Série), n.º 66, de 22-03-1938
CASTRO DE MONTE REDONDO	Povoado Fortificado	Proto-História	1910	Decreto 16-06-1910, Diário do Governo (I Série), n.º 136 de 23-06-1910



### 3.2.2. PATRIMÓNIO DE INTERESSE PÚBLICO

Um bem considera-se de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.

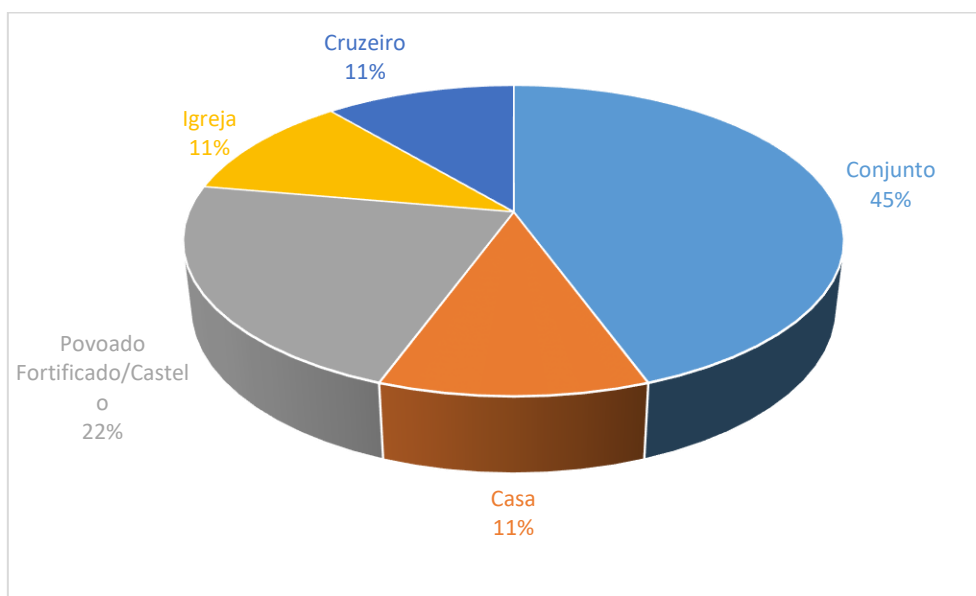
O pedido de parecer relativo a intervenções no próprio edifício ou outros na zona de proteção, é solicitado à Direção-Geral do Património Cultural.

No nosso concelho estão abrangidos nesta categoria os seguintes bens:

**Quadro 2:** Património classificado como de interesse público no concelho de Vila Nova de Famalicão

DESIGNAÇÃO	TÍTULO	CRONOLOGIA	PROTEÇÃO	
			ANO	DOCUMENTO
CASA DO VINHAL (incluindo a capela e os jardins)	Conjunto	Moderna Contemporânea	1977	Decreto n.º 129/77, Diário da República (I Série) n.º 226 de 29-09-1977
CASA DE CAMILO CASTELO BRANCO	Casa	Contemporânea	1978	Decreto n.º 95/78, Diário da República (I Série), n.º 210 de 12-09-1978
CASTRO MONTE DAS ERMIDAS	Povoado Fortificado/Castelo	Proto-História Idade Média	1990	Decreto n.º 29/90, Diário da República (I Série), n.º 163 de 17-07-1990
CASTRO DE SÃO MIGUEL-O-ANJO	Povoado Fortificado/Castelo	Proto-História Idade Média	1990	Decreto n.º 29/90, Diário da República (I Série), n.º 163 de 17-07-1990
IGREJA DE SANTIAGO DE ANTAS	Igreja	Idade Média Moderna	1958	Decreto n.º 42 007, Diário do Governo (I Série), n.º 265 de 06-12-1958
MOSTEIRO DE LANDIM (incluindo a igreja, casa do Mosteiro e todo o terreno abrangido pela cerca)	Conjunto	Idade Média Moderna	1996	Decreto n.º 2/96, Diário da República (I Série-B), n.º 56, de 06-03-1996
CASA, QUINTA E MATA DA PINDELA	Conjunto	Idade Média / Contemporânea	2012	Portaria n.º 740-DG/2012 (II Série), n.º 248, de 24-12-2012
CRUZEIRO DO LUGAR DA QUINTA	Cruzeiro	Moderna	2012	Portaria n.º 463/2012, Diário da República (II Série), n.º 183, de 20-09-2012

DESIGNAÇÃO	TÍTULO	CRONOLOGIA	PROTEÇÃO	
			ANO	DOCUMENTO
ESTACÃO ARQUEOLÓGICA DE PERRELOS	Conjunto	Proto-História Romana Idade Média	2013	Portaria n.º 423/2013, Diário da República (II Série), n.º 122, de 27-08-2013
CASA DE SANTIAGO E AQUEDUTO	Casa		2022	Portaria n.º 576/2022, Diário da República (II Série), n.º 142, de 07-07-2022
CONJUNTO ARQUEOLÓGICO DAS EIRAS	Conjunto		2022	Portaria n.º 656/2022, Diário da República (II Série), n.º 169, de 01-09-2022



### 3.2.3. PATRIMÓNIO DE INTERESSE MUNICIPAL

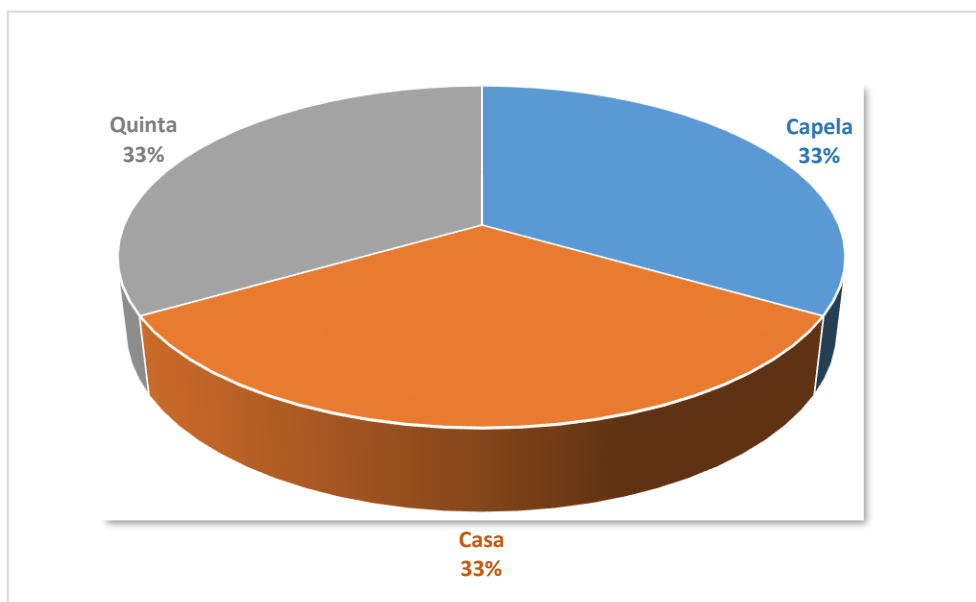
Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

O pedido de parecer relativo a intervenções no próprio edifício ou outros na zona de proteção, é solicitado à Câmara Municipal.

No nosso concelho encontram-se abrangidos por esta classificação os seguintes imóveis:

**Quadro 3:** Património classificado como de interesse municipal no concelho de Vila Nova de Famalicão

DESIGNAÇÃO	TÍTULO	CRONOLOGIA	PROTEÇÃO	
			ANO	DOCUMENTO
CAPELA DE CAVALÕES (antiga Capela das Almas)	Capela	Moderna/ Contemporânea	1978	Decreto n.º 95/78, Diário da República (I Série), n.º 210, de 12-09-1978
CASA DE VILA BOA	Casa	Idade Média/ Moderna	1977	Decreto n.º 129/77, Diário da República (I Série), n.º 226, de 29-09-1977
PALÁCIO DA IGREJA VELHA	Quinta	Contemporânea	2022	Aviso n.º 4884/2022, Diário da República (II Série), n.º 47, de 08/03/2022



### **3.3. P.D.M. - PLANTA DE ORDENAMENTO II - PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL**

A Planta de Ordenamento II - Património Cultural e Ambiental é um dos elementos fundamentais que constitui o PDM, e representa o modelo de organização espacial do território do concelho de Vila Nova de Famalicão, segundo o património edificado e arqueológico existente. Nesta planta estão representados os imóveis classificados, mas também uma parte dos imóveis inventariados pelos serviços municipais, que pelo interesse cultural relevante, são objeto de proteção e valorização.

Para além de elemento caracterizador, a Planta de Ordenamento II - Património Cultural e Ambiental age também como proteção do bem, uma vez que estabelece que para qualquer intervenção no imóvel identificado, é necessário parecer favorável da entidade responsável.

### **3.4. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E REGULAMENTOS**

#### **3.4.1. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA: PATRIMÓNIO AZULEJAR**

A Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto, constitui a décima terceira alteração ao RJUE e tem como objeto a proteção do património azulejar.

Esta lei determina que operações urbanísticas das quais resulte a remoção de azulejos da fachada, independentemente da sua confrontação com a via pública, estão sujeitas a licenciamento, comunicação prévia com prazo ou alteração de utilização. Ainda, impossibilita o deferimento dos pedidos de licenciamento que tiverem por objeto a demolição de fachadas revestidas a azulejos ou a remoção de azulejos de fachada, salvo em casos excecionalmente justificados pela Câmara Municipal, "em razão de ausência ou diminuto valor patrimonial relevante destes".

#### **3.4.2. REGULAMENTO: REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO (RMUE)**

Não obstante à legislação e regulamentação existente no âmbito da urbanização e edificação, tornou-se necessário clarificar algumas normas ao nível municipal. Assim surge o RMUE. No âmbito do património destaca-se a intenção de garantir a proteção e promover a valorização do património cultural; afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana, com especial incidência nas ações em património edificado identificado na Planta de Ordenamento II - Património Cultural e Ambiental. No artigo 110.º do mesmo regulamento

é abordado o património azulejar, que apesar de remeter para a Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto, especifica os critérios para avaliação do valor patrimonial dos azulejos de fachada.

Por último, no âmbito do património, o Livro IV do mesmo regulamento, estabelece as regras aplicáveis ao reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, sem prejuízo para a consulta da legislação específica.

## 4. CARATERIZAÇÃO

### 4.1. CARATERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Em termos de uma conceptualização mais alargada considera-se como bens materiais imóveis, ou como património cultural construído, as estruturas criadas e implantadas pelo homem - ou que o homem produziu, transformando a natureza - dotadas de valor de testemunho histórico, artístico e técnico. Pode tratar-se de estruturas isoladas ou em conjunto. Podem deter uma finalidade imediata, relacionada com a vida material do homem. Como podem também deter uma finalidade mediata e essencialmente simbólica, relacionando-se com a vida espiritual das comunidades.

A noção dos vários tipos de Património que de seguida se apresenta, tem por base a orientação e estruturação de documentos de referência. A ampla caracterização do património que estes documentos sugerem - arquitetónico, popular/vernacular, industrial, arqueológico, paisagístico e urbano - estão presentes no nosso concelho. No entanto, o Património Edificado e o Património Arqueológico são os tipos de património acerca do qual existe mais informação e, portanto, são os que se encontram identificados e inventariados em maior número.

O desafio nesta revisão é abarcar um conjunto significativo de património edificado, caracterizando-o de acordo com os vários temas e tipologias.

### 4.2. PATRIMÓNIO EDIFICADO

Por património edificado entende-se [...] o conjunto das estruturas físicas (os edifícios ou estruturas construídas e seus componentes, os núcleos urbanos e seus componentes, as paisagens e seus componentes) às quais determinado indivíduo, comunidade ou organização reconhece, num dado momento histórico, interesse cultural e ou civilizacional, independentemente da natureza dos valores em que esse interesse radique, designadamente: valor arquitetónico (artístico, construtivo, funcional), valor histórico ou documental, valor simbólico e valor identitário.

#### 4.2.1. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

A noção de património arquitetónico tem sofrido ao longo da segunda metade do século XX revisões num sentido mais alargado do que até então. Se até aos anos 70 é visto sob a perspetiva do monumento e edifícios de exceção, na Declaração de Amesterdão (1975), estabelece-se que *“o património arquitetónico europeu compreende não só edifícios*

*isolados de valor excepcional e as respetivas envolventes mas também áreas de cidades, vilas e aldeias que representem um interesse histórico ou cultural*". Em Portugal, o extinto IGESPAR designa por património arquitetónico o conjunto das estruturas físicas às quais se reconhece num dado momento interesse cultural ou civilizacional, independentemente da natureza dos valores em que esse interesse radique. Ainda, abrange não apenas os imóveis de carácter monumental, mas também os imóveis cujos contextos de formação e características particulares se revelem emblemáticos ou significativos no espaço e tempo em que se desenvolveram.

Por se tratar de um tema heterogéneo e extenso, optou-se por fragmentá-lo em diferentes categorizações: as casas de brasileiros, as casas senhoriais, as casas agrícolas, os imóveis de arquitetura moderna, do estado novo, da arquitetura contemporânea e das "habitações económicas/sociais".

#### 4.2.1.1. CASAS AGRÍCOLAS

O território onde hoje se insere o concelho de Vila Nova de Famalicão foi, na sua grande parte até meados do século passado, eminentemente agrícola. Até ao surgimento da indústria transformadora, com mais expressão em algumas freguesias, sobretudo a este do concelho, a população subsistia da agricultura. As necessidades inerentes à atividade refletem-se nas construções, na arquitetura e na paisagem. Esta região foi durante muito tempo dominada pelo ciclo agrário do milho, e conseqüentemente pelas suas implicações sociais e culturais, o que constituiu um fator determinante no desenvolvimento do modelo de casa. Um exemplo claro é a integração de elementos como o sequeiro e o espigueiro na casa agrícola e a sua disposição espacial. É possível determinar pelo concelho um conjunto de características que auxiliam no entendimento da vida agrícola. Os materiais utilizados eram os disponíveis no local, e por esse motivo verifica-se o predomínio do granito nos quadrantes nordeste sudeste, e do xisto nos quadrantes sudoeste e noroeste.

Verifica-se que predominantemente as casas agrícolas são do tipo casa-bloco e normalmente apresentam as seguintes características: possuem portais quadrangulares largos, que permitem a passagem dos carros de bois, muitas vezes com a inscrição da data de construção ou de intervenções profundas, na padieira. No interior da casa, após o portal, segue-se uma área coberta que dá acesso ao quinteiro, uma zona aberta, de transição entre a casa e as construções de apoio agrícola. Normalmente estas casas são compostas por dois pisos, em que o piso térreo destina-se às cortes e o piso superior à habitação. É comum encontrar a cozinha no piso térreo, em alguns casos com um postigo para as cortes.



Nesta região a chaminé é um elemento relativamente recente, pelo que o fumo saía através de aberturas feitas para esse fim, ou pelo telhado sem forro, contribuindo para o aspeto escuro destas cozinhas. As telhas caleiras erguidas eram uma solução comum para a saída do fumo. Pela chegada tardia da chaminé, só no final do século XIX começa a ser mais vulgarizado o seu uso. É frequente identificar casas agrícolas do século XIX com chaminés que apresentam características dissonantes, possivelmente porque estas chaminés foram construídas posteriormente.

#### 4.2.1.2. CASAS SENHORIAIS

As casas senhoriais, englobando aqui a terminologia “Casa Nobre”, “Solar” “Palácio”, “Palacete”, “Casa aburguesada”, são espaços habitacionais que se distinguem dos restantes pela sua sumptuosidade, grandeza e/ou porque nelas residiram famílias nobres (com brasão de armas) que se distinguiram na sociedade pelo seu poder económico e social.

O concelho de Vila Nova de Famalicão, até finais do século XIX, era um território pautado pela ruralidade, onde o trabalho do campo era a atividade económica por excelência. Não é de admirar que a maioria destas casas se situem em ambiente rural, rodeadas de terrenos agrícolas, muitas delas ocultas pela vegetação, mas imponentes, lembrando o poder que exerciam nos seus tempos áureos.

No que diz respeito à sua arquitetura, distingue-se a oponente fachada principal, muitas delas ostentando o brasão de armas da família. Teria sempre dois pisos (possuindo em algumas uma espécie de torre, como a Casa da Quinta de Gemunde, em Outiz), onde o primeiro piso, apelidado de “andar nobre”, encontrava-se reservado à habitação do Senhor e da sua família e o rés-do-chão servia para outras necessidades ou dependências agrícolas. Esta relação entre as casas senhoriais famalicenses e a Terra é muito forte, sendo uma característica da nobreza rural, visível ainda hoje nos extensos terrenos de cultivo que circundam muitas destas casas (por exemplo, as Quintas da Fiança e de Crujes em Gondifelos ou as Quintas da Breia e da Florida, em Vermoim).

O acesso ao “andar nobre” era, muitas vezes, feito por uma escadaria exterior, única (exemplo, Casa da Quinta das Águas, em Avidos) ou dupla (exemplo, Casa da Quinta da Costa, em Mouquim), de um lanço (exemplo, Casa da Quinta de Fafião, em Requião) ou dois lanços (exemplo, a Casa da Quinta de Penso, em Avidos), dando à habitação, e a quem teria o privilégio de a calcorrear, um prestígio social impar.

Anexas a estas casas encontram-se por vezes as capelas particulares, como por exemplo a Capela de São Francisco da Quinta do Vinhal, em Vila Nova de Famalicão, ou integrada no edifício habitacional, como por exemplo a Capela de Maria, Jesus e José da Casa de Sobrado, em Telhado.

Outra das características da casa senhorial é a presença de um jardim monumental e de abertura para a natureza, sendo esta uma característica muito particular dos jardins da Quinta das Águas, em Avidos, e da Mata da Quinta de Pindela, em São Tiago da Cruz, situada nas traseiras da habitação, funcionando como um prolongamento da casa.

#### 4.2.1.3. CASAS DE BRASILEIROS

Como sabemos, a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX foram um período de significativa emigração nesta zona do Minho. Muitos foram os famalicenses que procuraram sucesso no estrangeiro, sobretudo no Brasil, na altura uma potência que prometia fortuna a quem se aventurasse a embarcar rumo a terras de Vera Cruz. Alguns deles conseguiram-no de facto, regressando com vontade e dinheiro para construir e investir na sua terra natal. Assim, nasce um novo tipo de construção: a casa do “brasileiro torna-viagem”.

Após análise, não só no concelho, mas também noutras localidades com o mesmo contexto social no mesmo período, verifica-se que não existe uma tipologia única neste tipo de construção. As casas “brasileiras” não obedeceram apenas a uma linguagem, mas sim a várias, e possuem heterogeneidade do ponto de vista formal e decorativo. No entanto, é possível determinar que estas construções foram variando ao longo do século XIX e início do século XX: se no decorrer do século XIX tentavam imitar a arquitetura erudita do século XVIII e do seu próprio século, na transição do século XIX para o século XX primavam pela invulgaridade, resultando muitas vezes em objetos arquitetónicos curiosos, sem muita relação com a envolvente, sobretudo nos meios rurais. Já nos centros urbanos, este tipo de edifício revela-se mais erudito e sóbrio.

Refira-se ainda que muitas destas construções em meios rurais eram várias vezes a afirmação do sucesso do 'brasileiro', que regressado com fortuna, via na sua casa a forma de se afirmar, evidenciando a sua nova e favorável condição. É usual estas casas serem de construção de qualidade, com bons acabamentos e alguns elementos decorativos. É também comum estas casas serem coloridas e com elementos diferentes do convencional à época, mas como vimos, há também exemplos de casas de traça senhorial portuguesa, mais clássicas e eruditas.

À semelhança do que aconteceu com a utilização dos azulejos, também o gosto pelo tipo de “casa brasileira”, de decoração e formas distintas, passa a ser usada não só por verdadeiros regressados do Brasil, mas também por homens de negócios determinados em ostentar o seu sucesso. A essas construções designamos de “casas abrasiladas”.

Muitas vezes é difícil determinar e existiu de facto relação entre a casa e emigrantes torna-viagem, de qualquer forma são construções claramente orientadas pelos mesmos princípios

estéticos e formais. As características da “casa de brasileiro” estenderam-se rapidamente pela classe alta e média-alta.

A distribuição pelo território não é uniforme, e não obedece a nenhum critério específico. Apenas no centro da cidade se verifica um número mais concentrado deste tipo de edifícios, com caráter urbano. Nas restantes freguesias são em grande número, casas de maior dimensão, e com caráter mais rural, muitas vezes compostas por pequenos edifícios de apoio à agricultura, como sequeiros, espigueiros, etc.

De caráter urbano, um excelente exemplo é o Palacete Barão da Trovisqueira, localizado numa das principais artérias da cidade, e encomendado em 1857 por José Francisco da Cruz Trovisqueira (Barão da Trovisqueira), emigrado no Brasil, onde fez fortuna. Caracteriza-se pela sua arquitetura civil residencial neoclássica. Possui volumetria horizontal, com três pisos, o último constituído por água-furtada de três vãos voltada à fachada principal. A fachada principal é revestida a azulejos industriais relevados e rasgada regularmente por vãos. Realçam-se os estuques, que apresentam decoração neoclássica com representação de deuses, das artes, da agricultura, navegação e comércio, putti, flores, frutas e ramagens. A escadaria interior, como todas as carpintarias, é ricamente trabalhada.

Numa zona mais rural, em Seide (S. Miguel), a Villa Elvira, também conhecida por “Casa do Faria do Porto”, possui características muito diferentes dos palacetes urbanos, quer na forma como na própria tipologia. Enquanto que no espaço urbano as casas de brasileiros eram mais austeras e controladas nos volumes e decoração, nos ambientes mais rurais verifica-se que havia mais predisposição para a liberdade criativa. A própria planta da Villa Elvira é disso exemplo: o edifício reparte-se por três volumes, um em cada topo, de planta quadrada e cobertura tipo “chalet”, unidos pelo terceiro, por onde é feito o acesso principal, através de uma escada dupla, com nicho onde se mostram esculturas. No volume do topo sul, encontra-se uma varanda balaustrada, comum neste tipo de casa. Outra característica que surge praticamente sempre nas casas rurais deste tipo é o gradeamento e portão em ferro forjado ou fundido, muitas vezes com as iniciais dos proprietários e ano de construção.

#### 4.2.1.4. HABITAÇÃO SOCIAL

A habitação social tem um papel preponderante na qualidade de vida de famílias e equilíbrio na comunidade. Foram criadas diferentes tipologias, de diferentes promoções, com um objetivo comum: responder à necessidade básica da habitação às famílias. Nesta tipologia de imóveis englobamos os bairros operários; as tão conhecidas Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência (HE-FCP); e complexos de habitação

social promovidos pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH). O espaço temporal definido relaciona-se precisamente com o surgimento dos bairros operários do início do século XX e termina em 1978 com o projeto do Complexo Habitacional das Lameiras, que apesar de já não se enquadrar no SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), foi a ele beber muitos dos seus princípios.

O estudo destas habitações tem gerado interesse do ponto de vista social, mas também do ponto de vista da arquitetura. Desde cedo que os arquitetos entenderam o potencial experimental do habitar mínimo, a capacidade de rentabilizar ao máximo a construção, sem desvirtuar o espaço.

O "boom" de fábricas no início do século XX, fixou milhares de famílias, vindas de concelhos distantes em busca de trabalho e melhores condições de vida. O território não se encontrava preparado para esta procura, sobretudo no aspeto residencial, o que levou a uma crise na habitação. Este contexto foi o mote para que muitos industriais, preocupados com a produtividade dos seus trabalhadores, construíssem bairros operários junto às fábricas. Em alguns casos as habitações eram alugadas a outras pessoas que não operários.

Deste contexto daremos o exemplo de dois bairros de épocas diferentes no percurso da indústria têxtil do Vale do Ave: o Bairro da Empresa Têxtil Eléctrica, simples e sem preocupações alargadas à habitação; e o Bairro do Conde de Riba de Ave, com uma escala bastante maior, e que apresenta resposta a várias áreas relacionadas com a habitação, tais como comércio e religião.

O Bairro Operário da Empresa Têxtil Eléctrica pretendia dar resposta à necessidade de habitação próxima da empresa, que é criada por Narciso Ferreira em 1905. A construção do bairro datará 1927. Este bairro possui uma particularidade interessante: um dos volumes era exclusivo para aluguer diário ou de meio-dia, permitindo aos trabalhadores que viviam a maior distância, descansar entre os turnos na fábrica. Os espaços possuíam áreas particularmente diminutas.

Já em 1969, na freguesia de Oliveira S. Mateus, é inaugurado um outro bairro, também de promoção privada: o Bairro do Conde de Riba de Ave (ou Centro Residencial Conde de Riba de Ave). O Conde de Riba de Ave, filho de Narciso Ferreira, foi o principal promotor do empreendimento, com 180 residências, representativo de uma dinastia industrial e política. A cerimónia de inauguração teve a presença do Presidente da República Américo Tomás, do Patriarca de Lisboa D. Manuel Cerejeira e do Ministro das Corporações, Gonçalves Proença. No conjunto destaca-se a imponente igreja considerada de estilo clássico, com um claustro ambulatório exterior à mesma. De realçar ainda a sua torre, com um carrilhão de 18 sinos e a escultura do arcanjo S. Miguel, considerado pelos

moradores, como o padroeiro do Centro Residencial. Este bairro é um dos maiores na região do Vale do Ave, e mais bem preparado a nível de equipamentos: uma igreja, implantada a uma cota mais elevada, um reservatório de água para consumo próprio, localizado na zona mais elevada do complexo, áreas verdes, um parque infantil e um espaço bastante grande reservado a práticas desportivas. Existem ainda oito espaços comerciais, inseridos em volumes que formam os lotes das habitações, em banda ou isoladas e com diferentes tipologias, adquirindo este bairro um carácter quase autónomo e isolado do resto da localidade.

Anos mais tarde, o rescaldo da 2ª Guerra Mundial, são criadas as Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência (1947-1972), de promoção pública. As HE-FCP promoviam a realização de numerosos agrupamentos de habitações por todo o país, destinados aos trabalhadores que contribuía para a previdência social. No 1.º Congresso de Arquitetura, em 1948, é muito debatido o problema da habitação em Portugal, e apesar de o regime concordar, não permite a construção de volumes com mais de dois pisos nas “Casas de Renda Económica”. Foram construídas HE-FCP em várias cidades e vilas por todo o país, pelo que se criou uma rede de arquitetos regionais a trabalhar diretamente para a FCP. Este projeto nacional promoveu entre os diversos arquitetos de todo o país o espírito de formação e discussão da habitação, muito pelo boletim que circulava internamente, onde apresentavam os trabalhos que iam sendo realizados pela Federação, os resultados das discussões e artigos internacionais que refletiam sobre o tema.

O Bairro de S. Vicente é exemplo desta iniciativa da Federação de Caixas de Previdência. Localizado na freguesia de Gavião foi inaugurado em 1950 e projetado pelo arquiteto Nuno Teotónio Pereira. Reflete as suas ideias modernistas e o interesse pela dimensão coletiva e exigiu um trabalho de investigação acerca das novas vivências das famílias portuguesas, que se tornou uma referência nesta área de estudo.

Apesar de financiado pelo Regime e de manter características da arquitetura tradicional e vernacular, existiu um esforço em introduzir elementos modernos, consequência da derrota fascista, anos antes, que levou a uma abertura aos ideais modernos, tanto na arquitetura como na arte em geral. Teotónio Pereira e Nuno Portas visitam conjuntos deste tipo em Itália. Lá têm contacto com a arquitetura racionalista e funcional, que procura servir um grande número de famílias. Este contacto com obras neorrealistas italianas foram uma influência direta no desenvolvimento deste tipo de projetos. O bairro é composto por 30 fogos que se distribuem por 3 volumes. Aquando a inauguração era denominado Bairro Cardeal Cerejeira, e só após a Revolução de Abril teve a atual designação.

Em agosto de 1974 é criado o SAAL, que apesar da curta duração (1975), demonstrou-se um projeto ímpar, onde por todo o país, as famílias pobres conquistavam casas, que as próprias construía. A arquitetura portuguesa ganhava um lugar nunca antes conseguido,

tanto internamente como no estrangeiro. Foram tempos de liberdade criativa e sobretudo de experimentação. Em Vila Nova de Famalicão não se chega a construir no âmbito do SAAL, no entanto, ainda nos anos 70, o Fundo de Fomento da Habitação promove a Construção do Complexo habitacional das Lameiras, da autoria do arquiteto Noé Diniz, que só é totalmente ocupado em 1983. O seu desenho e organização foram influenciados pelos falanstérios de Fourier (1830) e pela "nova comunidade em Harmony" de Owen (1825), mas sobretudo pelas Siedlung de Berlim e pelas vivências das ilhas do Porto. Apesar de não se inserir no SAAL, a construção deste complexo segue as suas ideologias, por exemplo na tipologia é a de um quarteirão tradicional (o SAAL rejeita o modelo burguês de habitação) e na relação das galerias de acesso com o pátio central. Esta sucessão de espaços hierarquizados entre semipúblico, semiprivado e privado acentuam o ambiente comunitário de ilha do proletariado.

#### 4.2.1.5. ARQUITETURA DO ESTADO NOVO

Entre as décadas de 1920 e 1930, surge um novo tipo de arquitetura - a arquitetura modernista, composta por jovens arquitetos dedicados à experimentação de novas potencialidades plásticas facilitadas pelo novo material de construção, o betão. Esta vaga desencadeia o tipo de arquitetura que é apelidado por Nuno Portas de "efémero modernismo", e que é rapidamente apropriada pelo Estado Novo para uma imagem arquitetónica e artística do regime, o "Português Suave". Esta instrumentalização da arquitetura já tinha sido feita em Itália por Benito Mussolini, que sobe ao poder em 1922. José M. Pedreirinho afirma mesmo que a arquitetura do Estado Novo tem maior proximidade do regime fascista italiano do que com qualquer outro regime, devido a certas afinidades no uso da instrumentalização da arquitetura, como a valorização da imagem idealizada do mundo rural, sempre com a presença da Igreja Católica.

No entanto, é importante salientar que a arquitetura do Estado Novo não se revê apenas num estilo ou gosto. Como sabemos, o regime teve uma duração de quase 5 décadas, e naturalmente, ao longo desse período foi sofrendo variações na sua linguagem. Alguns autores apontam como grande motivo destas variações, a derrota do fascismo na 2ª Guerra Mundial.

Vejamos, se no seu início o regime opta conscientemente por uma arquitetura que sintetiza a "arquitetura portuguesa", incentiva a vida rural e tenta criar um "modelo culturalista", como sugeriu Raul Lino (1879-1974). Outros arquitetos da mesma época recusam os valores tradicionais, desenvolvendo em paralelo um modelo moderno que exorta o progresso. Um desses arquitetos é Ventura Terra. Só na década de 1930 chegam os primeiros sinais do Movimento Moderno, mas eram sempre edifícios com fachadas muito simples, e muitas vezes camuflados pelo estilo Arte Nova.

Em Vila Nova de Famalicão estes estilos com caráter monumental associado ao regime, estão igualmente presentes. Curiosamente, esta monumentalidade, gestos de desenho e escala associados ao Regime, são também apropriados pelos grandes industriais nas suas próprias obras, sejam fábricas, equipamentos ou até mesmo operações urbanísticas.

O edifício da Caixa Geral de Depósitos, situado no gaveto da Praça D. Maria II com a Rua de Santo António, foi construído nos finais dos anos 30 para albergar uma agência da Caixa Geral dos Depósitos, Crédito e Previdência, e é um exemplo do estilo associado ao Estado Novo numa primeira fase. A inauguração ocorreu no dia 1 de maio de 1940. Da autoria do arquiteto João Simões, o seu traço absorve os ideais da arquitetura do "Português Suave", assumindo-se como um edifício monumental e austero, com referências à arquitetura portuguesa (como o torreão, o beiral e a cobertura).

O edifício da Câmara Municipal, em contrapartida, assume-se mais como uma peça de arquitetura moderna, apesar de se encontrar ligada ao próprio Regime. Este edifício veio substituir o antigo edifício dos Paços do Concelho, que ardera na madrugada de 5 de abril de 1952. Foi inaugurado a 11 de junho de 1961 e o projeto assinado por Januário Godinho.

A sua estrutura é assente no granito e azulejo policromado. No interior, destacam-se algumas telas, pinturas, tapeçarias e placas que retratam personalidades e acontecimentos importantes para o concelho. A torre do relógio, considerado o ex-libris deste edifício, possui quatro mostradores, além do brasão de armas. Também neste edifício, apesar da modernidade associada, encontramos elementos associados à arquitetura portuguesa, e grande monumentalidade.

#### 4.2.1.6. ARQUITETURA MODERNA

A arquitetura moderna surge inicialmente no contexto do Modernismo, um movimento transversal a todos os campos da arte (literatura, pintura, escultura, etc.), que tinha como principal objetivo romper com a chamada "arte convencional". A arquitetura moderna tem novas premissas e pretende aproximar as novas formas de construir às novas formas de viver, numa Europa que se encontra em mudança. Surgem novas linguagens, formas e princípios. É usualmente dividida em 2 partes: a primeira geração e a segunda geração. Apesar de ambas romperem com os antigos cânones, são distintas nos princípios mais alargados e conseqüentemente isso reflete-se na forma e imagem. Em Portugal a arquitetura moderna inicia-se por volta de 1920 e estende-se até ao início da década de 1970.

Em Vila Nova de Famalicão, a arquitetura moderna chegou cedo, mas com pouca expressão, quer em quantidade, como em escala. As primeiras obras surgem

maioritariamente por intermédio de industriais abastados, que fazem as encomendas dos projetos a arquitetos afamados da cidade do Porto. Normalmente estes projetos eram os das suas próprias habitações, ou serviços relacionados com a população que os servia (mercados, serviços de segurança e proteção como bombeiros, igrejas, cineteatros).

É o caso de alguns equipamentos em Riba de Ave, financiados pela família Ferreira projetados pelo arq. Amoroso Lopes, mas também do núcleo do Louro, financiado pelo Comendador Cupertino de Miranda e projetado pelo arq. Januário Godinho. Sobre esta última intervenção importa referir o tratamento do aspeto individual dos edifícios, mas também da articulação entre eles, nomeadamente através dos arranjos exteriores, relações entre escalas, público/privado e programas.

É neste contexto que se enquadra uma das obras modernas mais relevantes do concelho: o Centro Comercial do Louro, um edifício referenciado pelos investigadores de Januário Godinho, mas também do Movimento Moderno. Neste edifício, Januário Godinho explora o edifício com carácter experimental, trabalhando a arquitetura moderna com referências eloquentes da gramática clássica, como as colunas, e a referência à casa romana através do pátio interior quadrangular. Existe permeabilidade visual entre o interior e o exterior, sem, no entanto, abrir totalmente o alçado. As aberturas são controladas por painéis de betão pré-fabricado, clara inspiração de Frank Lloyd Wright, sobretudo das suas últimas habitações. Também a utilização da concha no pórtico de entrada advém da admiração por Wright, numa analogia à "lição das conchas". Trata-se de uma reflexão escrita acerca da identidade de cada arquiteto e com uma base assente no organicismo e natureza.

Num passado mais recente, sobretudo na cidade, foram surgindo novos edifícios com novos programas e novas escalas, que abriram as portas ao moderno. É o caso muito particular da Câmara Municipal e Tribunal, que apesar de se relacionar com a ideologia autoritária do regime, apresenta-se como um objeto arquitetónico do moderno.

Encontramos objetos modernos, do tipo de arquitetura da habitação coletiva, muito interessantes, presentes por exemplo, na Rua Vasconcelos e Castro e na Rua Alves Roçadas.

No concelho conhecem-se projetos de nomes como Arménio Losa, Amoroso Lopes, Casais Rodrigues, Cunha Leão, Januário Godinho, Mário Abreu, Teotónio Pereira, Viana de Lima, entre outros.

#### **4.2.1.7. ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA**

Nas últimas décadas, o território de Vila Nova de Famalicão tem recebido obras de arquitetura assinadas por autores de referência nacional e internacional. Apesar da maior parte resultar de promoções privadas, muitas são de promoção pública, como é o caso do Centro de Estudos Camilianos, da autoria do arquiteto Álvaro Siza Vieira. Foi



inaugurado no dia 1 de julho de 2005. Localizado junto à Casa de Camilo e à casa do seu filho Nuno, pretende ser mais um local de irradiação da figura e obra de Camilo. Compreende vários espaços, desde um auditório, salas de leitura e de exposições temporárias, gabinetes de trabalho, reservas, entre outros. É local obrigatório para todos os camilianos ou apaixonados deste grande romancista, mas também para os apreciadores de arquitetura contemporânea.

O projeto da Adega da Casa da Torre tem também grande visibilidade. Projetada pelos arquitetos Carlos Castanheira e Clara Bastai, foi inaugurada em 2009. A propriedade foi adquirida em 1977 para a produção de vinho, e recentemente surgiu a necessidade de aumentar e modernizar o espaço, de forma a responder às novas necessidades associadas à produção de vinho. O volume ergue-se no local da pré-existência da antiga adega, e encontra-se parcialmente encaixado no terreno, de forma a que a temperatura seja fresca e constante, ideal para a produção de vinho. As paredes em alvenaria de pedra mantêm viva a memória da adega original, dialogam em harmonia com a madeira, elemento presente desde o exterior ao interior, numa referência clara à vinicultura. A cobertura de duas águas, com inclinação considerável, permite que a organização espacial seja feita de forma bastante coerente e simultaneamente inclusiva: no piso térreo a produção e a uma cota superior uma pequena zona administrativa. Esta última mantém uma relação rica com o interior, mas também com o exterior. O acesso é feito através de uma passerelle que atravessa longitudinalmente a zona de produção. Na zona de chegada, o beiral prolonga-se sobre o lajeado e sobre o "pipo" de grandes dimensões, local onde funciona o laboratório de produção.

#### 4.2.2.PATRIMÓNIO DIDÁTICO

O concelho de Vila Nova de Famalicão, criado através da reforma administrativa de 1835, possuía muitas deficiências ao nível de equipamentos públicos, um pouco à semelhança do que acontecia com a maioria dos jovens municípios portugueses surgidos no século XIX. Não é de admirar que as principais preocupações dos vários executivos municipais, durante a segunda metade do século XIX, fosse o de criar condições para a governança, através da compra/aluguer/construção dos principais símbolos do poder municipal: paços do concelho, tribunal e cadeia, relegando para segundo plano os restantes equipamentos públicos, entre os quais, os edifícios escolares.

Durante todo o século XIX (em muitos casos chegando até meados do século XX), o ensino primário no concelho de Vila Nova de Famalicão era lecionado em edifícios particulares alugados pela Câmara Municipal ou nos edifícios paroquiais que serviam de habitação aos párocos.

Com o surgimento dos ideais republicanos, que sustentava um dos seus pilares, na livre e gratuita alfabetização da população, vão começar a surgir no concelho vários edifícios escolares construídos de raiz por beneméritos, como a Escola Primária de Antas, construída sob o patrocínio do Conselheiro Santos Viegas, ou a Escola Primária do Louro, mandada executar a expensas do Comendador Costa e Sá, só para citarmos algumas.

Estes edifícios, construídos ao longo das primeiras décadas do século XX, vão juntar-se às Residências Paroquiais e aos edifícios particulares alugados pela Câmara Municipal, formando a rede escolar do concelho de Vila Nova de Famalicão.

A grande revolução neste sistema surge pela mão do Estado Novo e com os seu “Plano dos Centenários” (1935-1969), que tinha como objetivo dotar o país de edifícios escolares primários estandardizados. Os modelos instituídos variavam de região para região (utilizando as suas características e materiais locais), podendo ser agrupados em três fases: os modelos regionalizados do arquiteto Rogério de Azevedo (caso das Escolas do Castanhal, em Brufe; do Monte, em Carreira e do Altinho, em Arnos Santa Eulália); os modelos Tipo Minho-Granito, do arquiteto Manuel Fernandes de Sá, e os modelos Tipo Urbano e Tipo Rural, do arquiteto Fernando Peres. São da autoria destes dois arquitetos a maioria dos edifícios escolares existentes na atualidade no concelho de Vila Nova de Famalicão.

A partir da década de 1960, o concelho vê surgir edifícios construídos de raiz, por iniciativa estatal, para albergar os chamados ensinos preparatórios, técnicos e profissionais (caso da atual Escola Secundária D. Sancho I).

Com o aumento do número de crianças em idade escolar, e a pouca capacidade que os edifícios construídos no âmbito do Estado Novo tinham, a Câmara Municipal, desde a década de 1980, constrói várias escolas primárias em freguesias deficitárias (como em Delães, Vermoim ou Calendário).

Com a reorganização da rede escolar, promovida pelo Estado português nos inícios da década de 2010, muitos destes edifícios escolares foram encerrados, estando alguns cedidos a instituições do concelho e outros devolutos. Surge, deste modo, a importância da sua inventariação e proteção, por, simplesmente, pertencerem à memória coletiva da comunidade famalicense, cabendo ao município o papel de guardiões destes símbolos da nossa identidade.

### **4.2.3. PATRIMÓNIO FERROVIÁRIO**

O concelho de Vila Nova de Famalicão, fruto da sua posição geográfica, foi beneficiado, ao longo do último quartel do século XIX, com a passagem de três linhas ferroviárias:

Linha do Minho (1875); Linha do Porto à Póvoa e Famalicão (1881) e Linha de Guimarães (1883). Este aspeto permitiu, a este jovem concelho modernizar-se e desenvolver-se, muito por ação da instalação de inúmeras indústrias, muitas delas ligadas ao têxtil, mas também à relojoaria, metalurgia, maquinaria agrícola, botoaria, entre outros. Estas vias constituíam uma excelente oportunidade para estas empresas facilmente escoarem os seus produtos, principalmente para os grandes centros urbanos, como o Porto. As zonas envolventes das estações (principalmente Famalicão, Nine e Lousado) desenvolveram-se de uma forma mais rápida do que a freguesia onde se inseriam. Não é de estranhar que, no caso da zona envolvente à estação de Vila Nova de Famalicão, por exemplo, tenham surgido as fábricas “Boa Reguladora” e “Central do Minho”; algumas casas burguesas, como a de Santa Teresinha e a Villa Carolina; e bastantes armazéns que funcionaram até bem próximo dos finais do século XX.

O comboio permitiu ainda melhorar a mobilidade da população entre as várias freguesias do concelho e a entrada/saída de e/ou para outros concelhos, originando, ao que hoje se chama, a capacitação das nossas gentes, fruto de um relacionamento maior com outras comunidades.

Dessas linhas férreas, duas ainda se encontram ativas – a Linha do Minho e a Linha de Guimarães – e uma terceira acabou por ser desativada em 1995 – a Linha do Porto à Póvoa e Famalicão (Ramal de Famalicão) – transformada, atualmente, em ecovia.

As transformações ocorridas nas linhas férreas, nomeadamente, a duplicação da linha e a sua eletrificação, nos inícios do século XXI, levaram a que todas as estações e apeadeiros (da Linha do Minho e de Guimarães) sofressem alterações, levando até, em muitos casos, à destruição da primitiva gare e construção de uma nova, mais moderna e adaptada às vivências atuais. No entanto, alguns edifícios foram apenas modernizados, salvaguardando-se a sua identidade, como no caso dos edifícios das estações de Famalicão e de Nine.

A linha férrea do Porto à Póvoa e Famalicão (sendo a ligação entre a Póvoa e Famalicão conhecida como Ramal de Famalicão), como se disse, foi desativada em 1995, encontrando-se num processo de reconversão a ecovia. No entanto, algum do edificado relacionado com este Ramal ainda sobrevive (estações de Gondifelos e Outiz), embora devoluto, com exceção do Apeadeiro de Barradas, convertida a habitação de um antigo ferroviário.

Ainda relacionado com o comboio, no concelho existem duas pontes metálicas oitocentistas construídas para servir as Linhas do Minho e de Guimarães. Falamos da ponte ferroviária de Lousado (ainda em funcionamento) e a ponte ferroviária de Caniços (desativada em 2004 e recentemente adaptada a trânsito pedonal).

Por último, ainda dentro deste tema, teremos que abordar o antigo complexo oficial da Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro de Guimarães, atualmente adaptado às

funções museológicas, funcionando como um pólo do Museu Nacional Ferroviário, detendo um acervo maioritariamente constituído por material de circulação e de sinalização das antigas vias estreitas da Linha do Porto à Póvoa e Famalicão e da Linha de Guimarães.

#### 4.2.4. PATRIMÓNIO RELIGIOSO

Os bens culturais existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão enquadrados nesta tipologia patrimonial são em grande número. A sua presença está intrinsecamente relacionada com as vivências das comunidades ao longo de mais de milénio e meio, que teve na introdução do cristianismo, durante a ocupação romana deste território, o seu momento fulcral.

Um outro fator importante para este elevado número de bens culturais de natureza religiosa deve-se à proximidade com o principal centro cristão do norte de Portugal (e até, em tempos, da Galiza): a cidade de Braga. É sob o domínio da Arquidiocese de Braga (principalmente após a Reconquista Cristã) que no concelho vão começar a ser construídos templos religiosos, sob sua jurisdição direta de Braga ou de várias ordens religiosas.

Dos mosteiros mais importantes que se implementaram no concelho, merecem destaque o Mosteiro de Arnoso Santa Eulália, o Mosteiro de Landim, o Mosteiro de Requião e o Mosteiro de Oliveira Santa Maria. Excluindo o Mosteiro de Landim, dos outros apenas chegaram aos nossos dias a respetiva Igreja, muitas delas transformadas em paroquiais.

Implantadas quase na sua maioria no centro da freguesia, a Igreja era (e continua a ser) o local mais identitário da comunidade. Foi à sua volta que a freguesia se desenvolveu e, não é por acaso, que os adros das Igrejas continuam a ser os locais mais frequentados da freguesia. Em resultado desta relação milenar entre a religião cristã e as comunidades deste território, em algumas freguesias existem várias igrejas (por exemplo, Vila Nova de Famalicão e São Tiago de Antas); outras que deixaram de ter a categoria de paroquial ou matriz (por exemplo, a capela de Santa Apolónia, em Pousada de Saramagos e a Igreja velha, em Bairro); e ainda outras que deixaram de estar ao culto e/ ou de celebrar missa com regularidade (como a Igreja de Santa Eulália do Mosteiro de Arnoso).

Edifícios mais pequenos, as capelas surgem também como espaços devocionais, muitos deles de natureza privada (por exemplo, as capelas integradas nem quintas, como as de Vinhal e de Pindela), semi-pública (por exemplo, as capelas com porta virada para a rua, permitindo ao povo juntar-se aos proprietários durante diversos rituais litúrgicos como a homilia, sendo exemplo disso a capelas do Senhor da Ponte, em Gondifelos e a capela de São João Baptista, em Nine) e pública (como por exemplo, a capela do Espírito Santo, em

Fradelos e a capela do Sagrado Coração de Maria, em Lousado). Cronologicamente, inserem-se, maioritariamente, num período temporal que vai do século XVII ao século XX.

As Alminhas são talvez os bens culturais que expressam mais a religiosidade popular. Edificadas, inicialmente, para o culto às almas do purgatório (local onde as almas seriam purificadas antes de ascenderem ao reino de Deus), aos poucos foram substituídas por imagens de um ou vários santos, onde a invocação já não é só pelas almas do purgatório, como para um sem fim de interjeições de diversas naturezas, desde doença a casamentos. Normalmente encontram-se situadas nas bermas da estrada, no cruzamento de caminhos ou em nichos, nas fachadas de casas.

As cruzes ou cruzeiros, isoladas ou integradas em vias-sacras, são outro dos elementos com funções religiosas que podemos encontrar distribuídos pelo concelho. Quase todos construídos em granito, sem qualquer elemento decorativo (com exceção dos cruzeiros paroquiais e do cruzeiro quinhentista de Arnoso Santa Maria), a sua edificação e implementação obedeceu a diversas ordens: assinalar os limites dos adros da Igreja, santificar ou cristianizar o local, anunciação da ressurreição de Cristo, serem local de retorno nas procissões ou para assinalar algum acontecimento, como falecimento ou datas comemorativas.

Por último, dentro desta tipologia, mas com funções diferentes (fúnebres), encontram-se ainda inventariados (embora não de forma sistemática) alguns jazigos/sarcófagos cuja antiguidade, valor arquitetónico ou por servirem como “último repouso” de personalidades famalicenses representam um bem cultural que deve ser valorizado, por exemplo o Jazigo de Pindela, em São Tiago da Cruz e o conjunto de sarcófagos do Mosteiro de São Salvador de Arnoso (Santa Eulália).

#### 4.2.5. PATRIMÓNIO POPULAR E VERNACULAR

O adjetivo “vernácula” (do latim *vernaculus*) está associado à construção de expressão regional, que recorre à aplicação de materiais e técnicas de construção locais, decorrentes de circunstâncias climáticas, topográficas e geológicas. Neste contexto, do ponto de vista geológico, há o predomínio do granito nos quadrantes nordeste e sudeste, e do xisto nos quadrantes sudoeste e noroeste. Estes materiais, utilizados em grande escala em construções mais antigas de expressão cultural identitária do lugar à qual estão associadas técnicas construtivas e de emparelhagem.

A arquitetura popular, nomeadamente do território que tratamos, caracteriza-se por princípios e imagens desenvolvidas no decorrer dos tempos, e culmina numa síntese de valores permanentes, tais como: a leitura volumétrica simples e depurada, sem grandes

complexidades compositivas, revelando gosto por formas geométricas puras e o ornamento muito controlado e pontual.

Pode considerar-se que a arquitetura portuguesa assenta em duas vertentes sobre as quais se desenvolveu: a arquitetura popular e a arquitetura primitiva (ou vernacular). O etnólogo Jorge Dias, descreve a primeira como a expressão de um grupo que ocupa um território amplo, subordinado por uma só entidade política e económica, composto por diferentes partes integradas. Já a segunda trata-se da arquitetura específica de uma região, que se adapta ao local e às suas condições. Devido à tradição cultural, naturalmente a arquitetura popular inclui nas suas características elementos residuais da arquitetura primitiva ou vernacular, mas há quem aponte também como causa, o facto de ambas as arquiteturas serem uma resposta bastante direta aos recursos disponíveis na região.

Uma grande parte das casas agrícolas, abordadas anteriormente, integra este tipo de arquitetura, pelas suas características e valores, apesar de não se encontrarem refletidas na tabela que se segue.

Os sequeiros, eiras e espigueiros são os elementos desta tipologia com mais expressão no concelho. Praticamente todas as freguesias possuem exemplares destes tipos, em maior número em freguesias com carácter agrícola mais acentuado, como é o caso de Castelões, Cavalões, Fradelos e Gondifelos. O sequeiro tem como principal função o armazenamento dos cereais durante a secagem dos mesmos. O tipo mais comum é o de dois pisos, com escada paralela ao volume, métrica de aberturas com cerca de dois metros na fachada principal. Normalmente é dotado de eira, um espaço aberto imediatamente após a fachada principal do sequeiro, com pavimento em granito ou ardósia, e volta-se a sul, para maior otimização da luz solar, essencial na sua função de secagem dos grãos. O espigueiro trata-se de um elemento de apoio agrícola, importante no armazenamento dos cereais em segurança dos roedores. É por esse motivo elevado do solo, normalmente com apoios em granito. O corpo superior é composto por ripas de madeira ou granito, o que permite a livre circulação de ar, crucial no armazenamento de cereais, evitando a sua decomposição.

Dentro desta categoria inserem-se também os açudes e seus canais, importantes para a condução e regularização das águas. Neste sentido, a área das veigas de Nine e do Louro, nos finais do século XIX, sofreram uma grande obra de engenharia promovida pelo engenheiro Custódio Vilas Boas, que permitiram o domínio das águas, através do encanamento do rio Este desde Nine até à ponte de São Veríssimo, em Cavalões e, a posterior construção de dois canais de rega em Nine. Esta obra permitiu a realização de um melhor sistema de gestão das águas, levando a um desenvolvimento económico e social dessas freguesias.

Esta tipologia de bem patrimonial abrange outros bens, tais como coretos, fontes e fontanários, tanques, levadas, pombais e roda de vento. O domínio das técnicas relativas ao “saber fazer” de muros em granito e xisto é outra das realidades que encaixam neste domínio, mas para as quais ainda não foi realizado um levantamento sistemático.

#### 4.2.6. PATRIMÓNIO MOLINOLÓGICO

O concelho de Vila Nova de Famalicão é atravessado por várias linhas de água que ajudaram a moldar o território. Com solos férteis e bastante irrigáveis, as comunidades começaram a praticar algumas culturas que iriam revelar-se fundamentais na alimentação das pessoas e dos animais (milho grosso). Os antigos sistemas de moagem foram substituídos por engenhos que aproveitavam a força motriz da água e do vento para fazerem movimentar os “mecanismos” com o objetivo de triturarem os cereais e produzir farinha.

Desde a Idade Média que, nas margens das linhas de água de maior caudal (por exemplo, o rio Ave, o rio Pele e o rio Pelhe, e seus afluentes), começaram a ser instalados esses engenhos, chamados de moinhos ou azenhas (conforme o sistema de roda - vertical ou horizontal). A sua função era então a de moer cereais para a produção de farinha, embora se saiba que muitos foram utilizados para um sem fim de utilidades, como serração de madeiras ou ligados à produção de papel.

Na segunda metade do século XX, com a banalização da eletricidade e o surgimento de maquinaria industrial para a moagem do cereal (originando a criação das grandes panificadoras, que começaram a abastecer as padarias com farinhas mais baratas), estas estruturas começaram a entrar num processo de abandono, acabando muitas por estarem parcialmente ou totalmente destruídas. Felizmente, muitos proprietários interiorizaram a importância da salvaguarda destes elementos, reabilitando-os (por exemplo, o conjunto de moinhos de Palhares, Lemenhe), embora dando-lhes funções diferentes dos seus usos originais: arrecadações ou espaços de habitação (embora muitos também sem os respetivos mecanismos). Atualmente, a Junta de freguesia de Esmeriz, em parceria com o Município de Vila Nova de Famalicão, encontra-se num processo de reabilitação e valorização da Azenha de São Marçal e sua envolvente, devolvendo-a à população, através da recuperação da estrutura e mecanismos da Azenha, instalação de um programa pedagógico, ensinando às gerações mais novas (e não só) o *modus operandi* destas estruturas e a importância que tiveram na economia do concelho e, até, produção de farinha.

Entre os espécimes inseridos na área administrativa do concelho de Vila Nova de Famalicão, merecem destaque os vários moinhos e azenhas inseridos no rio Ave, na faixa

territorial entre as freguesias de Lousado e de Fradelos. Também ao longo do rio Este, entre as freguesias de Nine e Gondifelos, subsistem várias destas estruturas, estando intrinsecamente relacionadas com a atividade agrícola dessas comunidades.

Dos moinhos alimentados pela força do vento (energia eólica), apenas nos restou um exemplar, localizado na confluência das freguesias de Fradelos e Ribeirão, ainda que em estado de ruína, pese embora a confirmação de outros exemplares em tempos idos (em Lemenhe, por exemplo).

#### 4.2.7. PATRIMÓNIO INFRAESTRUTURAL

O concelho de Vila Nova de Famalicão é caracterizado como um “cruzamento de caminhos” ou “plataforma giratória do Minho”, fruto da sua posição geográfica, o que lhe permite uma ligação com várias zonas do noroeste português e destas com o resto do país.

Nos quase seis mil anos de ocupação deste território muitos foram os vestígios deixados pelos nossos antepassados enquadráveis nesta tipologia patrimonial, alguns deles ainda hoje utilizados diariamente por todos nós, sem nos apercebermos da sua antiguidade secular e, nalguns casos, milenar.

Os vestígios mais antigos estão materializados na Via Romana XVI, que ligava Bracara Augusta (Braga) a Olisipo (Lisboa), dos quais hoje sobrevivem alguns marcos miliários e alguns troços lajeados (por exemplo, a via lajeada da Portela).

Com a crescente mobilidade entre as várias zonas do Norte de Portugal (que sempre fora a região mais povoada do reino), houve também a necessidade de atravessar as várias linhas de água que abundam no concelho, com particular destaque para o rio Ave, o rio Este, o rio Pele e o rio Pelhe. Durante a Idade Média (e algumas já dentro da época moderna) foram construídas várias pontes que ajudaram a ultrapassar essas dificuldades e que, ainda hoje, são de extrema importância para a mobilidade entre freguesias. São exemplo disso as pontes da Lagoncinha (Lousado), de São Veríssimo (Cavalões), da Gravateira (Gondifelos), de Coura (Nine), o pontão de Antas (Antas), a ponte pedrinha (Esmeriz), entre outros exemplares.

Como foi referido no ponto relativo ao “património ferroviário”, o concelho possui ainda dois belos exemplares de pontes ferroviárias, oitocentistas, uma das quais ainda em pleno funcionamento (Lousado) e outra desativada no início deste século (Caniços, Bairro).

Com o período político da regeneração (segunda metade do século XIX), o país deu prioridade ao desenvolvimento das infraestruturas de circulação (rodoviárias e ferroviárias), tendo como principal impulsionador o ministro António Maria Fontes Pereira de Melo. Além



da introdução do caminho-de-ferro, criou uma nova rede viária, através da abertura de novas estradas e melhorando outros caminhos que já existiam, mas que não possuíam condições para receber vários tipos de tráfego (dimensões e piso). É nesta altura que o concelho é dotado por um conjunto de novas estradas permitindo uma maior ligação aos principais centros urbanos no Norte do país, como por exemplo, a Estrada Real Porto-Braga (posteriormente Estrada Nacional 14) e as estradas com ligações à Póvoa de Varzim, Guimarães, Santo Tirso e Barcelos. Juntamente com estas estradas, foram construídos pontes e viadutos, merecendo destaque a Ponte do Altinho (em Arnoso Santa Eulália).

#### 4.2.8. PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

O conceito de património industrial abrange os vestígios da cultura industrial de valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico, associados à indústria, e pode tratar-se de vestígios que assumem diferentes formas, sejam edifícios, maquinaria, chaminés, documentos ou outros. O período com maior relevo neste campo de estudo estende-se desde a Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII), até à atualidade, mas passa também pelas origens pré e proto industriais.

O final do século XIX e o século XX conheceram em Vila Nova de Famalicão uma época dourada no campo industrial. Por diversos fatores, associados ao contexto socioeconómico, à presença do rio, a personalidades empreendedoras no concelho, entre outros, o Vale do Ave tornou-se numa referência nacional. Este crescimento, no número e na capacidade financeira destas empresas, teve um reflexo direto nas construções, muitas delas consideradas hoje património, e que fazem parte da memória e identidade comum. Um dos elementos mais simbólicos e visíveis é a chaminé industrial, que pontua frequentemente a paisagem, como a chaminé da Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães. Construída em 1913 pela empresa de construção de chaminés Garcia & Filhos, assinala a fábrica há mais de um século.

A fábrica têxtil Sampaio, Ferreira & C<sup>a</sup>, fundada por Narciso Ferreira em Riba de Ave, no ano de 1896, foi a primeira fábrica têxtil moderna do concelho de Vila Nova de Famalicão, e uma das maiores da região. Iniciou a sua atividade com 200 teares e uma estrutura vertical que incluía fiação, tecelagem e tinturaria. Narciso Ferreira, assumiu uma estratégia empresarial com base na diversidade do investimento. Foi sócio fundador da Sampaio Ferreira e de várias outras unidades fabris na área dos têxteis. Tal como acontece nesta fábrica, muitas outras, sobretudo da primeira metade do século XX, apesar de se encontrarem desativadas, mantêm-se os edifícios de corpos e fachadas muito bem desenhadas, espelhando o gosto, estilo e cultura da época.

Apesar da indústria têxtil ter tido, e ainda ter, um papel fundamental para o concelho, não podemos deixar de referir o peso da indústria metalúrgica e outras como a fábrica de relógios "A Boa Reguladora". Esta última foi, em tempos, a principal fábrica de relógios da Península Ibérica, constituindo, deste modo, um dos mais importantes exemplares do património industrial existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão. Fundada no Porto em 14 de abril de 1892, "A Boa Reguladora", como então se designou, conseguiu grande aceitação dos seus produtos nos mercados nacionais e internacionais. Em 1894 aparecem no mercado os primeiros relógios saídos das suas oficinas manuais. A empresa foi mais tarde transferida para Vila Nova de Famalicão, onde nos finais de 1896, iniciou definitivamente e em maior escala a sua laboração. Em 1907 esta empresa torna-se concessionária do fornecimento de iluminação elétrica, pública e particular no concelho. Em 1924 alargou consideravelmente as suas instalações, com a construção junto ao primitivo edifício, de um outro, que já evidenciava uma arquitetura cuidada. Em 2007, três ex-trabalhadores, adquiriram a patente "Boa Reguladora", criando a empresa "Regularfama", instalada na antiga fábrica, com o objetivo de restaurar e prestar assistência técnica aos antigos modelos e fabricar outros modelos com a tecnologia mais recente.

Associada à grande necessidade de consumo energético por parte das unidades fabris, no início do século XX são também construídas ao longo dos rios mini-hídricas. Estes equipamentos aproveitam a energia do rio para transformá-la em energia elétrica, um pouco à semelhança de uma barragem. Exemplo destes equipamentos é a Mini-hídrica Têxtil Eléctrica. Fundada em 1905 por uma sociedade de que faziam parte, entre outras, a Fábrica Têxtil de Riba de Ave Sampaio Ferreira & C<sup>a</sup> e a Empresa Têxtil Eléctrica. Esta experiência foi pioneira na produção e utilização de energia elétrica do Vale do Ave. Através da construção de uma mini-hídrica que, a partir de uma barragem instalada no Rio Ave e com um gerador de 500 volts, fornecia a fábrica. A empresa herdou o nome precisamente por esta sua característica inovadora à época. Chegou ainda a produzir eletricidade para casa dos proprietários, uma vez que o fornecimento de energia elétrica pública no concelho de Vila Nova de Famalicão, só viria a acontecer em 1909.

Recuando no tempo, e a uma escala bastante reduzida, referimos um outro tipo de forma de património industrial: os fornos comunitários, neste caso para a produção de telha. No concelho, conhece-se um forno deste tipo, localizado em Lousado, no lugar da Ponte. Trata-se de um forno comunitário, subterrâneo cuja função era a de cozer telha. Não é possível determinar o período efetivo de funcionamento, mas pensa-se que terá sido usado entre o século XIX e o século XX. Em 1998 sofreu uma intervenção de limpeza.

#### 4.2.9. PATRIMÓNIO GEO-ADMINISTRATIVO

O concelho de Vila Nova de Famalicão apenas em 1873 (com a anexação da freguesia de Gondifelos, que pertencia ao concelho de Barcelos) consolidou as suas fronteiras externas, fixando a sua área administrativa.

Até ao século XIX, este território estava dividido por inúmeras extensões de terras (muitas delas parceladas) que pertenciam a vários domínios: ao Rei (como foi o caso do “reguengo de Vila Nova”); passando pelas instituições eclesiásticas e religiosas (como diversos mosteiros até à própria Igreja e paróquias) e terminando nas grandes casas senhoriais (como Pindela, Vinhal, Pereira), entre outros pequenos senhorios.

Um dos principais marcos da história do nosso concelho (levando à perda da sua independência), aconteceu nos inícios do século XV, quando D. Afonso, ao ser investido Duque de Bragança, era já Conde de Barcelos e Senhor das Terras de Neiva, Faria, Vermoim (nos quais se incluía a maioria do território do atual concelho de Vila Nova de Famalicão) e Aguiar de Neiva. Os seus domínios compreendiam-se entre o Rio Lima e o Rio Este e desde o Oceano Atlântico até ao Termo de Braga. A Casa de Bragança passou a incluir todas estas possessões, as quais, no norte de Portugal e em especial no Entre-Douro-e-Minho, compreendiam uma parte significativa do território. Para assinalar as terras cujo domínio direto pertencia à Casa de Bragança foram implantados marcos demarcadores onde se esculpiu o escudo e a letra B (Bragança). Até 1640, os marcos apresentavam escudos simples. Após 1 de Dezembro de 1640, quando D. João IV ascende ao trono, os marcos passam a ser coroados, vincando a Casa de Bragança como Casa Real. Por estes factos, não é de admirar a existência um pouco por todo o concelho (embora muitos tivessem sido furtados e outros desaparecidos) destes dois tipos de marcos da Casa de Bragança (simples e com a coroa).

Mas, como vimos, houve lugares deste território que pertenceram a ordens eclesiásticas e religiosas, e também elas colocavam monólitos nos limites das suas terras ou à entrada de estruturas que pagavam portagem (por exemplo, o marco existente na ponte de São Veríssimo, em Cavalões).

A par dos marcos destes dois grandes domínios (reais e eclesiásticos), o concelho possui ainda (embora em muito menor número) de outros marcos delimitadores de terras, pertencendo a um sem número de entidades, sejam particulares ou coletivas.

Por fim, no concelho existem marcos que não servem para delimitar uma terra, mas para assinalar as distâncias. Falamos dos marcos miliários da Via Romana XVI, que ligava Bracara Augusta (Braga) a Olisipo (Lisboa), de que o Marco Miliário da Devesa (Antas) e o Marco Miliário do Souto (Cabeçudos) são um excelente exemplo.

#### 4.2.10. EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E EVOCATIVAS

Um pouco por todo o território de Vila Nova de Famalicão, podem ser encontradas expressões artísticas e evocativas, de diversos domínios, cujos contextos se reportam ao domínio público e privado. Entendemos que este tipo de arte se distingue das demais, pela forma como intervêm no espaço público/coletivo (a praça, o cruzamento ou a rua), mas também porque, mesmo estando na esfera do privado, abordam questões do interesse comum, e se relacionam com um determinado conjunto de indivíduos.

Estas manifestações encontram-se materializadas sob diversas formas, entre as quais, esculturas (estátuas, bustos) e painéis cerâmicos (azulejos). Representam múltiplas temáticas, procurando, na sua grande maioria recuperar e manter vivas as memórias acerca de personalidades (figuras) e acontecimentos, mas também refletem a criatividade, expressividade e pedagogia (alegorias e construções abstratas) de um povo.

Entre os exemplares inventariados, merecem destaque as estátuas de D. Sancho I (da autoria do escultor João Cutileiro, evocando o monarca que deu Carta de Foral a Vila Nova), D. Maria (da autoria do escultor Barata Feyo, representando a rainha que elevou o povoado de Vila Nova a Vila) e de Santo António (da autoria do escultor Jaime Azinheira, representando o santo protetor do concelho de Vila Nova de Famalicão), além do Monumento aos Mortos da Grande Guerra (da autoria de Luís Esteves Carvalho, tendo sido construído para homenagear os famalicenses falecidos na Primeira Guerra Mundial, enquadrando-se ainda nos vários monumentos deste género edificadas um pouco por todo o país).

### 4.3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

A Carta Arqueológica do concelho de Vila Nova de Famalicão é um documento cujo corpo principal data de 1982, com a criação do Gabinete de Arqueologia do Município e a necessidade de conhecer e inventariar o património arqueológico concelhio.

Tratava-se do primeiro documento fundamental para o conhecimento do potencial arqueológico do concelho e para a estruturação de planos e trabalhos futuros.

A sua elaboração teve como base a pesquisa bibliográfica, documental e a prospeção sistemática do território. Porém, por mais exaustivo que se queira um levantamento arqueológico, este nunca poderá ser definitivo. A constante e acelerada intervenção humana no território tem conduzido à identificação de inúmeros vestígios arqueológicos e à destruição de outros tantos. Assim, quanto mais pormenorizada e atualizada for a Carta

Arqueológica do concelho mais fácil será atuar preventivamente e salvaguardar esta realidade.

Assumindo que a Carta Arqueológica do concelho é um documento que permite dar a conhecer e salvaguardar os vestígios, esta necessita de uma atualização constante, podendo e devendo assim, ser utilizada como uma ferramenta de trabalho com grande utilidade no planeamento e ordenamento do território.

Para a nova versão do Plano Diretor Municipal efetuou-se uma revisão da Carta Arqueológica do Concelho que, por questões de orgânica interna, engloba os vestígios mais antigos conhecidos no território até à Alta Idade Média.

Entenda-se que alguns desses vestígios, embora dentro do âmbito cronológico apontado, fazem parte do inventário do Património Edificado.

Engloba também, os dados referentes aos acompanhamentos e escavações efetuadas pelo serviço de arqueologia ao longo da sua existência.

Esta revisão constou da reconfirmação dos limites dos sítios arqueológicos, da afinação de zonas de proteção, da prospeção de áreas até à data inacessíveis, da inclusão de dados recolhidos em estudos vários e da atualização das fichas de sítio arqueológico.

Para implantação dos sítios utilizou-se a cartografia preexistente, fornecida pelo Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística (DOGU).

A numeração dos sítios e achados mantém-se inalterada acrescida das situações inéditas (GA-FO-00001/GA-FS-00001, Gabinete de Arqueologia Ficha de Objeto, ou Ficha de Sítio).

No presente documento mantêm-se as Áreas de Potencial Valor Arqueológico, definidas na versão anterior do PDM, e as respetivas unidades de proteção; tomando como base inúmeros testemunhos orais, e a dispersão de materiais de superfície, criam-se mais duas zonas especiais de potencial arqueológico ZPA-A (ZPA-A - de S. Miguel -o -Anjo) e a ZPA-B ( ZPA-B - das Ermidas) possibilitando caracterização e a salvaguarda, através do registo dessas áreas de dispersão; cria-se também uma unidade de proteção para os bens móveis/ objetos isolados:

**PEPA - Perímetro especial de proteção arqueológica.** Tratam-se de áreas que não se encontrando classificadas, encontram-se inventariadas e foram objeto de intervenção arqueológica, ou aí foram encontrados vestígios arqueológicos bem definidos. As intervenções a realizar nestas áreas, acrescidas de um perímetro envolvente de 50m, deverão colher o parecer prévio do Gabinete de Arqueologia da CMVNF e sequentemente submetidas ao parecer da Tutela.

**ZPA – Zona de potencial arqueológico.** Áreas definidas com base em referências documentais, toponímicas, ou eventuais achados cuja localização não é muito precisa, e ainda as áreas correspondentes ao perímetro de 50 metros envolvente às igrejas e capelas não classificadas, identificadas na Planta de Ordenamento II – Património Cultural e Ambiental e no Anexo I do Regulamento.

**ZPA-A- Zona de potencial arqueológico de S. Miguel-o-Anjo, Calendário.** Área criada com base em testemunhos orais e dispersão de materiais de superfície. Visando a salvaguarda através do registo qualquer intervenção no subsolo que implique revolvimento de terras (agricultura intensiva, abertura de valas para passagem de água, gás, saneamento, drenagens, ...) deverá obrigatoriamente ter acompanhamento arqueológico e os resultados obtidos disponibilizados aos serviços municipais.

**ZPA-B- Zona de potencial arqueológico das Ermidas, Jesufrei.** Área criada com base em testemunhos orais e dispersão de materiais. Visando a salvaguarda através do registo qualquer intervenção no subsolo que implique revolvimento de terras (agricultura intensiva, abertura de valas para passagem de água, gás, saneamento, drenagens ...) deverá obrigatoriamente ter acompanhamento arqueológico e os resultados obtidos disponibilizados aos serviços municipais.

As intervenções a realizar nestas áreas deverão colher o parecer prévio do Gabinete de Arqueologia da CMVNF e sequentemente submetidas ao parecer da Tutela.

**BM – Bens móveis/ objetos isolados.** Os objetos isolados que se encontram, ou venham a encontrar em território famalicense deverão dispor de um perímetro de proteção, nunca inferior a 10 m, não podendo ser removidos, vendidos, ou transformados sem colher o parecer prévio do Gabinete de Arqueologia da CMVNF e sequentemente submetidas ao parecer da Tutela.

**Quadro 4:** Identificação de conjuntos, sítios e bens móveis (objetos isolados) constantes na Carta Arqueológica para o PDM<sup>1</sup>

N.º GABINETE	N.º PDM	N.º ENDOVÉLICO	DESIGNAÇÃO	PROTEÇÃO	DIPLOMA LEGAL
GA-FS-00001	1011	S/N2	Mamoas de Fiães	PEPA	
GA-FS-00002	1012	2592/6434	Castro de Penices	PEPA	
GA-FS-00003	1007	1528	Castro de S. Miguel-o-Anjo	Imóvel de Interesse Público	Decreto nº 29/90, DR 163 de 17 julho 1990.
GA-FS-00004	1007	1528	Castelo de Costoias	Abrangido pela proteção de IIP –	Decreto nº 29/90, DR 163 de 17 julho 1990.

<sup>1</sup> As fichas do inventário do património arqueológico encontram-se em anexo do presente documento.

<sup>2</sup> Quando não foi possível associar o elemento patrimonial à base de dados Endovélico, colocou-se a sigla S/N.

N.º GABINETE	N.º PDM	N.º ENDOVÉLICO	DESIGNAÇÃO	PROTEÇÃO	DIPLOMA LEGAL
				Imóvel de Interesse Público	
GA-FS-00005	1018	2444	Castro do Facho	PEPA	
GA-FS-00006	1018	2444	Povoado do Facho	PEPA	
GA-FS-00007	1019	S/N	Sítio Arqueológico da Quinta de Boamense	ZPA	
GA-FS-00008	1020	35909	Sítio Arqueológico da Igreja Velha I	ZPA	
GA-FS-00009	1038	2486/2760	Castro das Eiras	CIP - Conjunto de Interesse Público	Portaria n.º 656/2022, Diário da República (II Série), n.º 169, de 01-09-2022
GA-FS-00010	1039	34045	Bouça de Pique		
GA-FS-00011	1045	2837/3681	Castro de Santa Tecla	PEPA	
GA-FS-00012	1045	2837/3681	Castelo de Sabroso	PEPA	
GA-FS-00013	1043	S/N	Sítio Arqueológico da Agrela	ZPA	
GA-FS-00014	1044	S/N	Sítio Arqueológico da Agrinha	ZPA	
GA-FS-00015	1033	15787	Mamoia 1 de Vermoim	CIP - Conjunto de Interesse Público	Portaria n.º 656/2022, Diário da República (II Série), n.º 169, de 01-09-2022
GA-FS-00016	1035	2527	Mamoia 2 de Vermoim		
GA-FS-00017	1034	14962	Mamoia 3 de Vermoim		
GA-FS-00018	1032	2542	Mamoia 4 de Vermoim		
GA-FS-00019	1037	237	Castro de Vermoim		
GA-FS-00020	1037	237	Castelo de Vermoim		
GA-FS-00021	1022	S/N	Povoado do Rio	ZPA	
GA-FS-00022	1025	2566	Castro da Santa Cristina	CIP - Conjunto de Interesse Público	Portaria n.º 656/2022, Diário da República (II Série), n.º 169, de 01-09-2022
GA-FS-00023	1024	S/N	Castro do Cruito	PEPA	
GA-FS-00024	1041	S/N	Sítio Arqueológico de Quintela	ZPA	

N.º GABINETE	N.º PDM	N.º ENDOVÉLICO	DESIGNAÇÃO	PROTEÇÃO	DIPLOMA LEGAL
GA-FS-00025	1008	3645	Castro das Ermidas	Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 29 de 17 de Julho de 1990.
GA-FS-00026	1008	3645	Castelo Beati		
GA-FS-00027	2295	S/N	Estação Romana do Covelo	ZPA	
GA-FS-00029	1009	312	Castro de S. Mamede (ou Monte Redondo)	Monumento Nacional	Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho de 1910.
GA-FS-00030	1023	S/N	Sítio Arqueológico de Lamela	PEPA	
GA-FS-00031	1029	1390	Santo Antoninho	PEPA	
GA-FS-00032	1027	2499	Castro da Bóca: Bóca I	PEPA	
GA-FS-00033	1028	2499	Outeiro do Castro: Bóca II	PEPA	
GA-FS-00034	1010	13392	Estação Romana de Perrelos	SIP - Sítio de Interesse Público	Despacho de 26 de Setembro de 2000.
GA-FS-00035	1010	6876	Necrópole de Perrelos		
GA-FS-00036	1010	1528	Castro de São Miguel		
GA-FS-00037	1010	1528	Castelo de S. Miguel		
GA-FS-00038	1042	6872	Necrópole da Quinta da Bouça	ZPA	
GA-FS-00039	1013	S/N	Sítio Arqueológico da Igreja Velha II	ZPA	
GA-FS-00040	1016	S/N	Sítio Arqueológico de Fiança	ZPA	
GA-FS-00041	1014	S/N	Sítio Arqueológico de Lobeira	ZPA	
GA-FS-00042	1017	S/N	Estação Romana da Quinta da Devesa	ZPA	
GA-FS-00043	1015	S/N	Sítio Arqueológico de Eirados	ZPA	
GA-FS-00044	1046	S/N	Penedo da Moura	PEPA	
GA-FS-00045	1036	34044	Atalaia de Telhado	CIP - Conjunto de Interesse Público	Portaria n.º 656/2022, Diário da República (II Série), n.º 169, de 01-09-2022



N.º GABINETE	N.º PDM	N.º ENDOVÉLICO	DESIGNAÇÃO	PROTEÇÃO	DIPLOMA LEGAL
GA-FS-00046	1031	S/N	Sítio Arqueológico do Paço	ZPA	
GA-FS-00047	1026	S/N	Sítio Arqueológico da Igreja	ZPA	
GA-FS-00048	2296		Sítio Arqueológico de Reais (Casa, Quinta e Mata de Pindela)	Abrangido pela zona de proteção do MIP	Portaria n.º 740-DG, de 24 de dezembro 2012
GA-FS-00049	1030	S/N	Eremitério de Santo Antoninho	PEPA	
GA-FS-00050	1021	S/N	Sítio Arqueológico de Seara	ZPA	
GA-FS-00051	2150	S/N	Necrópole de Palhares (Parcial)	Abrangido pela zona de proteção do IIP +PEPA	Decreto n.º 29 de 17 de Julho de 1990
GA-FS-00052	1152	S/N	Marco Miliário da Devesa	Monumento Nacional	Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho 1910 (8 Marcos miliários (série Capela))
GA-FS-00053	379	S/N	Marco Miliário da Casa do Vinhal	Abrangido pela zona de proteção do IIP	Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977 (Casa do Vinhal, incluindo a capela e os jardins)
GA-FS-00054	1242	6873/15644	Marco Miliário de Santa Catarina	Monumento Nacional	Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho 1910 (8 Marcos miliários (série Capela))
GA-FS-00055	1463 e 1463a	S/N	Caminho com vestígios de pavimento antigo (Via XVI) Portela	PEPA	
GA-FS-00056	2148	S/N	Sítio Arqueológico do Sobreirinho	PEPA	
GA-FS-00057	2149	S/N	Penedo das Estrelas	CIP - Conjunto de Interesse Público	Portaria n.º 656/2022, Diário da República (II Série), n.º 169, de 01-09-2022
GA-FS-00059	2151	S/N	Bouça das Moedas	PEPA	
GA-FS-00060	2152	S/N	Mamoas de Fiães 2	PEPA	
GA-FS-00061	2153	S/N	Gravura Fiães	BM	
GA-FS-00062	2154	S/N	Montinho da Portela	PEPA	
GA-FS-00063	2155	S/N	Outeiro da Portela	PEPA	
GA-FS-00064	2156	S/N	Zona de potencial arqueológico de S. Miguel-o-Anjo	ZPA-A-	

N.º GABINETE	N.º PDM	N.º ENDOVÉLICO	DESIGNAÇÃO	PROTEÇÃO	DIPLOMA LEGAL
GA-FS-00065	2157	S/N	Zona de potencial arqueológico das Ermidas.	ZPA-B-	
GA-FS-00027	2295	S/N	Estação Romana do Covelo	ZPA	
<b>GA-FS-00066</b>	2297		Penedo da Lua	PEPA	
<b>NOTA</b>	<p><b>À listagem apresentada acrescentem:</b></p> <p>1 - Os sarcófagos inventariados cuja a localização deverá manter a proteção de Zona Potencial Arqueológica (DOGU 1186, 1841, 1222, 1223, 1259, 1260, 1338, 1339, 1340, 1728 e 2168)</p> <p>2 - Ponte Velha I Pontão de Antas (DOGU 13), abrangida pelo Perímetro Especial de Proteção Arqueológica.</p> <p>3 - As Igrejas e capelas identificadas no Património edificado de construção anterior ao séc. XIX, com um perímetro envolvente de 50m, que deverão manter a proteção de Zona de Potencial Arqueológico.</p>				

Quanto aos sítios arqueológicos, importa referir que analisada a base de dados do Endovélico verificou-se que alguns dos sítios aí referenciados correspondem a referências bibliográficas, de achados isolados (2575, 2843, 3482, 6270, 6369, 6705, 6879, 6952, 6978), e outros condizem com prospeções (14634). Nestes casos não foi possível determinar a localização precisa dos achados pelo que não se encontram posicionados cartograficamente. Do mesmo modo foram omitidos os locais onde já não existem vestígios, por terem sido totalmente removidos, é o caso do (17179).

Foram detetados casos, aparentemente, com números duplicados, é o caso dos números: 2592/6434, 2837/3681 e 6873/15644.

Verificou-se ainda que um dos casos (1528) corresponde a dois sítios de localização diferente: o Castro de S. Miguel-o-Anjo, o nosso código DOGU 1007, e o Castro de S. Miguel-o-Anjo de Delães, Ruivães, o nosso código DOGU 1010.

No âmbito da elaboração do presente documento e da necessidade de esclarecer a proteção preconizada pelo do regulamento do PDM, abaixo identificamos as igrejas e capelas, uma vez que, hoje, alguns espaços designados de capelas foram em tempos igrejas paroquiais, localizadas na área administrativa do concelho de Vila Nova de Famalicão, que pelo seu potencial arqueológico, possuem a proteção de Zona de Potencial Arqueológico, com um perímetro envolvente de 50 metros.

**Quadro 5: Listagem das Igrejas e Capelas abrangidas por ZPA**

N.º IMÓVEL	N.º PDM	TIPO	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
<b>BAIRRO</b>				

N.º IMÓVEL	N.º PDM	TIPO	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
GPC.0402C01	42	Igreja	Igreja Velha	1601-01-01; 1800-12-31; Séculos XVII/XVIII; Construção; Conjetural
GPC.0403	43	Capela	Capela de Santo Estevão	1701-01-01; 1800-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.0419C01.01	50	Capela	Capela da Casa da Quinta de Pereira	1701-01-01; 1900-12-31; Século XVIII - Século XIX; Construção; Conjetural
<b>CASTELÕES</b>				
GPC.1003C01	143	Igreja	Igreja de São Tiago de Castelões	1701-01-01; 1800-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.1004C01	144	Capela	Capela de Santo António	1651-01-01; 1750-12-31; Século XVII: Segunda Metade - Século XVIII: Primeira Metade; Construção; Conjetural
<b>CRUZ</b>				
GPC.1201C01	164	Igreja	Igreja de São Tiago da Cruz	1601-01-01; 1700-12-31; Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.1202C01	166	Capela	Capela de Santo António	1559-00-00; 1589-00-00; Século XVI; Construção; Conjetural
GPC.1203C01	167	Capela	Capela do Senhor dos Aflitos	1776-00-00; 1800-00-00; Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.1204C01.01	1704	Capela	Capela da Senhora da Conceição	1661-00-00; 1661-00-00; Século XVII; Construção
<b>DELÃES</b>				
GPC.1302C04	180	Capela	Capela de São João	1501-01-01; 1700-12-31; Século XVI - Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.1303	181	Capela	Capela de Santo António	1704-00-00; 1704-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.1304C02	182	Capela	Capela da Senhora do Amparo	1501-01-01; 1700-12-31; Século XVI - Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.1305C02	183	Capela	Capela de São João Baptista	1930-01-01; 1949-12-31; Século XX; Construção; Conjetural
<b>FRADELOS</b>				
GPC.1502	190	Capela	Capela da Senhora das Neves	1501-00-00; 1616-12-31; Século XVI-Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.1503C01	191	Capela	Capela do Espírito Santo	1758-00-00; 1758-00-00; Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.1509C03	193	Capela	Capela de São Bento	1678-12-05; 1678-12-05; Século XVII; Construção; Conjetural
<b>GAVIÃO</b>				

N.º IMÓVEL	N.º PDM	TIPO	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
GPC.1602	196	Capela	Capela de São Vicente	1776-01-01; 1800-12-31; Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.1603C02	197	Capela	Capela de São José	1743-00-00; 1758-04-25; Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.1604C01.01	198	Capela	Capela da Senhora do Carmo	1781-01-01; 1799-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>JOANE</b>				
GPC.1901C02.02	211	Capela	Capela de São Miguel-o-Anjo	1501-01-01; 1612-10-05; Séculos XVI/XVII; Construção; Conjetural
GPC.1905C01	216	Capela	Capela de São Bento	1501-00-00; 1650-00-00; Século XVI - Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.1906	218	Capela	Capela da Senhora da Carreira	1501-00-00; 1600-00-00; Século XVI; Construção; Conjetural
GPC.1907C01	219	Capela	Capela do Senhor dos Santos Passos	1601-01-01; 1800-12-31; Século XVII - Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.1908C02	220	Capela	Capela de Santo Ovídio	1601-01-01; 1700-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>LANDIM</b>				
GPC.2101C01	464	Igreja	Igreja de Santa Maria de Landim	1101-01-01; 1200-12-31; Século XII; Construção; Conjetural
GPC.2102C01.01	592	Capela	Capela das Santas Chagas	1570-00-00; 1570-00-00; Século XVI; Construção; Conjetural
GPC.2102C01.02	592	Capela	Capela de São Brás	1501-01-01; 1700-12-31; Século XVI - Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.2102C01.03	592	Capela	Capela do Senhor dos Santos Passos	1501-01-01; 1700-12-31; Século XVI - Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.2105C01	225	Capela	Capela de Santa Marinha	1220-00-00; 1220-00-00; Século XIII; Referência Documental
GPC.2106	226	Capela	Capela da Senhora do Carmo	1750-00-00; 1850-00-00; Século XVIII - Século XIX; Construção; Conjetural
GPC.2107	227	Capela	Capela da Senhora das Dores	1777-00-00; 1777-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.2108C01	228	Capela	Capela da Senhora do Amparo	1601-01-00; 1648-01-01; Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.2123C01.01	472	Capela	Capela da Senhora da Lapa	1701-01-01; 1750-01-01; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>LOURO</b>				
GPC.2302C01	241	Capela	Capela do Senhor do Monte	1648-00-00; 1648-00-00; Século XVII; Construção; Conjetural

N.º IMÓVEL	N.º PDM	TIPO	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
GPC.2303	242	Capela	Capela de Santo António	1501-01-01; 1611-01-01; Século XVI - Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.2304C01.01	243	Capela	Capela da Senhora da Conceição	1701-01-01; 1800-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>LOUSADO</b>				
GPC.2401C02	245	Capela	Capela de São Lourenço	1501-01-01; 1600-12-31; Século XVI; Construção; Conjetural
GPC.2404C01	247	Capela	Capela do Sagrado Coração de Maria	1876-09-09; 1876-09-09; Século XIX; Acontecimento/Inauguração
<b>MOGEGE</b>				
GPC.2501C01	449	Igreja	Igreja de Santa Marinha de Mogege	1601-01-01; 1700-12-31; Século XVII; Construção; Conjetural
<b>NINE</b>				
GPC.2701C01	266	Igreja	Igreja de Santa Maria de Nine	1701-01-01; 1800-12-31; Século XX; Construção; Conjetural
GPC.2706C02	2109	Capela	Capela da Senhora da Natividade	1731-00-00; 1735-00-00; Século XVIII: 1.ª Metade; Construção; Conjetural
GPC.2707	269	Capela	Capela de São João Baptista	1675-01-01; 1700-12-31; Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.2708C01	270	Capela	Capela de Santo António	1600-00-00; 1613-00-00; Século XVII; Construção; Conjetural
<b>POUSADA DE SARAMAGOS</b>				
GPC.3202C01	286	Capela	Capela de Santa Apolónia	1744-02-06; 1744-02-06; Século XVIII; Reedificação
GPC.3203C01.01	287	Capela	Capela de Santa Justa	1725-01-01; 1775-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>REQUIÃO</b>				
GPC.3301C01	290	Igreja	Igreja de São Silvestre de Requião	1001-01-01; 1100-12-31; Século XI; Construção; Conjetural
GPC.3302C01	293	Capela	Capela de São João de Pedra Leital	1001-01-01; 1084-12-31; Século XI; Construção; Conjetural
GPC.3303C01	295	Capela	Capela de São José	1736-00-00; 1736-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.3305C01	297	Capela	Capela de São Tiago	1755-01-01; 1756-12-31; Século XVIII; Construção
<b>RIBA DE AVE</b>				

N.º IMÓVEL	N.º PDM	TIPO	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
GPC.3402	302	Capela	Capela de São Roque	1606-00-00; 1606-00-00; Século XVII; Construção
GPC.3403C01	307	Capela	Capela da Misericórdia	1701-01-01; 1800-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>RIBEIRÃO</b>				
GPC.3501C01	308	Igreja	Igreja de São Mamede de Ribeirão	1501-01-01; 1550-12-31; Século XVI: 1.ª Metade; Construção; Conjetural
GPC.3502C01	309	Capela	Capela de Santa Ana	1501-01-01; 1549-12-31; Século XVI; Construção; Conjetural
GPC.3503C01	313	Capela	Capela do Senhor dos Perdões	1883-00-00; 1883-00-00; Século XIX; Construção
<b>SANTA MARIA (OLIVEIRA)</b>				
GPC.3901C01	336	Igreja	Igreja de Santa Maria de Oliveira	1033-02-20; 1033-02-20; Século XI; Fundação
GPC.3901C02	337	Capela	Capela do Espírito Santo	1729-08-00; 1729-08-00; Século XVIII; Construção
GPC.3902	340	Capela	Capela de São Sebastião	1736-00-00; 1736-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.3904C01B	341	Capela	Capela de Santa Tecla	1725-01-01; 1755-00-00; Século XVIII; Meados; Construção
GPC.3905C01	342	Capela	Capela de São Cristóvão	1746-00-00; 1746-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.3906C01	344	Capela	Capela da Senhora da Piedade	1743-00-00; 1743-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.3907	345	Capela	Capela de São Gonçalo	1953-00-00; 1953-00-00; Século XX; Construção
GPC.3908C01.01	346	Capela	Capela de São Domingos de Gusmão	1768-00-00; 1768-00-00; Século XVIII; Construção
<b>SÃO MARTINHO (VALE)</b>				
GPC.4101C01	349	Igreja	Igreja de São Martinho do Vale	1699-00-00; 1699-00-00; Seculo XVII; Construção
<b>SÃO MATEUS (OLIVEIRA)</b>				
GPC.4202	356	Capela	Capela da Senhora da Conceição	1797-00-00; 1797-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.4203C01	357	Capela	Capela de São José	1776-07-06; 1776-07-06; Século XVIII; Construção
GPC.4203C02	358	Capela	Capela de Santa Ana	1550-01-01; 1600-07-02; Século XVII; Construção

N.º IMÓVEL	N.º PDM	TIPO	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
<b>União das freguesias de Antas e Abade de Vermoim\ABADE DE VERMOIM</b>				
GPC.0101C01	1	Igreja	Igreja de Santa Maria de Abade de Vermoim	1753-00-00; 1753-00-00; Século XVIII; Construção
<b>União das freguesias de Antas e Abade de Vermoim\ANTAS</b>				
GPC.0202C01	12	Igreja	Igreja de São Tiago de Antas	1201-01-01; 1400-12-31; Séculos XIII/XIV; Construção; Conjetural
GPC.0203C01	16	Capela	Capela de São Cláudio	1501-01-01; 1600-12-31; Século XVI; Construção; Conjetural
GPC.0215C01.01	19	Capela	Capela da Senhora da Conceição	1701-01-01; 1800-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures\SANTA EULÁLIA (ARNOSO)</b>				
GPC.3701C01	323	Igreja	Igreja do Mosteiro de São Salvador de Arnoso	1124-00-00; 1124-00-00; Século XII; Construção
<b>União das freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures\SANTA MARIA (ARNOSO)</b>				
GPC.3801C01	330	Igreja	Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Arnoso Santa Maria	1618-00-00; 1618-00-00; Século XVII; Construção
<b>União das freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures\SEZURES</b>				
GPC.4501C01	363	Igreja	Igreja de São Mamede de Sezures	1757-00-00; 1757-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.4508C03	364	Capela	Capela de São Vicente	1601-01-01; 1724-12-31; Século XVII - Século XVIII; Construção
<b>União das freguesias de Avidos e Lagoa\AVIDOS</b>				
GPC.0301C01	26	Igreja	Igreja de São Martinho de Avidos	1201-01-01; 1300-12-31; Século XIII; Construção; Conjetural
GPC.0303C02	27	Capela	Capela de São João Baptista	1688-00-00; 1688-00-00; Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.0309C01.02	28	Capela	Capela de São José	1702-00-00; 1702-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.0309C04	30	Capela	Capela do Bom Jesus	1650-01-01; 1700-12-31; Século XVII; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Avidos e Lagoa\LAGOA</b>				
GPC.2001C01	223	Igreja	Igreja do Divino Salvador da Lagoa	1501-01-01; 1600-12-31; Século XVI; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Carreira e Bente\CARREIRA</b>				

N.º IMÓVEL	N.º PDM	TIPO	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
GPC.0901C01	131	Igreja	Igreja de São Tiago da Carreira	1676-01-01; 1724-12-31; Séculos XVII/XVIII; Construção; Conjetural
GPC.0902C01	132	Capela	Capela de Santo Amaro	1601-01-01; 1700-12-31; Século XVII; Construção
<b>União das freguesias de Esmeriz e Cabeçudos\CABEÇUDOS</b>				
GPC.0702C01	81	Igreja	Igreja de São Cristóvão de Cabeçudos	1701-01-01; 1879-00-00; Séculos XVIII/XIX; Construção; Conjetural
GPC.0703C01	83	Capela	Capela de Santa Catarina	1701-01-01; 1720-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.0711C02	91	Capela	Capela de São Paio	900-01-01; 1100-12-31; Século X - Século XI; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Esmeriz e Cabeçudos\ESMERIZ</b>				
GPC.1401C01	184	Igreja	Igreja de São Pedro de Esmeriz	1677-00-00; 1677-00-00; Século XVII; Intervenção/Reedificação
GPC.1402C01	185	Capela	Capela de São Marçal	1401-01-01; 1600-12-31; Séculos XV-XVI; Construção; Conjetural
GPC.1403C02	186	Capela	Capela de Santa Maria	1758-05-23; 1758-05-23; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\CAVALÕES</b>				
GPC.1101C01	161	Capela	Capela de São Gonçalo	1646-00-00; 1646-00-00; Século XVII; Construção
GPC.1102C01	162	Igreja	Igreja de São Martinho de Cavalões	1701-01-01; 1800-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\GONDIFELOS</b>				
GPC.1707C01	201	Capela	Capela de Santa Maria Madalena	1601-01-01; 1700-12-31; Século XVII; Construção
GPC.1713C02	204	Capela	Capela do Senhor da Ponte	1757-00-00; 1757-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.1729C02	205	Capela	Capela da Senhora da Conceição	1738-00-00; 1738-00-00; Século XVIII; Construção
<b>União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\OUTIZ</b>				
GPC.2901C01	277	Igreja	Igreja de São Tiago de Outiz	1701-01-01; 1749-12-31; Século XVIII; Reedificação; Conjetural
GPC.2902C01	279	Capela	Capela da Senhora da Guia	1201-01-01; 1220-00-00; Século XIII; Inícios; Conjetural
GPC.2913C01.01	278	Capela	Capela da Senhora do Socorro	1753-09-06; 1753-09-06; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei\LEMENHE</b>				



N.º IMÓVEL	N.º PDM	TIPO	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
GPC.2201C01	229	Igreja	Igreja do Divino Salvador de Lemenhe	1650-00-00; 1750-00-00; Século XVII - Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.2202C01	230	Capela	Capela da Senhora do Carmo	1600-00-00; 1660-00-00; Século XVII; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei\MOUQUIM</b>				
GPC.2601C01	255	Igreja	Igreja de São Tiago de Mouquim	1701-01-01; 1749-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.2602C01.01	257	Capela	Capela da Senhora dos Remédios	1780-00-00; 1790-00-00; Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.2613C01.01	261	Capela	Capela da Senhora da Conceição	1718-01-19; 1718-01-19; Século XVIII; Construção
<b>União das freguesias de Ruivães e Novais\NOVAIS</b>				
GPC.2801C01	276	Igreja	Igreja de São Simão de Novais	1720-00-00; 1720-00-00; Século XVIII; Reconstrução; Conjetural
<b>União das freguesias de Ruivães e Novais\RUIVÃES</b>				
GPC.3601C01	315	Igreja	Igreja do Divino Salvador de Ruivães	1772-00-00; 1772-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.3602C01	316	Capela	Capela do Calvário	1625-01-01; 1675-12-31; Século XVII: Meados; Construção; Conjetural
GPC.3603C02	318	Capela	Capela de Santo António	1601-01-01; 1749-12-31; Século XVII - Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.3604	319	Capela	Capela de Santa Rita	1601-01-01; 1749-12-31; Século XVII - Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Seide\SÃO MIGUEL (SEIDE)</b>				
GPC.4301C02	361	Igreja	Igreja de São Miguel de Seide	1701-01-01; 1724-12-31; Século XVIII: Inícios; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\PORTELA</b>				
GPC.3101C01	284	Igreja	Igreja de Santa Marinha da Portela	1701-01-01; 1800-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\SÃO COSME (VALE)</b>				
GPC.4001C01	450	Igreja	Igreja de São Cosme e São Damião do Vale	1701-01-01; 1749-12-31; Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.4001C02	350	Capela	Capela de São Bento	1500-01-01; 1600-12-31; Século XVI; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\TELHADO</b>				

N.º IMÓVEL	N.º PDM	TIPO	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
GPC.4601C01	365	Igreja	Igreja de Santa Maria de Telhado	1701-01-01; 1724-12-31; Século XVIII: Inícios; Construção; Conjetural
GPC.4602C01.01.01	1714	Capela	Capela de Jesus, Maria e José	1756-00-00; 1757-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.4604C03.01	871	Capela	Capela da Casa de Valverde	1725-01-01; 1775-12-31; Século XVIII: Meados; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário\CALENDÁRIO</b>				
GPC.0802C01	102	Igreja	Igreja de São Julião de Calendário	1501-01-01; 1700-12-31; Séculos XVI/XVII; Construção
GPC.0803C01	103	Capela	Capela de Santa Catarina	1601-01-01; 1700-12-31; Século XVII; Construção; Conjetural
GPC.0805C02	107	Capela	Capela de São João	1673-00-00; 1673-00-00; Século XVII; Construção; Conjetural
<b>União das freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário\VILA NOVA DE FAMILIÇÃO</b>				
GPC.4801C02.01	1859	Capela	Capela de São Francisco	1675-00-00; 1740-00-00; Século XVII - Século XVIII; Construção; Conjetural
GPC.4803C01	381	Igreja	Igreja de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão	1522-00-00; 1522-00-00; Século XVI; Construção
GPC.4805	382	Capela	Capela de Santo Adrião	1501-01-01; 1600-12-31; Século XVI; Construção; Conjetural
GPC.4806C02	383	Capela	Capela da Senhora da Lapa	1577-00-00; 1577-00-00; Século XVI; Construção; Conjetural
<b>VERMOIM</b>				
GPC.4701C01	370	Igreja	Igreja de Santa Maria de Vermoim	1764-00-00; 1764-00-00; Século XVIII; Construção
GPC.4703C02	373	Capela	Capela da Senhora da Assunção	1652-00-00; 1652-11-30; Século XVII; Construção
GPC.4705C01.01	377	Capela	Capela da Senhora do Desterro	1756-10-17; 1756-10-17; Século XVIII; Construção
GPC.4713C01.01	375	Capela	Capela da Quinta da Breia	1601-01-01; 1649-12-31; Século XVII; Construção; Conjetural

## 5. DIAGNÓSTICO

### 5.1. REVISÃO CRÍTICA

Os estudos do património que integravam os elementos anexos ao Plano Diretor Municipal - 1994 (publicado pela Resolução de Ministros n.º 82/94) constituíram o primeiro grande mapeamento do património existente no concelho de Vila Nova de Famalicão.

A par desta identificação, o regulamento do plano considerava (artigo 13.º) valores patrimoniais, *“todos os imóveis já classificados e em vias de classificação, abrangidos por legislação específica, e ainda outros, isolados ou agrupados, conjuntos naturais, sítios, elementos construídos e arqueológicos que, pelas suas características relevantes, carecem de cuidados especiais de preservação e integração”*. Sobre as áreas de proteção (artigo 14.º) o dito documento referia ainda que *“para além daquelas já estabelecidas por diplomas legais específicos, seriam estabelecidas áreas de proteção delimitadas na planta atualizada de condicionantes”*. Estabelecia que os pedidos de licenciamento, dentro das áreas de proteção definidas, seriam analisados pela Comissão Especial de Avaliação de Projetos (CEAP), a criar, *“sem prejuízo da legislação aplicável aos valores patrimoniais classificados ou em vias de classificação”*.

A CEAP (artigo 90.º) *“apreciava as pretensões situadas na área de proteção dos valores patrimoniais inventariados e ainda outras, sob proposta dos serviços técnicos da Câmara Municipal, quando, por qualquer forma, fossem suscetíveis de afetarem significativamente a envolvente”*.

A CEAP tinha a *“participação necessária do vereador da cultura ou seu representante”*.

O Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação (RMUE) - 2003, previa a aposta na recuperação do património edificado municipal, como elemento da identidade deste concelho, ao isentar-se parcialmente do pagamento de taxas, as obras de reconstrução de edifícios construídos até 1971, e aos que estavam classificados como A e B, de acordo com o art.º 15º do Regulamento Municipal de Salvaguarda da Área Central da Cidade de Vila Nova de Famalicão.

O Plano Diretor Municipal - 2015 (publicado pelo Aviso n.º 10268/2015), definia (no artigo 16.º) que os *“bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como, os imóveis singulares, conjuntos de imóveis ou sítios, que pelo seu interesse social, histórico, arquitetónico ou outro, se encontram identificados na Planta de Ordenamento II – Património Edificado e Arqueológico e no Anexo I ao presente regulamento, estão sujeitos a medidas de proteção e valorização”* e que *“as operações urbanísticas a realizar nos bens culturais classificados ou em vias de classificação e nos respetivos perímetros de*

*proteção, estão sujeitas nos termos da legislação específica, a parecer favorável da respetiva entidade responsável.*

*Sem prejuízo da possibilidade de realizar intervenções arquitetónicas que permitam adaptar os imóveis identificados na Planta de Ordenamento II – Património Edificado e Arqueológico, à vida contemporânea ou a sua afetação a usos diferentes dos originais, as operações urbanísticas devem preservar, valorizar ou, quando se justifique reabilitar as suas características arquitetónicas e elementos identitários, devendo ainda ser protegido o contexto onde se encontram inseridos através do condicionamento à ocupação e à alteração do edificado na área abrangida pelo perímetro de proteção, o qual no caso dos bens imóveis patrimoniais não classificados, deve corresponder a uma largura de referência de 50 metros envolvente ao imóvel, conjunto ou sítio.*

*Qualquer intervenção a realizar nos bens patrimoniais, tem obrigatoriamente de ser precedida da apresentação e aprovação de estudos e projetos devidamente detalhados de modo a caracterizar adequadamente a situação existente e a justificar que o tipo de intervenção proposta, constitui uma solução suficientemente ponderada e pertinente para efeito da salvaguarda do bem imóvel.*

*Os projetos de intervenção em imóveis patrimoniais não classificados e no respetivo anel de proteção, devem ser apreciados por equipa técnica multidisciplinar com competências nas especialidades relevantes tendo em conta o objeto de análise”.*

Os imóveis classificados, também eles assinalados na Planta de Ordenamento II – Património Cultural e Ambiental. As intervenções previstas para os mesmos carecem de um parecer favorável por parte da entidade responsável. No caso dos bens classificados como imóveis de interesse nacional ou público, essa entidade é a Direção-Geral do Património Cultural, enquanto que nos imóveis classificados como de interesse municipal esse parecer é solicitado aos serviços municipais, mais concretamente à Divisão de Cultura e Turismo.

Sobre os conjuntos e sítios arqueológicos (artigo 17.º) refere que se *“encontram identificados na Planta de Ordenamento II – Património Edificado e Arqueológico e no Anexo I ao presente regulamento, os conjuntos ou sítios que integram valores arqueológicos localizados, bem como, o território passível de ocorrência de valores arqueológicos.*

*Os sítios e conjuntos arqueológicos estão identificados de acordo com as seguintes unidades de proteção:*

- a. Perímetros especiais de proteção arqueológica (PEPA), compreendendo as áreas delimitadas com base em intervenções arqueológicas ou achados devidamente localizados.*
- b. Zonas de potencial arqueológico (ZPA), compreendendo as áreas delimitadas com base em referências documentais, toponímicas, ou eventuais achados, cuja*

*localização precisa é desconhecida e ainda, as áreas correspondentes ao perímetro de 50 metros envolvente às igrejas não classificadas e de construção anterior ao século XIX.*

*Nas áreas referidas em a) e b), não pode haver qualquer intervenção sem que, seja privilegiada a proteção, a conservação e a valorização dos vestígios arqueológicos nelas existentes, ficando, para esse efeito, condicionadas todas as ações e trabalhos de remodelação dos terrenos, independentemente do fim a que se destinem, a obedecer ao disposto na legislação vigente, em matéria de salvaguarda do património arqueológico.*

*Sempre que a realização de intervenções arqueológicas e novos achados determinem a reformulação ou o estabelecimento de novos PEPA ou ZPA, procede -se à atualização da Planta de Ordenamento – Património Edificado e Arqueológico e à sua publicação de acordo com os procedimentos inerentes à alteração do Plano.*

*Nas áreas que integram os conjuntos ou sítios arqueológicos, assinaladas na Planta de Ordenamento II – Património Edificado e Arqueológico, qualquer trabalho que implique a remodelação de terreno está sujeito a parecer da entidade de tutela, sendo que o tipo de trabalhos a realizar, deve respeitar, nomeadamente, as orientações dos serviços de Arqueologia da Câmara Municipal.*

*A Câmara Municipal pode assegurar a salvaguarda dos testemunhos arqueológicos, nomeadamente, recorrendo aos técnicos dos serviços municipais competentes, tendo obrigatoriamente que obter parecer favorável da entidade de tutela.*

*Aborda ainda, como proceder em caso dos achados arqueológicos fortuitos.”*

O Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação - 2019 (publicado pelo Aviso n.º 6826/2019), prevê um conjunto de artigos (do 106.º ao 114.º) com regras a aplicar ao Reabilitação de património edificado.

O que se tem verificado é que o Município, à semelhança do que tem acontecido por todo o país, tem vindo a consciencializar-se da importância da proteção e valorização do património no concelho.

Para além da legislação específica no âmbito da reabilitação, têm sido criados instrumentos municipais de regulação da atividade privada no setor da construção, com o objetivo de controlar de forma mais eficaz desta atividade.

Nesse seguimento, o presente relatório pretende ser mais um recurso que contribua para o conhecimento cada vez maior dos valores identitários caracterizadores deste território.

## 5.2. PLANTA DE ORDENAMENTO II – PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL

Desde o momento imediato à publicação do PDM atualmente em vigor, foram detetadas diversas incongruências/incorreções, originadas maioritariamente pela ausência de oportunidade de revisão dos documentos finais.

Para esta 2.<sup>a</sup> revisão a equipa do Gabinete do Património Cultural (GPC) procedeu a uma revisão crítica da Subsecção II – Valores Patrimoniais do RPDM e do Relatório do Património Edificado e Arqueológico (PEA), e ainda à verificação geral dos dados existentes no GPC e os efetivamente publicados na Planta de Ordenamento II – Património Cultural e Ambiental e Planta de Condicionantes I – Gerais.

Após esta verificação, foram desencadeados diversos trabalhos de verificação/atualização *in situ* das ocorrências patrimoniais. Neste seguimento, alguns dos imóveis identificados na Planta de Ordenamento II do PDM de 2015 foram suprimidos nesta 2.<sup>a</sup> revisão do PDM, por motivo de descaraterização profunda do próprio bem imóvel, estado de ruína avançado, destruição ou desaparecimento (por roubo, etc.).

Uma outra alteração nesta revisão é o alargamento do conceito de património, ainda mais amplo comparativamente ao PDM de 2015. Esta visão acompanha a tendência das cartas e normativas internacionais, que cada vez mais avaliam o “património cultural” de acordo com uma visão mais abrangente, englobando os bens com valor e interesse cultural para uma determinada população, ao invés do que acontecia num passado recente, considerando somente os edifícios de grande monumentalidade ou com elevada antiguidade. Ainda sobre o presente alargamento, apontámos como exemplo mais expressivo, o ingresso de imóveis datados do século XX, detentores de características e estéticas específicas da época, maioritariamente no centro da cidade, mas também presentes um pouco por todo o território.

## 5.3. ANÁLISE

Da análise feita, verifica-se que tem sido desenvolvido um trabalho consciente e constante (atualização, estudo e caracterização) em prol dos valores culturais.

Apesar do trabalho realizado, considera-se que ainda existem dificuldades no estudo e investigação, associadas sobretudo à dificuldade de acesso a bens do domínio privado.

Ao longo da inventariação dos bens culturais do concelho, verificou-se a existência de uma grande quantidade de edifícios devolutos, distribuídos praticamente de forma uniforme pelo concelho, com especial incidência nas antigas unidades industriais, nas casas agrícolas e edifícios de apoio à agricultura, tais como espigueiros e sequeiros, mas também

património molinológico. Estes edifícios são comuns no território e são também os que carecem mais urgentemente de intervenções de reabilitação, correndo o perigo, a curto prazo, de um desaparecimento significativo. Existe ainda a agravante de serem os menos apelativos à reabilitação, pelas grandes áreas que possuem (traduzindo-se numa oneração do valor total da obra) e pela descontinuidade ou quase extinção quanto às suas funções/usos primordiais (adensado pela quase ausência de um programa nacional de incentivo ao sector primário. Considerámos, por estes motivos, o seu estudo, conhecimento e divulgação, essencial para a sua proteção, sensibilização e promoção junto da população.

O quadro que se segue apresenta-se, de forma sumária, uma análise crítica:

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	<p><b>S</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada diversidade tipológica de bens culturais;</li> <li>• Existência de ferramentas de comunicação do património cultural únicas a nível nacional (FAMALICÃO ID);</li> <li>• Elevada capacidade de resposta a solicitações internas e externas;</li> <li>• Elevada georreferenciação (100%) e segundo diversos tipos;</li> <li>• Equipas em trabalho de campo contínuo;</li> <li>• Elevada qualidade nos registos efetuados: fotográficos; fotogramétricos, etc.</li> <li>• Normalização de documentação e de determinados processos internos;</li> <li>• Equipa multidisciplinar afetas às diversas tarefas de gestão de património cultural;</li> <li>• Elevado número de bens culturais identificados e associados a algum tipo de proteção;</li> </ul>	<p><b>W</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Défice de imóveis classificados como “Interesse Municipal”;</li> <li>• Défice de imóveis inventariados do século XIX;</li> <li>• Défice de imóveis inventariados do século XX;</li> <li>• Défice de informação sobre o interior dos imóveis;</li> <li>• Falta de um inventário exaustivo de património integrado de imóveis (revestimento de fachada, registo hagiográficos, sinos, etc.);</li> <li>• Delimitação das propriedades, principalmente dos conjuntos agrícolas (quintas), refletindo-se essa ausência na cartografia;</li> <li>• Ausência de um banco de materiais;</li> <li>• Dificuldade em realizar um estudo aprofundado de todos os imóveis que constam da Planta de Ordenamento II – património edificado e arqueológico;</li> <li>• Necessidade de abranger mais áreas disciplinares na gestão de património cultural;</li> <li>• Incapacidade de intervenção direta em imóveis em situações específicas;</li> <li>• Dificuldade em manter as metas de trabalho, provocada pelos inúmeros desvios em termos de plano de atividades.</li> </ul>

**FATORES  
EXTERNOS**

O

- Crescente interesse na reabilitação;
- Incremento nos apoios/incentivos nas políticas de reabilitação;
- Reconhecimento externo do trabalho desenvolvido pelo município neste domínio;
- Elevada curiosidade sobre a história dos imóveis, técnicas e materiais;
- Existência de património moderno com grande expressão;
- Existência de património associado aos cursos de água;
- Património industrial muito rico;
- Património rural muito presente, de diferentes tipos.

T

- Dificuldade na celeridade dos processos de classificação dependentes da tutela;
- Dificuldade na articulação entre o GPC e GU/SREE;
- Dificuldade na articulação entre o GPC e outras divisões/departamentos municipais (D.O.M.; Freguesias; Fiscalização; etc.).
- Dificuldade ou impossibilidade no acesso alguns dos bens imóveis.



## 6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O presente relatório de caracterização e diagnóstico dos Bens Culturais existentes na área administrativa do concelho de Vila Nova de Famalicão, permite expor de uma forma mais objetiva e esclarecedora, a abrangência deste tema e a sua relevância na diferenciação deste território, como uma força de expressão cultural que nos identifica.

Embora o atual concelho de Vila Nova de Famalicão tenha surgido durante as reformas administrativas das primeiras décadas do século XIX, este território tem uma ocupação humana de mais de 6 mil anos, facto que justifica o elevado número de bens culturais propostos para inclusão na Planta de Ordenamento II - Património Cultural e Ambiental, anexa à 2ª revisão do PDM. O método escolhido de caracterização destes bens culturais - separação por tipologias - demonstra a sua riqueza e diversidade, dando ainda uma visão geral do tipo de bens culturais mais comuns no neste território, e logo, que melhor o caracterizam e definem a sua identidade.

Importante também referir que os bens culturais inseridos na Planta de Ordenamento II - Património Cultural e Ambiental, representam apenas uma parte dos espécimes que se encontram identificados e inventariados pelo Gabinete do Património Cultural e pelo Gabinete de Arqueologia. Outro conjunto de bens culturais referenciados no inventário diz respeito a imóveis atualmente inexistentes (por destruição ou desvio), mas que se encontram marcados na memória das comunidades. Consideramos que o seu registo é deveras importante, nomeadamente, num contexto de uma mais plena e sadia consciência da sua perda, e também como forma de que a mesma constitua uma presente ou eminente lembrança que leve a evitar opções que conduzam ao mesmo desfecho.

Este levantamento de bens culturais reflete ainda o alargamento da noção de Património Cultural, levando à identificação, inventário e sistematização da informação de um elevado número de bens culturais que não estavam incluídos no PDM anterior, como por exemplo os imóveis relacionados com a arquitetura moderna e contemporânea, património didático, expressões artísticas e evocativas, entre outros.

No entanto, mesmo sabendo que o caminho percorrido até esta segunda revisão gerou uma maior proteção dos bens culturais identitários do concelho, o percurso a seguir será o de reforçar os processos de identificação, inventariação, estudo e documentação dos bens culturais que se encontram já inseridos na referida carta, assim como outros que possam reunir um conjunto de critérios que justifiquem a sua inclusão em futuras revisões. A garantia de reforço dos diversos processos originará, certamente, políticas de salvaguarda patrimonial sólidas, fundamentadas e, conseqüentemente, mais eficazes e concretas.

Como complemento e reforço das referidas políticas, elencamos algumas recomendações que acreditamos que possam levar à concretização desses objetivos e à mitigação de algumas dificuldades sentidas pelos técnicos ligados à salvaguarda e proteção do Património Cultural.

A primeira centra-se na necessidade de um incremento da interdisciplinaridade preconizada para a caracterização de bens culturais, alcançada através do reforço de recursos humanos especializadas (como História de Arte e/ou Antropologia) nos Gabinetes do Património Cultural e de Arqueologia.

Na mesma linha, a necessidade de capacitar os atuais técnicos, através formação contínua em áreas tão diversas como: Legislação específica; Boas práticas em Reabilitação de Edifícios; Técnicas Construtivas e Materiais de Construção, entre outros.

Urge também dotar o município de uma solução técnica, que apoie concretamente as ações de reabilitação urbana, nomeadamente a constituição de um banco de materiais.

Acreditamos também que outro dos aspetos a ser melhorado deveria incidir sobre a comunicação (entre técnicos do município e técnicos do promotor da obra) das condicionantes aplicadas nos contextos dos pareceres emitidos. A este respeito seria também importante sensibilizar os promotores que, por vezes é necessário que formem equipas multidisciplinares que dependem da especificidade da intervenção. Tem-se verificado um desconhecimento geral sobre reabilitação de azulejo, por exemplo. Outra das dificuldades que urge também ultrapassar diz respeito ao acompanhamento das fases que se seguem às emissões de pareceres e suas condicionantes propostas para verificação do seu cumprimento/aplicação.

Por fim, promoção da “sensibilidade patrimonial” em serviços internos e ligados à administração pública local, de forma a tornar obrigatório o colhimento de parecer (nos casos assinalados, nomeadamente intervenções diretas nos bens culturais ou realizados na envolvente de 50m) para intervenções atualmente dispensadas de licenciamento e que estas, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação, gozam de um regime especial de reabilitação urbana, podendo usufruir dos incentivos previstos para as áreas de reabilitação urbana (artigo 77.º-A).

# ANEXO I - FICHAS DE INVENTÁRIO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO PARA PDM<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> A ficha completa de cada um dos locais poderá ser consultada em [www.famalicaooid.org](http://www.famalicaooid.org)

Nº imóvel  
GA-FS-00001

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Mamoas de Fiães

Tipo imóvel  
Mamoas



Descrição  
Pequeno montículo de terra, coberto pela vegetação rasteira, com depressão central, denunciando violação. Não se notam vestígios de esteios.

## CRONOLOGIA

### Época

Neo-Calcolítico

## DESIGNAÇÕES

### Tipo designa.

### Designação

Comum

Fiães

Científica

Mamoas de Gondifelos

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\Gondifelos	Fiães	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41,41773	-8,62045
Atual\Portugal\Braga\Barcelos\Negreiros	Fiães				

## PROTECÇÃO

### Proteção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor  
Municipal\2015\Planta de Ordenamento II -  
Património Edificado e Arqueológico\Planta A

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada  
pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de  
2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1011: "Mamoas de Fiães"

Revogada\Direta\Plano Diretor  
Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha  
02

Plano Diretor Municipal aprovado por  
Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,  
de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código MA (Mamoas): "1 Mamoas - Gondifelos"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

**Nº imóvel**

GA-FS-00002

**Unidade Cultural**

Gabinete de Arqueologia

**Designação**

Castro de Penices

**Tipo imóvel**

Povoado Fortificado

**Descrição**

Pequeno povoado, assente num remate de esporão, circundado por uma muralha e reforçado, pelo lado mais vulnerável, na ligação ao esporão a SE, com três fossos e três taludes.

A ocupação dos inícios da Idade do Ferro mostrou que o sítio já era defendido por uma muralha de pedra, com cerca de 3 metros de largura, com duas faces e enchimento constituído por terra e pedras. As estruturas domésticas apontam para plantas de forma circular ou ovalada, delimitadas por buracos de poste, construídas com materiais perecíveis e pavimentos de argila.

A petrificação das estruturas domésticas inicia uma nova fase na vida deste povoado que atinge o seu maior dinamismo na viragem do milénio. São deste período três estruturas pertencentes a um núcleo familiar delimitado pela muralha e por um muro, e que era constituído por uma casa com vestíbulo, que se sobrepôs a outra estrutura pétreo de planta circular, e dois anexos de planta circular, um deles com diâmetro mais reduzido.

O posicionamento topográfico da estação condiciona a visibilidade no ângulo Este-Oeste, mas para Norte e para Oeste a visibilidade é ótima, alcançando-se, conseqüentemente, os castros da Saia (Barcelos), Terroso (Póvoa de Varzim) e Bagunte (Vila do Conde).

**CRONOLOGIA**

Época	Data textual	Justificação
Idade do Ferro	1º Milénio a.C.	Ocupação permanente.
Idade do Ferro	1ª Metade do séc. I d.C.	Abandono.
Romana\Baixo Império	Finais do séc. IV d.C. e início do séc. V d.C.	Reocupação do espaço. O tesouro monetário encontrado no sopé do monte poderá estar relacionado com esta ocupação.

**DESIGNAÇÕES**

Tipo designa.	Designação
Comum	Penices

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\Gondifelos	Penices	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.41427	-8.60844

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta A	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1012: "Castro de Penices"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 02	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)
Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro de Penices - Gondifelos"	

## TIPOLOGIAS

Tipologia
Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00003

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Castro de S. Miguel-o-Anjo

## Tipo imóvel

Povoado Fortificado



## Descrição

Povoado com uma plataforma central, alongada no sentido Este-Oeste, e dois tabuleiros definidos por taludes, particularmente visíveis do lado voltado a Leste, que parecem não circundar a totalidade do povoado. À exceção do lado Oeste-Sudoeste, rodeiam-no fortes ou médias pendentes que lhe garantem excelentes condições naturais de defesa.

Das escavações que aí foram realizadas, nos finais do séc. XIX, pouco se sabe, pelo que a datação do povoado tem sido aferida pelas recolhas de superfície e por algumas notas bibliográficas. Os referidos achados apontam para uma datação que se situará entre o séc. I a.C. e o séc. I d.C.

## CRONOLOGIA

## Época

## Data textual

## Justificação

Idade do Ferro\3ª

Séc. I a.C. até ao séc. I d.C.

Datação efetuada com base nos vestígios recolhidos.

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

## Designação

Comum

S. Miguel-o-Anjo

Popular

Penedo da Moura

## LOCALIZAÇÕES

## Local administ.

## Topónimo

## Geo Datum

## Método

## Latitude

## Longitude

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário\Calendário

S. Miguel-o-Anjo

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
Mercator

Google  
Maps\Graus e  
minutos  
decimais  
(DMM)

41.39198

-8.53547



## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Classificação\Imóvel\Interesse Público (I.I.P.)	Decreto n.º 29/90, Diário da República (I Série), n.º 163 de 17-07-1990
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta C	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código P11 (Património Classificado - Imóveis de Interesse Público): "Castro de S. Miguel-o-Anjo (D. 29/90, de 17 de julho)"	
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta C	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1007: "Castro de S. Miguel-o-Anjo"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Planta Atualizada de Condicionantes (1.3)\Folha 06	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)
Notas: Identificado com o código P7 (Património Classificado): "Castro de S. Miguel-o-Anjo - Lugar de S. Miguel-o-Anjo - Calendário"	

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00004

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Castelo de Costoias

Tipo imóvel  
Castelo



#### Descrição

Referido na documentação medieval, poucos são os vestígios, desta fortificação, visíveis à superfície, para além de alguns panos de muralha e cerâmica. A sequência de muros sugere que o recinto medieval seria formado por três plataformas amplas, ocupando todo o cume do monte. Numa dessas plataformas encontram-se, à superfície, grandes quantidades de escória de ferro bem como, cerâmicas enquadáveis no séc. XII.

A sua estrutura e situação geográfica dominam todo o vale que se estende de Famalicão a Bougado, já no concelho de Sto. Tirso, bem como a confluência dos vales dos rios Pele e Pelhe.

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Idade Média	Séc. XII - XIII	Datação realizada com base nas referências documentais e o tipo de espólio recolhido à superfície.

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	S. Miguel-o-Anjo
Local	Costóias
Local	Custodias

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário\Calendário	S. Miguel-o-Anjo	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.39198	-8.53547

## PROTECÇÃO

### Protecção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Classificação\Imóvel\Interesse Público (I.I.P.)

Decreto n.º 29/90, Diário da República (I Série), n.º 163 de 17-07-1990

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta C

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código P11 (Património Classificado - Imóveis de Interesse Público): "Castro de S. Miguel-o-Anjo (D. 29/90, de 17 de julho)"

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta C

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1007: "Castro de S. Miguel-o-Anjo"

Revogada\Indireta\Plano Diretor Municipal\1994\Em Área Abrangida Por Perímetro de Protecção de Imóvel\Planta Atualizada de Condicionantes (1.3)\Folha 06

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código P7 (Património Classificado): "Castro de S. Miguel-o-Anjo - Lugar de S. Miguel-o-Anjo - Calendário"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

**Nº imóvel**

GA-FS-00005

**Unidade Cultural**

Gabinete de Arqueologia

**Designação**

Castro do Facho

**Tipo imóvel**

Povoado Fortificado

**Descrição**

De forma subcircular possui um recinto central, definido por um talude, ligeiramente descentrado para Sul, com uma sobre elevação correspondente a uma massa de afloramentos graníticos sobre um dos quais assenta o marco geodésico do Facho. Rodeando esta plataforma, com um maior desenvolvimento para o lado Norte, desenvolve-se um segundo recinto, definido por um novo talude, com esbatimento para Nascente, numa zona de grandes afloramentos graníticos que tornam o local praticamente inacessível. Na ligação do povoado com o esporão, a Norte, o sistema defensivo encontra-se reforçado com três fossos e três taludes que no prolongamento para Oeste alargam e criam duas pequenas plataformas, que parecem terminar numa zona de afloramentos graníticos. Dispõe de excelentes condições naturais de defesa, à exceção do seu lado Norte, e um domínio visual em três quartos do seu perímetro, particularmente, para o fértil vale do rio Pelhe, a Leste.

**CRONOLOGIA**

Época	Data textual	Justificação
Idade do Ferro	Iº milénio a.C.	O espólio de superfície integra cerâmicas com pastas micáceas, de aspeto arcaico, e raros fragmentos de tégulas.

**DESIGNAÇÕES**

	Designação
Popular	Monte de Santa Catarina
Local	Monte do Facho
Comum	Facho

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário\Calendário	Monte do Facho	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.40224	-854666
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vilarinho das Cambas	Monte do Facho				

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta C	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1007: "Castro do Facho e Povoado do Facho"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 06	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)
Notas: Identificado com o código [Trama Quadrículada] (Castros): "Castro do Facho - Monte do Facho - Calendário"	

## TIPOLOGIAS

Tipologia
Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00006

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Povoado do Facho

## Tipo imóvel

Povoado



## Descrição

Numa das deslocações periódicas ao castro do Facho, foram detetados vários fragmentos de cerâmica datáveis do Bronze Final. A maior concentração de cerâmica, deste tipo, encontra-se no extremo Este do Castro, junto aos aforamentos graníticos.

## CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Idade do Bronze	Finais do IIº milénio a.C./Inícios do Iº milénio a.C.	Recolha de fragmentos de cerâmica com paralelos em estações datáveis desse período.

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	Facho
Local	Monte do Facho
Popular	Monte de Santa Catarina

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário\Calendário	Monte do Facho	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.40224	-8.54666
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vilarinho das Cambas	Monte do Facho				

## PROTECÇÃO

### Proteção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta C

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1007: "Castro do Facho e Povoado do Facho"

Revogada\Indireta\Plano Diretor Municipal\1994\Em Área Abrangida Por Perímetro de Proteção de Imóvel\Carta do Património (3.11)\Folha 06

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro do Facho - Monte do Facho - Calendário"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00007

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Sítio Arqueológico da Quinta de Boamense

Tipo imóvel  
Vestígios de Superfície



#### Descrição

Em visita ao local detetaram-se em toda a área que compreende a denominada quinta da Boamense abundantes fragmentos de telha romana e alguns fragmentos de cerâmica comum da mesma época.

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Romana\Baixo Império	III d.C.- Séc. IV d.C.	Os fragmentos cerâmicos recolhidos são, tanto no que refere às formas, como às pastas, muito semelhantes aos da Estação Arqueológica de Perrelos. O tesouro monetário encontrado, nas imediações, também confirma a cronologia avançada.

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	Quinta da Boamense

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Esmeriz e Cabeçudos\Cabeçudos	Quinta de Boamense	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.37182	-8.50992



## PROTECÇÃO

### Protecção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor  
Municipal\2015\Planta de Ordenamento II -  
Património Edificado e Arqueológico\Planta C

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada  
pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro  
de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª  
Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1019: "Sítio Arqueológico da Quinta de Boamense"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00008

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico da Igreja Velha I

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície

## Descrição

Durante a realização do estudo de impacto para a construção do nó de Cabeçudos, na A3, foram detetados vestígios arqueológicos nomeadamente, cerâmicas tardo-romanas e medievais.

## CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Idade Média	Séc. V - IX	Tipologia dos materiais recolhidos
Romana	Séc. IV - V	Tipologia dos materiais recolhidos

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	Igreja Velha

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Esmeriz e Cabeçudos\Cabeçudos	Igreja Velha	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.37447	-8.50283

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta C	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1020: "Sítio Arqueológico da Igreja Velha I"

## TIPOLOGIAS

Tipologia
Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00009

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Castro das Eiras

Tipo imóvel  
Povoado Fortificado



#### Descrição

Povoado de grandes dimensões, de forma ovalada, tem cerca de 900 metros de eixo maior no sentido Nordeste-Sudoeste, por cerca de 600 metros de eixo menor, com orientação Noroeste-Sudeste. A área da acrópole revela alguns vestígios de escavações clandestinas, mormente remeximentos junto a zonas de entalhes mais visíveis nos inúmeros rochedos que juncam o local, entalhes estes que certamente estariam associados a estruturas.

Em toda a área se notam inúmeras estruturas à superfície, nomeadamente muralhas e taludes, que conferem ao relevo da estação um ordenamento topográfico em sequência de plataformas, certamente com a finalidade de criar condições topográficas para a implantação de estruturas habitacionais.

Em 1990 procedeu-se à escavação de um balneário castrejo, tendo sido exumado um edifício com uma "Pedra Formosa" beneficiada na parte exterior com uma associação decorativa bastante profusa e cuidada.

Em 1991 foi escavado, numa pequena plataforma voltada a Sul, adjacente à zona da acrópole, um conjunto habitacional cuja planta não foi possível definir devido ao estado de grande perturbação dos muros retos e lajeados das estruturas escavadas.

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Idade do Ferro\3ª	Séc. I a.C. - séc. III d.C.	Datação obtida pelo estudo das estruturas e materiais provenientes das escavações realizadas em 1999 e 91.

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Popular	Monte da Fonte do Rei
Popular	Fonte de Rei
Popular	Eira dos Mouros
Popular	Leira do Penedo das Estrelas
Popular	Monte Marinho
Local	Alto das Eiras
Comum	Eiras

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Pousada de Saramagos	Eiras	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.43654	-8.44381
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\Telhado	Eiras				
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Joane	Eiras				
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vermoim	Eiras				

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2.ª série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017. Página 3363
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1038: "Castro das Eiras"	
Revogada\Em Vias de Classificação	Despacho de 27 de março de 2001
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Planta Atualizada de Condicionantes (1.3)\Folha 09	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)
Notas: Identificado com o código P20 (Proposta de Classificação de Património): "Castro das Eiras - Monte das Eiras - Joane"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 09	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro das Eiras - Lugar das Eiras - Pousada de Saramagos"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

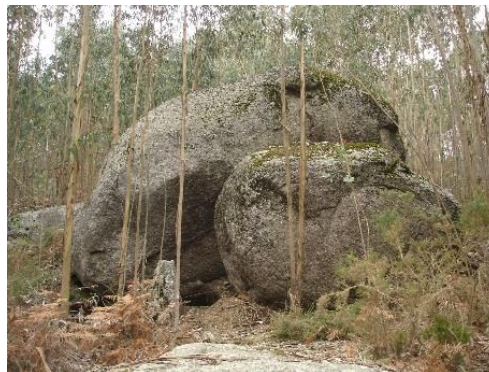
Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00010

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Bouça de Pique

Tipo imóvel  
Povoado



#### Descrição

Povoado, provavelmente de ar livre, onde foram encontrados um machado polido de quartzito e dois vasos cerâmicos inteiros, de clara associação ao grupo das cerâmicas "tipo Penha".

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Calcolítico	IIIº milénio a.C.	Materiais recolhidos (cerâmica com decoração "tipo Penha")

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Popular	Fonte de Rei
Popular	Bouça do Pique
Local	Monte do Marinho

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Pousada de Saramagos	Bouça do Pique	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.43250	-8.44265

#### PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2.ª série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017. Página 3363
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1039: "Bouça do Pique"

Revogada\Direta\Plano Diretor  
Municipal\1994\Carta do Património  
(3.11)\Folha 09

Plano Diretor Municipal aprovado por  
Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,  
de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
República n.º 215, 1.ª Série-B)

---

Notas: Identificado com o código [Trama Tracejado horizontal] (Povoados): "Povoado da  
Bouça do Pique - Fonte de Rei - Pousada de Saramagos"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00011

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Castro de Santa Tecla

Tipo imóvel  
Povoado Fortificado



#### Descrição

O castro ocupa os dois cabeços que formam o monte de Sta. Tecla, num dos quais se situa a capela dedicada a esta santa. Os limites e estruturas características desta estação estão mal definidas topograficamente. Não são visíveis estruturas defensivas que articulem as duas elevações, o que poderá apontar para dois momentos de ocupação diferenciados. A estrutura mais visível é a muralha que circunda o cabeço do Monte Castro, restando, contudo, dúvidas se não corresponderá esta muralha à época medieval. A abertura de um caminho, junto à capela, pôs a descoberto cerâmicas castrejas e fragmentos de ânfora romana.

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Idade do Ferro	Séc. II a.C. - séc. II d.C.	Materiais de superfície e de revolvimento.

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	Monte de Santa Tecla
Popular	Monte Crasto
Local	Crasto
Local	Santa Tecla

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Santa Maria (Oliveira)	Santa Tecla	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.41802	-8.40365



## PROTECÇÃO

### Proteção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor  
Municipal\2015\Planta de Ordenamento II -  
Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada  
pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de  
2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1045: "Castro de Santa Tecla e Castelo de Sabroso"

Revogada\Direta\Plano Diretor  
Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha  
10

Plano Diretor Municipal aprovado por  
Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,  
de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro de Sta Tecla - Castro  
- Oliveira de Sta Maria"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00012

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Castelo de Sabroso



## Tipo imóvel

Castelo

## Descrição

Para este castelo temos uma referência colhida no DC. 278 de 1033 que localizava a "Villa Olivaria subtus Castrum Saveroso".

No Monte Castro são visíveis alguns muros de aspeto medieval que poderão corresponder a este castelo.

## CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Idade Média	1033	Referência documental

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Popular	Monte Crasto
Local	Crasto
Local	Santa Tecla
Comum	Monte de Santa Tecla

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Santa Maria (Oliveira)	Santa Tecla	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.41802	-8.4036

## PROTECÇÃO

### Protecção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1045: "Castro de Santa Tecla e Castelo de Sabroso"

Revogada\Indireta\Plano Diretor Municipal\1994\Em Área Abrangida Por Perímetro de Protecção de Imóvel\Carta do Património (3.11)\Folha 10

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Quadrículada] (Castros): "Castro de Sta Tecla - Castro - Oliveira de Sta Maria"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00013

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico da Agrela

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície

## Descrição

Durante os trabalhos de prospeção da A7 (Póvoa - Guimarães) foram recolhidos fragmentos de tégula e cerâmica comum romana.

Neste local, o terreno foi elevado para passagem das faixas de rodagem tendo os vestígios ficado soterrados.

## CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Romana		Materiais recolhidos

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Agrela

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitud
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Santa Maria (Oliveira)	Agrela	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.40891	-8.4060

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1043: "Sítio Arqueológico de Agrela"

## TIPOLOGIAS

Tipologia
Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00014

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico da Agrinha

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície

## Descrição

Durante os trabalhos de prospeção da A7 foram recolhidos fragmentos de tegulae.

O local foi aterrado para implantação das faixas de rodagem, pelo que os vestígios ficaram soterrados. Contudo, nos terrenos contíguos também foram identificados fragmentos de telha e cerâmica tardo-romana.

## CRONOLOGIA

## Época

## Data textual

## Justificação

Romana\Baixo  
Império

Tipologia dos materiais recolhidos

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

## Designação

Local

Agrinha

## LOCALIZAÇÕES

## Local administ.

## Topónimo

## Geo Datum

## Método

## Latitude

## Longitude

Atual\Portugal\Braga\Vila  
Nova de  
Famalicão\Santa Maria  
(Oliveira)

Agrinha

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
Mercator

Google  
Maps\Graus  
e minutos  
decimais  
(DMM)

41.40844

-8.39694

## PROTECÇÃO

## Proteção

## Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor  
Municipal\2015\Planta de Ordenamento II -  
Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada  
pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de Setembro de  
2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00015

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia



Designação  
Mamoas I de Vermoim

Tipo imóvel  
Mamoas

Descrição  
"Tumulus" de terra e pedras de forma sub-elíptica, com uma grande depressão central, onde é visível um marco divisório com as letras S.C., indicativo do limite de freguesia de S. Cosme do Vale.

Os trabalhos arqueológicos aí realizados, entre 2001 e 2009, permitiram identificar uma couraça pétrea, bastante danificada, o contraforte da câmara funerária e do possível corredor de acesso.

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Neo-Calcolítico		Tipologia do espólio recolhido em escavação

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Picoto
Popular	Mar de Água

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vermoim	Mar de Água	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.43269	-8.45741
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\São Cosme (Vale)	Mar de Água				

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2.ª série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017. Página 3363
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1033: "Mamoas nº1 de Vermoim"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 09	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)
Notas: Identificado com o código MA (Mamoas): "4 Mamoas - Lugar de Picôto - Vermoim "	

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico



Nº imóvel  
GA-FS-00016

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Mamoas II de Vermoim

Tipo imóvel  
Mamoas



#### Descrição

Tumulus de terra e pedras, ligeiramente assoreado, de forma sub-elíptica, com grande depressão central onde é visível um esteio em granito e um marco divisório com as letras S.C., indicativo do limite de freguesia de S. Cosme do Vale.

#### CRONOLOGIA

Época

Neo-Calcolítico

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Picoto
Popular	Mar de Água

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vermoim	Picoto	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.43563	-8.45906
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\São Cosme (Vale)	Picoto				

## PROTECÇÃO

### Protecção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação

Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2.ª série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017. Página 3363

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1035: "Mamoas nº2 de Vermoim"

Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 09

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código MA (Mamoas): "4 Mamoas - Lugar de Picôto - Vermoim "

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00017

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Mamoas III de Vermoim

Tipo imóvel  
Mamoas



#### Descrição

De "tumulus", com forma sub circular, constituído por terra e pedras, possui uma depressão central onde ainda são visíveis dois esteios. De todas as mamoas da zona esta é a que se apresenta mais degradada tendo sido cortada a Noroeste pelo estradão que liga Santa Cristina às Eiras.

#### CRONOLOGIA

Época

Neo-Calcolítico

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Picoto
Popular	Mar de Água

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vermoim	Picoto	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.43394	-8.45679

#### PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2.ª série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017. Página 3363
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1034: "Mamoas nº3 de Vermoim"

Revogada\Direta\Plano Diretor  
Municipal\1994\Carta do Património  
(3.11)\Folha 09

Plano Diretor Municipal aprovado por  
Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,  
de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
República n.º 215, 1.ª Série-B)

---

Notas: Identificado com o código MA (Mamoas): "4 Mamoas - Lugar de Picôto - Vermoim "

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00018

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Mamoas IV de Vermoim

Tipo imóvel  
Mamoas

Descrição  
Apresenta um "tumulus", baixo, bastante assoreado, de forma sub-circular, vestígios de couraça lítica e dois esteios, um em pé e outro tombado.



#### CRONOLOGIA

Época

Neo-Calcolítico

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Picoto
Popular	Mar de Água

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vermoim	Picoto	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.43156	-8.45850

#### PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2.ª série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017. Página 3363
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1032: "Mamoas nº4 de Vermoim"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 09	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código MA (Mamoas): "4 Mamoas - Lugar de Picôto - Vermoim "

## TIPOLOGIAS

Tipologia

---

Património Arqueológico

---

**Nº imóvel**

GA-FS-00019

**Unidade Cultural**

Gabinete de Arqueologia

**Designação**

Castro de Vermoim

**Tipo imóvel**

Povoado Fortificado

**Descrição**

O sítio possui boas condições naturais de defesa, com exceção do lado Norte. O povoado possui um recinto definido por uma muralha que acompanha, grosso modo, a curva de nível dos 325m, reforçado no lado mais vulnerável, o Norte, por um conjunto de três taludes e três fossos. No interior deste recinto, ligeiramente descentrado para Norte, eleva-se a acrópole de forma ovalada, definida por um talude. A este núcleo terá sido adossado um outro recinto, alongado no sentido Nordeste-Sudoeste.

Duas construções de planta circular e um muro reto de contenção além de numeroso espólio foram exumados durante as intervenções arqueológicas efetuadas entre 1982 e 1985.

**CRONOLOGIA**

Época	Data textual	Justificação
Idade do Ferro	Séc. III a.C. - I d.C.	Tipologia do espólio recolhido em escavação

**DESIGNAÇÕES**

Tipo designa.	Designação
Popular	Castelo
Local	Monte do Marinho
Popular	Cruito
Local	Monte do Castelo

**LOCALIZAÇÕES**

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vermoim	Castelo	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos	41.43050	-8.44937

decimais  
(DMM)

Atual\Portugal\Braga\Vila  
Nova de  
Famalicão\Pousada de  
Saramagos                      Castelo

## PROTECÇÃO

### Proteção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação

Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2.ª série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017. Página 3363

Em Vigor\Direta\Plano Diretor  
Municipal\2015\Planta de Ordenamento II -  
Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1037: "Castro e Castelo de Vermoim"

Revogada\Direta\Plano Diretor  
Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha  
09

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro e Castelo de Vermoim - Vermoim"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico



Nº imóvel  
GA-FS-00020

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Castelo de Vermoim

Tipo imóvel  
Castelo



### Descrição

Bloco rochoso onde se notam estruturas escavadas na rocha. A Norte existe um entalhe no rochedo que seria uma estrutura para encaixe da porta, e a Sul e Sudoeste, alguns entalhes de alicerce. À superfície notam-se inúmeros fragmentos de telha e algumas formas cerâmicas com características medievais. Na vertente Leste, a cerca de 20 metros do topo, são visíveis restos de um muro. Não foi ainda determinado se dois taludes ou três fossos, que reforçaram a defesa na ligação do esporão, pertencem a esta época ou à ocupação da Idade do Ferro.

Ligada ao bloco rochoso no qual assenta o castelo, existe uma lenda que fala de uma moura guardiã de um tesouro que o penedo encerra.

A primeira referência a este castelo é uma breve notícia dos *Annales Portucalenses Veteres*, que relata uma incursão normanda, no ano de 1016, tendo provavelmente sido abandonado em finais do século XIV.

### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Idade Média	Séc. XI (ou anterior) - séc. XIV	A primeira referência a este castelo é uma breve notícia dos <i>Annales Portucalenses Veteres</i> , que relata uma incursão normanda, no ano de 1016.  Os materiais cerâmicos de recolha superficial também corroboram esta datação.

### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Popular	Castelo de Breberia
Popular	Cruito
Popular	Castelo
Local	Monte do Marinho
Popular	Cotoito
Local	Monte do Castelo
Popular	Caruito
Popular	Cucuruto

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vermoim	Castelo	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.43050	-8.44937
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Pousada de Saramagos	Castelo				

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2. <sup>a</sup> série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017. Página 3363
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2. <sup>a</sup> Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1037: "Castro e Castelo de Vermoim"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 09	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1. <sup>a</sup> Série-B)
Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro e Castelo de Vermoim - Vermoim"	

## TIPOLOGIAS

Tipologia
Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00021

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Povoado do Rio

## Tipo imóvel

Povoado



## Descrição

Local aberto, sem condições naturais de defesa. À superfície recolheram-se inúmeros fragmentos de cerâmica lisa e decorados por incisão enquadráveis no III milénio a.C.

## CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Calcolítico	IIIº milénio a.C.	Tipologia dos materiais recolhidos

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Popular	Pilatos
Comum	Rio

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\São Martinho (Vale)	Rio	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.43196	-8.48145

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1022: "Povoado do Rio"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 05	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)
Notas: Identificado com o código [Trama Ponteada] (Área Condicionada): "4 Áreas Condicionadas"	

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00022

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Castro da Santa Cristina

Tipo imóvel  
Povoado Fortificado



### Descrição

Apresenta uma plataforma central definida por um talude que vai de encontro no lado Noroeste a um afloramento de grandes monólitos, cuja escarpa proporciona uma defesa natural por excelência. Para Oeste existe, ainda, uma estreita plataforma limitada por uma muralha pétrea, visível nalguns dos seus troços e reforçada do lado Sul-Sudoeste com um fosso e talude. Para Leste e Este-Nordeste detetam-se, no seguimento da acrópole, mais duas plataformas, e cerca de 250 metros mais adiante um novo talude que orientando-se para Oeste parece convergir na muralha pétrea.

### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Idade do Ferro	Iº milénio a.C.	Tipologia dos materiais recolhidos

### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Crasto
Popular	Santa Cristina

### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\São Martinho (Vale)	Santa Cristina	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.43032	-8.46226
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vermoim	Santa Cristina				

### PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2.ª série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017. Página 3363

Em Vigor\Direta\Plano Diretor  
Municipal\2015\Planta de Ordenamento II -  
Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada  
pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro  
de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª  
Série)

---

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1025: "Castro de Santa Cristina"

Revogada\Direta\Plano Diretor  
Municipal\1994\Carta do Património  
(3.11)\Folha 09

Plano Diretor Municipal aprovado por  
Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,  
de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
República n.º 215, 1.ª Série-B)

---

Notas: Identificado com o código [Trama Quadrículada] (Castros): "Castro de Sta Cristina -  
Lugar de Sta Cristina - Vale S. Martinho"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00023

## Unidade Cultural

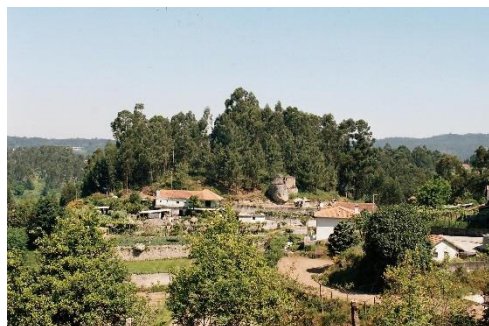
Gabinete de Arqueologia

## Designação

Castro do Cruito

## Tipo imóvel

Povoado Fortificado



## Descrição

Ocupa o topo de um morro que está rodeado por pendentes bastante pronunciadas, característica que lhe faculta excelentes condições naturais de defesa em mais de dois terços do seu perímetro. Possui um único recinto de forma subcircular, com um diâmetro de cerca de 100 metros, arredondado no topo, não sendo visíveis quaisquer estruturas defensivas ou domésticas em toda a sua área. À superfície recolhe-se cerâmica micácea de fabrico indígena.

## CRONOLOGIA

Época	Data textual
Idade do Ferro	Séc. I a.C. - I d.C.

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	Cruito

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\São Martinho (Vale)	Cruito	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.43069	-8.47125

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de Setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1024: "Castro do Cruito"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 05	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro do Cruito - Vale S. Martinho"

## TIPOLOGIAS

Tipologia

---

Património Arqueológico



## Nº imóvel

GA-FS-00024

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico de Quintela

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície

## Descrição

Durante os trabalhos de prospeção para construção da A7, entre a Devesa e Quintela, foram recolhidos fragmentos de tegulae e cerâmica comum romana.

## CRONOLOGIA

## Época

Romana

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

## Designação

Local

Quintela

## LOCALIZAÇÕES

## Local administ.

## Topónimo

## Geo Datum

## Método

## Latitude

## Longitu

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Ruivães e Novais\Ruivães

Quintela

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
Mercator

Google  
Maps\Graus e  
minutos  
decimais  
(DMM)

41.4059

-8.4169

## PROTECÇÃO

## Proteção

## Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1041: "Sítio Arqueológico de Quintela"

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta D

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1041: "Sítio Arqueológico de Quintela"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00025

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Castro das Ermidas

Tipo imóvel  
Povoado Fortificado



#### Descrição

Apresenta forma alongada no sentido Nordeste-Sudoeste, com um recinto central delimitado por uma muralha e, na ligação ao esporão, um reforço defensivo constituído por dois fossos e um talude. Para Noroeste e Sudeste notam-se algumas plataformas.

As escavações arqueológicas, realizadas entre 1983 e 1987, revelaram uma ocupação contínua entre o séc. IV a.C. e o séc. I da nossa Era. As muralhas, as diversas estruturas domésticas escavadas, bem como o abundante espólio cerâmico e metálico, atribuíveis aos finais do séc. I a.C. / inícios do séc. I d.C., revelam o grande dinamismo que o Castro das Ermidas alcançou na fase terminal da cultura castreja.

#### CRONOLOGIA

##### Época

Idade do Ferro

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	Palhares
Comum	Ermidas
Popular	Monte de Palhares
Popular	Irmidias

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitud
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei	Ermidas	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.46002	-8.52382

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Classificação\Imóvel\Interesse Público (I.I.P.)	Decreto n.º 29/90, Diário da República (I Série), n.º 163 de 17-07-1990
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta A	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código P10 (Património Classificado - Imóveis de Interesse Público): "Castro do Monte das Ermidas (D. 29/90, de 17 de Julho)"	
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta A	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1008: "Castro do Monte das Ermidas"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Planta Atualizada de Condicionantes (1.3)\Folha 05	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)
Notas: Identificado com o código P3 (Património Classificado): "Castro do Monte das Ermidas - Jesufrei"	

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00026

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Castelo Beati

Tipo imóvel  
Castelo



#### Descrição

No castro das Ermidas aparecem alguns troços de muralha com aspeto medieval e cerâmica alti-medievais, o que leva a crer que o castelo se localizaria neste castro. Estava certamente relacionado com o mosteiro de Lemenhe que surge no célebre Inventário dos Bens do Mosteiro de Guimarães de 1059.

Este castelo existe pelo menos desde 1059, conforme o documento VMH, 2, 348 de 1057: "villa lemeni subtus monte castro beati inter duos rivulos pelelio et alister".

#### CRONOLOGIA

##### Época

Idade Média

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	Palhares
Comum	Ermidas

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei	Ermidas	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.46002	-8.52382

## PROTECÇÃO

### Protecção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Classificação\Imóvel\Interesse Público (I.I.P.)

Decreto n.º 29/90, Diário da República (I Série), n.º 163 de 17-07-1990

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta A

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código P10 (Património Classificado - Imóveis de Interesse Público): "Castro do Monte das Ermidas (D. 29/90, de 17 de julho)"

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta A

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1008: "Castro do Monte das Ermidas"

Revogada\Indireta\Plano Diretor Municipal\1994\Em Área Abrangida Por Perímetro de Protecção de Imóvel\Planta Atualizada de Condicionantes (1.3)\Folha 05

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código P3 (Património Classificado): "Castro do Monte das Ermidas - Jesufrei"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00027

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Estação Romana do Covelo

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície



## Descrição

Durante a construção do centro paroquial foram detetadas cerâmicas romanas datáveis dos finais do século I ao III d.C.. Tudo indica que a estação, provavelmente uma villa, foi completamente destruída. Na casa do padre há uma pequena coleção de cerâmica recolhida nesta altura. Junto à igreja paroquial estão dois bancos de pedra cujos suportes são capitéis e bases de colunas romanas.

## CRONOLOGIA

## Época

Romana

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Popular	Bouça Alta
Local	Covelo
Comum	Bacelo

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Castelões	Covêlo	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.41170	-8.43015

## PROTECÇÃO

### Proteção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 2295: "Estação Romana do Còvelo"

Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 10

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Ponteada] (Área Condicionada): "2 Áreas Condicionadas"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico



Nº imóvel  
GA-FS-00028

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Castelo da Esquinheira

Tipo imóvel  
Castelo

Descrição  
Para este castelo temos uma só referência num documento datado de 1180.

## CRONOLOGIA

Época

---

Idade Média

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.

Designação

---

Comum

Esquinheira

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.

Topónimo

---

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de  
Famalicão\União das freguesias de  
Esmeriz e Cabeçudos\Esmeriz

Monte da Esquinheira

## PROTECÇÃO

Proteção

---

Em Vigor\Sem Protecção

## TIPOLOGIAS

Tipologia

---

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00029

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Castro de S. Mamede (ou Monte Redondo)

## Tipo imóvel

Povoado Fortificado



## Descrição

Povoado com boas condições de defesa naturais que lhe advêm das suas abruptas vertentes. Constituído por três linhas de muralha defensiva e a Sul são visíveis dois taludes e dois fossos que reforçam o povoado na sua zona mais vulnerável. As escavações efetuadas entre 1899 e 1900 revelaram estruturas domésticas de planta circular e quadradas e arruamentos.

## CRONOLOGIA

## Época

Idade do Ferro

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	S. Mamede
Local	Monte Redondo
Local	Monte Cossourado

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela	S. Mamede	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.47322	-8.44209
Atual\Portugal\Braga\Braga\Guisande	S. Mamede				
Atual\Portugal\Braga\Braga\Escudeiros	S. Mamede				

## PROTECÇÃO

### Proteção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Classificação\Monumento\Nacional (M.N.)	Decreto 16-06-1910, Diário do Governo (I Série), n.º 136 de 23-06-1910
---	--

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
--	---

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1009: "Castro de Monte Redondo ou de S. Mamede"

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
---	---

Notas: Identificado com o código P5 (Património Classificado - Monumentos Nacionais): "Castro de Monte Redondo/S. Mamede (DG. 136, de 23 de junho de 1910)"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00030

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico de Lamela

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície



## Descrição

Pequena elevação, com um talude bastante pronunciado do lado Sudoeste. A Nordeste não são visíveis estruturas defensivas, sendo facilitado o seu acesso. O topo encontra-se muito erodido, sendo visíveis, à superfície, diversos materiais, nomeadamente cerâmicas micáceas.

Em 2019 foram realizadas 3 áreas de sondagem para implantação de antena de telecomunicações, a Noroeste, não tendo aí sido detetados vestígios arqueológicos.

## CRONOLOGIA

Época	Data textual
Idade do Ferro	Séc. I a.C. - II d.C.

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	Lamela

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\São Martinho (Vale)	Lamela	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.43491	-8.47887

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1023: "Sítio Arqueológico de Lamela"

## TIPOLOGIAS

Tipologia
Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00031

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Santo Antoninho

Tipo imóvel  
Atalaia



#### Descrição

Estação implantada num pequeno esporão. No topo do monte afloram blocos graníticos. Ao redor deste afloramento nota-se uma plataforma concêntrica com cerca de 15 metros de raio cujo declive se acentua a Nordeste. Nesta direção, a cerca de 20 metros do fim da plataforma temos um talude que defende a zona menos íngreme do esporão.

Elementos mais diagnósticos sobre este imóvel só poderão ser obtidos por escavação ou pequena sondagem.

A cronologia e classificação tipológica/cultural desta estação arqueológica é, por agora, incerta. Um rápido rastreio de material de superfície revelou a existência de cerâmicas ligeiramente micáceas, do tipo bronze final - castrejo antigo, bem como ímbrices. Estes últimos poderão estar relacionados quer com a eventual existência de uma fortificação medieval, do tipo atalaia, quer com qualquer estrutura de carácter religioso, de resto referida em lendas locais. Em todo o caso, não deixa de ser significativo o carácter defensivo da topografia do local.

#### CRONOLOGIA

##### Época

Idade Média

Idade do Ferro

Idade do Bronze

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.

Designação

Comum

Santo Antoninho

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.

Topónimo

Geo Datum

Método

Latitude

Longitude

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\São Cosme (Vale)

Santo Antoninho

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
Mercator

Google  
Maps\Graus  
e minutos  
decimais  
(DMM)

41.46114

-8.47398

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Arnoso

Santo Antoninho

(Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures\Sezures

## PROTECÇÃO

### Proteção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1029: "Santo Antoninho"

Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 05

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Quadrículada] (Castros): "Sto Antoninho - Monte de Sto Antoninho - Sezures"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00032

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Castro da Bóca: Bóca I

Tipo imóvel  
Povoado Fortificado



#### Descrição

Povoado de pequenas dimensões que assenta numa elevação pouco destacada na meia encosta do relevo. De forma subcircular possui duas plataformas circundadas por muralhas, com um fosso na ligação ao esporão. A sua posição topográfica, em zona de ladeira, condiciona o domínio visual sobre o espaço envolvente, podendo-se considerar excelente apenas de Este para Sudoeste. As condições naturais de defesa do sítio são boas, excetuando o lado de ligação ao esporão considerado de grande vulnerabilidade.

#### CRONOLOGIA

##### Época

Idade do Ferro

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Bóca

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\São Cosme (Vale)	Castro da Bóca	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.45526	-8.47491

#### PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1027: "Castro da Bóca: Bóca I"	
Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 05	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,

de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
República n.º 215, 1.ª Série-B)

---

Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro da Bóca - Bóca -  
Vale S. Cosmé"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico



Nº imóvel  
GA-FS-00033

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Outeiro do Castro: Bóca II

Tipo imóvel  
Povoado Fortificado



#### Descrição

O Outeiro do Castro é um pequeno povoado que se caracteriza por possuir um topo aplanado, formando uma plataforma central, a partir da qual se desenvolvem, a Oeste, duas plataformas de menor dimensão. O sistema defensivo, ainda visível a Noroeste, é composto por uma linha de muralha, protegida por um fosso e um talude.

Os trabalhos arqueológicos aí realizados, entre 2004 e 2014, permitiram pôr a descoberto vários níveis de ocupação que cronologicamente se enquadram entre o séc. III a.C. e o séc. I d.C. Aos níveis mais antigos correspondem estruturas de habitat construídas com materiais perecíveis (cabanas redondas feitas com madeira e saibro), aos níveis mais recentes correspondem estruturas em pedra (cabanas circulares feitas com granito local).

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual
Idade do Ferro	Séc. III a.C. - I d.C.

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Popular	Outeiro do Castro

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\São Cosme (Vale)	Outeiro do Castro	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.45540	-8.47741

#### PROTECÇÃO

Protecção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1028: "Outeiro do Castro: Bóca II"

Revogada\Direta\Plano Diretor  
Municipal\1994\Carta do Património  
(3.11)\Folha 05

Plano Diretor Municipal aprovado por  
Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,  
de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
República n.º 215, 1.ª Série-B)

---

Notas: Identificado com o código [Trama Ponteadá] (Área Condicionada): "4 Áreas  
Condicionadas"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00034

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Estação Romana de Perrelos

Tipo imóvel  
Vicus



#### Descrição

Conjunto de plataformas localizadas no sopé do monte de S. Miguel, vertente sudeste, onde, graças a intervenções arqueológicas realizadas entre 1997 e 2005, se descobriram vestígios que sugerem a existência, no local, de um aglomerado habitacional do tipo *Vicus*. Deste aglomerado habitacional faria parte um conjunto de estruturas de planta retangular, das quais se destaca um edifício com hipocausto que terá servido como termas, na sua fase mais antiga, e como ferraria na última fase de ocupação, por volta do séc. IV/V d.C.

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual
Romana	Séc. III - IV d.C.
	Séc. V- VI d.C.

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Paraíso
Comum	Perrelos

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Delães	Paraíso	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.39759	-8.42199

#### PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Classificação\Sítio\Interesse Público (S.I.P.)	Portaria n.º 423/2013, Diário da República (II Série), n.º 122, de 27-08-2013
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta D	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código P14 (Património Classificado - Sítio de Interesse Público): "Estação Arqueológica de S. João de Perrelos (Portaria n.º 423/2013, DR, 2.ª série, n.º 122, de 27 de agosto)"

---

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta D

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

---

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1010: "Estação Arqueológica de São João de Perrelos"

---

Revogada\Indireta\Plano Diretor Municipal\1994\Em Área Abrangida Por Perímetro de Proteção de Imóvel\Carta do Património (3.11)\Folha 10

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

---

Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro de S. Miguel-o-Anjo - Monte S. Miguel - Ruivães"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

N.º imóvel  
GA-FS-00035

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Necrópole de Perrelos

Tipo imóvel  
Necrópole

#### Descrição

Defronte de uma pequena capela em ruínas, dedicada a S. João, identificou-se, a quando da elaboração da carta arqueológica, um sarcófago em granito, enterrado e quase completamente coberto pela vegetação.

Escavações de emergência realizadas entre 1994 e 1997 permitiram descobrir 59 sepulturas escavadas na rocha e cobertas por lajes, algumas de forma antropomórfica, associadas a um pequeno templo de estilo românico.



#### CRONOLOGIA

Época	Data textual
Idade Média	Séc. IX - XIII d.C.

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Comum	Perrelos

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Delães	Perrelos	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.39742	-8.42082

#### PROTECÇÃO

Protecção	Justificação
Em Vigor\Direta\Classificação\Sítio\Interesse Público (S.I.P.)	Portaria n.º 423/2013, Diário da República (II Série), n.º 122, de 27-08-2013
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta D	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código P14 (Património Classificado - Sítio de Interesse Público): "Estação Arqueológica de S. João de Perrelos (Portaria n.º 423/2013, DR, 2.ª série, n.º 122, de 27 de agosto)"

Em Vigor\Direta\Plano Diretor  
Municipal\2015\Planta de Ordenamento II -  
Património Edificado e Arqueológico\Planta D

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada  
pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro  
de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª  
Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1010: "Estação Arqueológica de São João de  
Perrelos"

Revogada\Indireta\Plano Diretor  
Municipal\1994\Em Área Abrangida Por  
Perímetro de Proteção de Imóvel\Carta do  
Património (3.11)\Folha 10

Plano Diretor Municipal aprovado por  
Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,  
de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro de S. Miguel-o-Anjo  
- Monte S. Miguel - Ruivães"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00036

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Castro de São Miguel

## Tipo imóvel

Povoado Fortificado



## Descrição

A exploração de pedreiras no monte de S. Miguel alterou profundamente o local, tendo provocado destruições significativas no povoado, especialmente na zona da acrópole. Do lado voltado a Noroeste, onde parece estarem melhor conservadas as estruturas, são visíveis quatro linhas de taludes, que delimitariam as suas muralhas.

O local dispõe de boas condições naturais de defesa que lhe advêm das suas pendentes, particularmente abruptas do lado Oeste, possui um domínio visual total sobre o território circundante.

## CRONOLOGIA

Época	Data textual
Idade do Ferro	Séc. I a.C. - II d.C.

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	S. Miguel
Popular	Monte de S. Miguel-o-Anjo
Popular	Monte de S. Miguel

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Delães	S. Miguel	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.39891	-8.42618
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Ruivães e Novais\Novais	S. Miguel				
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\São Mateus (Oliveira)	S. Miguel				

## PROTECÇÃO

### Protecção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Classificação\Sítio\Interesse Público (S.I.P.)

Portaria n.º 423/2013, Diário da República (II Série), n.º 122, de 27-08-2013

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta D

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código P14 (Património Classificado - Sítio de Interesse Público): "Estação Arqueológica de S. João de Perrelos (Portaria n.º 423/2013, DR, 2.ª série, n.º 122, de 27 de agosto)"

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta D

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1010: "Estação Arqueológica de São João de Perrelos"

Revogada\Indireta\Plano Diretor Municipal\1994\Em Área Abrangida Por Perímetro de Protecção de Imóvel\Carta do Património (3.11)\Folha 10

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro de S. Miguel-o-Anjo - Monte S. Miguel - Ruivães"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico



Nº imóvel  
GA-FS-00037

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Castelo de S. Miguel

Tipo imóvel  
Castelo



#### Descrição

Para este castelo temos uma referência no documento da fundação da igreja de Soalhães, Liber Fidei I, doc. 137 de 1085.

As estruturas deste castelo não estão ainda definidas, pois esta estação coincide com o castro de S. Miguel.

#### CRONOLOGIA

##### Época

Idade Média

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	S. Miguel
Popular	Monte de S. Miguel
Popular	Monte de S. Miguel-o-Anjo

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Delães	S. Miguel	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.39891	-8.42618
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Ruivães e Novais\Novais	S. Miguel				
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\São Mateus (Oliveira)	S. Miguel				

## PROTECÇÃO

### Protecção

### Justificação

Em Vigor\Direta\Classificação\Sítio\Interesse Público (S.I.P.)	Portaria n.º 423/2013, Diário da República (II Série), n.º 122, de 27-08-2013
--	---

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta D	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
---	---

Notas: Identificado com o código P14 (Património Classificado - Sítio de Interesse Público): "Estação Arqueológica de S. João de Perrelos (Portaria n.º 423/2013, DR, 2.ª série, n.º 122, de 27 de agosto)"

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta D	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
--	---

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1010: "Estação Arqueológica de São João de Perrelos"

Revogada\Indireta\Plano Diretor Municipal\1994\Em Área Abrangida Por Perímetro de Protecção de Imóvel\Carta do Património (3.11)\Folha 10	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)
---	---

Notas: Identificado com o código [Trama Quadriculada] (Castros): "Castro de S. Miguel-o-Anjo - Monte S. Miguel - Ruivães"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00038

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Necrópole da Quinta da Bouça



## Tipo imóvel

Necrópole

## Descrição

Segundo José Fortes (1905) terá aparecido no lugar da Quinta da Bouça uma sepultura de inumação da qual se recolheram um bracelete de ouro (atualmente no MNA) e quatro vasos cerâmicos.

## CRONOLOGIA

## Época

Idade do Bronze Final

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

Comum

## Designação

Quinta da Bouça

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Bairro	Quinta da Bouça	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.37542	-8.42950

## PROTEÇÃO

## Proteção

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta D

## Justificação

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1042: "Necrópole da Quinta da Bouça"

## TIPOLOGIAS

## Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00039

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico da Igreja Velha II

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície



## Descrição

No sítio da Igreja Velha, junto a um pequeno aglomerado habitacional, foram detetados fragmentos de cerâmica tardorromana e medieval, bem como um sarcófago antropomórfico que sugerem que o pequeno aglomerado terá ocupação mais antiga.

## CRONOLOGIA

## Época

Idade Média

Romana\Baixo

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

## Designação

Local

Igreja Velha

## LOCALIZAÇÕES

## Local administ.

## Topónimo

## Geo Datum

## Método

## Latitude

## Longitude

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\Gondifelos

Igreja Velha ou Romãe

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
Mercator

Google  
Maps\Graus  
e minutos  
e decimais  
(DMM)

41.41652

-8.60897

## PROTECÇÃO

## Protecção

## Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta A

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1013: "Sítio Arqueológico da Igreja Velha II"

## TIPOLOGIAS

## Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00040

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico de Fiança

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície



## Descrição

Num dos terrenos da Quinta da Fiança, junto à casa, foram detetados fragmentos de cerâmica e telha que sugerem a existência de um sítio arqueológico.

## CRONOLOGIA

## Época

Romana

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

## Designação

Local

Fiança

## LOCALIZAÇÕES

## Local administ.

## Topónimo

## Geo Datum

## Método

## Latitude

## Longitude

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\Gondifelos

Fiança

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
Mercator

Google  
Maps\Graus  
e minutos  
decimais  
(DMM)

41.42811

-8.58548

## PROTECÇÃO

## Proteção

## Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta A

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1016: "Sítio Arqueológico de Fiança"

## TIPOLOGIAS

## Tipologia

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00041

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Sítio Arqueológico de Lobeira

Tipo imóvel  
Vestígios de Superfície



#### Descrição

No lugar de Lobeira, sensivelmente a Oeste de um aglomerado habitacional, foram encontradas cerâmicas micáceas e romanas que poderão indicar a existência de uma ocupação antiga.

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Idade do Ferro\3ª		Datação efetuada com base nos vestígios recolhidos.
Romana\Baixo		Datação efetuada com base nos vestígios recolhidos.

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Lobeira

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\Gondifelos	Lobeira	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.42834	-8.60262

#### PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta A	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1014: "Sítio Arqueológico de Lobeira"

#### TIPOLOGIAS

Tipologia
Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00042

## Unidade Cultural

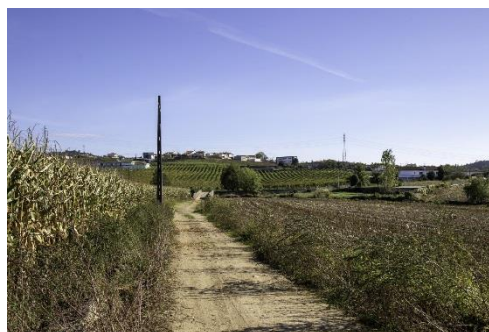
Gabinete de Arqueologia

## Designação

Estação Romana da Quinta da Devesa

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície



## Descrição

Num dos terrenos da Quinta da Devesa, junto à casa, foram detetados fragmentos de cerâmica romana que sugerem a provável existência de um sítio arqueológico do período romano.

## CRONOLOGIA

## Época

Romana

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

Comum

## Designação

Quinta da Devesa

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\Cavalões	Quinta da Devesa	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.42101	-8.56921

## PROTECÇÃO

## Proteção

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta A

## Justificação

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1017: "Estação Romana da Quinta da Devesa"

## TIPOLOGIAS

## Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00043

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico de Eirados

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície



## Descrição

A Norte de um aglomerado habitacional, do lugar de Eirados, foram encontrados, num campo de cultivo, cerâmicas de aspeto romano que indiciam a existência de um sítio arqueológico.

## CRONOLOGIA

## Época

Romana

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

## Designação

Local

Eirados

## LOCALIZAÇÕES

## Local administ.

## Topónimo

## Geo Datum

## Método

## Latitude

## Longitude

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\Gondifelos

Eirados

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
Mercator

Google  
Maps\Graus  
e minutos  
e decimais  
(DMM)

41.42691

-8.59275

## PROTECÇÃO

## Proteção

## Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta A

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1015: "Sítio Arqueológico de Eirados"

## TIPOLOGIAS

## Tipologia

Património Arqueológico



**Nº imóvel**

GA-FS-00044

**Unidade Cultural**

Gabinete de Arqueologia

**Designação**

Penedo da Moura

**Tipo imóvel**

Atalaia

**Descrição**

O sítio apresenta ótimas condições de defesa e visibilidade à exceção do lado Sudoeste que fica encoberto pelo Castro de Santa Tecla,

O afloramento rochoso denominado Penedo da Moura foi parcialmente cortado para a implantação de uma empresa de transformação de granito, sendo ainda, visíveis vários entalhes. Alguns são aparentemente causados pela erosão das chuvas outros, foram provocados pela tentativa de corte do afloramento sendo visíveis os entalhes para colocação de cunhas; na parte mais elevada destaca-se um entalhe que parece circundar toda a laje superior e que parece pertencer aos alicerces de uma estrutura.

A toda a volta do penedo parece ter existido um muro de contenção ou muralha que atualmente é mais evidente a Sudeste, embora já muito derrubado. Também a Sudeste, é visível um pequeno talude perto do caminho de acesso. Na encosta NE passa um caminho carreteiro com vestígios de lajeado.

As áreas de derrube fornecem bastante material arqueológico.

Pelo tipo de assentamento e pelos vestígios encontrados parece tratar-se de um posto de vigia provavelmente associado ao Castelo Sabroso.

**CRONOLOGIA****Época**

Idade Média

**DESIGNAÇÕES****Tipo designa.****Designação**

Local

Monte Crasto

Local

Portela

Comum

Penedo da Moura

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Mogege	Portela	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.42049	-8.40677

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1046: "Penedo da Moura"

## TIPOLOGIAS

Tipologia
Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00045

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Atalaia de Telhado

## Tipo imóvel

Atalaia

## Descrição

Pequena elevação rodeada por um talude, a Nor-Noroeste do castelo de Vermoim. O seu posicionamento, com domínio visual sobre o vale do rio Pelhe, poderá estar ligado com o controlo de uma área menos beneficiada de condições naturais de defesa por parte do castelo de Vermoim.

## CRONOLOGIA

## Época

Idade Média

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

## Designação

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitu
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\Telhado		[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.43596	-8.4523
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Vermoim					

## PROTECÇÃO

## Proteção

## Justificação

Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2.ª série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017. Página 3363
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1036: "Atalaia de Telhado"

---

Revogada\Direta\Plano Diretor  
Municipal\1994\Carta do Património  
(3.11)\Folha 09

Plano Diretor Municipal aprovado por  
Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,  
de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
República n.º 215, 1.ª Série-B)

---

Notas: Identificado com o código [Trama Ponteada] (Área Condicionada)

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00046

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico do Paço

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície

## Descrição

Numa visita ao local foram recolhidos fragmentos de telhas e cerâmica romana e medieval.

Alguns locais referem que a lucerna nº 17.868 que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia, terá sido recolhida neste sítio e levada para S. Cosme do Vale.

## CRONOLOGIA

## Época

Romano

Medieval

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

## Designação

Local

Paço

## LOCALIZAÇÕES

## Local administ.

## Topónimo

## Geo Datum

## Método

## Latitude

## Longitude

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\Portela

Paço

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
Mercator

Google  
Maps\Graus  
e minutos  
e decimais  
(DMM)

41.456170

-8.443335

## PROTECÇÃO

## Proteção

## Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1031: "Sítio Arqueológico do Paço"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00047

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico da Igreja

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície

## Descrição

Junto à igreja de S. Martinho do Vale, foram detetadas cerâmicas romanas que associadas a uma epígrafe, existente nas imediações, poderá apontar para a existência de um sítio arqueológico relacionado com a estratégia de ocupação romana.

## CRONOLOGIA

## Época

Romano

## DESIGNAÇÕES

## Tipo designa.

## Designação

Local

Igreja

## LOCALIZAÇÕES

## Local administ.

## Topónimo

## Geo Datum

## Método

## Latitude

## Longitude

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\São Martinho (Vale)

Igreja

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
Mercator

Google  
Maps\Graus  
e minutos  
decimais  
(DMM)

41.426218

-8.480285

## PROTECÇÃO

## Proteção

## Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1026: "Sítio Arqueológico da Igreja"

## TIPOLOGIAS

## Tipologia

Património Arqueológico

**Nº imóvel**

GA-FS-00048

**Unidade Cultural**

Gabinete de Arqueologia

**Designação**

Sítio Arqueológico de Reais

**Tipo imóvel**

Vestígios de Superfície

**Descrição**

Numa das visitas realizadas à Quinta de Pindela, os proprietários indicaram um sítio, a Norte do complexo habitacional e já depois do campo de cultivo, onde supostamente apareciam umas pedras antigas. No local foi possível identificar uma pequena elevação rodeada por um muro/talude, telha, uma mó circular e cerâmica romana e medieval.

**CRONOLOGIA****Época**

Altomedieval

**DESIGNAÇÕES****Tipo designa.****Designação**

Local

Reais

**LOCALIZAÇÕES****Local administ.****Topónimo****Geo Datum****Método****Latitude****Longitude**

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Cruz

Reais

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
MercatorGoogle  
Maps\Graus  
e minutos  
e decimais  
(DMM)

41.443637

-8.506594

**PROTECÇÃO****Proteção****Justificação**

Em Vigor\Índireta\Em Área de Classificação\Monumento\Interesse Público (M.I.P.) \Zona de Protecção (Z.P.)

Portaria n.º 740-DG/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012.



Em Vigor\Indireta\Plano Diretor Municipal\Em  
Área Abrangida Por Perímetro de Proteção de  
Imóvel\Planta de Condicionantes I -  
Gerais\Planta A

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada  
pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de  
2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

---

Notas: Identificado com o código P12 (Património Classificado): "Casa Quinta e Mata de Pindela  
(Portaria n.º 740-DG/2012, 2.ª Série - n.º 248, de 24 de dezembro"

---

Em Vigor\Indireta\Plano Diretor Municipal\Em  
Área Abrangida Por Perímetro de Proteção de  
Imóvel\Planta de Ordenamento II - Património  
Edificado e Arqueológico\Planta A

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada  
pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de  
2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

---

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 170: "Casa, Capela da Senhora da Conceição,  
quinta e mata de Pindela" e código DOGU N.º 2296 " Sítio arqueológico de Reais".

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00049

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Eremitério de Santo Antoninho

Tipo imóvel  
Eremitério

Descrição  
Eremitério rupestre escavado no afloramento granítico e que foi cortado por caminho florestal. Da estrutura resta uma parede talhada no afloramento, em alteração, onde foi gravada uma cruz ladeada por dois pequenos nichos.



## CRONOLOGIA

Época

Justificação

Idade Média

Cronologia incerta possivelmente medieval.

## DESIGNAÇÕES

Tipo designa.

Designação

Local

Santo Antoninho

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.

Topónimo

Geo Datum

Método

Latitude

Longitude

Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures\Sezures

Santo Antoninho

[EPSG:3857]  
WGS 84 /  
Pseudo  
Mercator

Google  
Maps\Graus  
e minutos  
e decimais  
(DMM)

41.462340

-8.471673

## PROTECÇÃO

Proteção

Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1030: "Eremitério de Santo Antoninho"

## TIPOLOGIAS

Tipologia

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00050

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Sítio Arqueológico de Seara

Tipo imóvel  
Vestígios de Superfície



#### Descrição

Numa deslocação ao local, após um abate intensivo de vegetação, foram detetadas cerâmicas enquadráveis nos finais do calcolítico/ bronze inicial.

#### CRONOLOGIA

Época	Justificação
Calcolítico	Tipologia dos materiais recolhidos

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Seara

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Cruz	Seara	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.435474	-8.493934

#### PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta B	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1021: "Sítio Arqueológico de Seara"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

#### Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00051

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Necrópole de Palhares

Tipo imóvel  
Necrópole



#### Descrição

Fruto do acompanhamento arqueológico numa obra particular foi identificada uma necrópole romana de incineração, onde se reconhecem, até ao momento, cerca de seis sepulturas/cinzeiros. Face à sua localização e ao espólio exumado, estará certamente associada à última fase de ocupação do Castro das Ermidas, localizado nas proximidades, nos finais do Séc. I/II.

A área intervencionada não permite definir com precisão a dimensão da necrópole, embora em comparação com as congéneres, ocupará certamente uma ampla extensão.

#### CRONOLOGIA

Época	Justificação
Romana	Tipologia dos materiais exumados

#### DESIGNAÇÕES

Tipo designa.	Designação
Local	Ermidas

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei\Jesufrei	Palhares	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.456988	-8.526148

#### PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Indireta\Plano Diretor Municipal\Em Área Abrangida Por Perímetro de Protecção	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro

de Imóvel\Planta de Ordenamento II - de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª  
Património Edificado e Arqueológico\Planta A Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1008: "Castro do Monte das Ermidas"

Em Vigor\Indireta\Plano Diretor Municipal\Em Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada  
Área Abrangida Por Perímetro de Proteção pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro  
de Imóvel\Planta de Condicionantes I - de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª  
Gerais\Planta A Série)

Notas: Identificado com o código P10 (Património Classificado): "Castro do Monte das Ermidas  
(D. 29/90, de 17 de julho)"

Revogada\Direta\Plano Diretor Plano Diretor Municipal aprovado por  
Municipal\1994\Carta do Património Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,  
(3.11)\Folha 05 de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código [Trama Ponteada] (Área Condicionada): "4 Áreas  
Condicionadas"

Revogada\Indireta\Plano Diretor Plano Diretor Municipal aprovado por  
Municipal\1994\Em Área Abrangida Por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94,  
Perímetro de Proteção de Imóvel\Planta de 16 de setembro de 1994 (Diário da  
Atualizada de Condicionantes (1.3)\Folha 05 República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código P3 (Património Classificado): "Castro do Monte das Ermidas  
- Jesufrei"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00052

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Marco Miliário da Devesa

## Tipo imóvel

Marco\Marco Miliário

## Depende de

GPC.0218C; Parque; Parque da Devesa; [ID: 3105]

## Descrição

Coluna cilíndrica, em granito, com 175 cm de altura máxima e 60cm de diâmetro máximo. Muito desgastado pela ação do tempo, apresenta vestígios de tentativas de abertura, ou de reutilização como ombreira de porta ou portão, o que inutilizou parcialmente a inscrição. No campo epigráfico, sobrevivem os restos do texto honorífico que indicava o nome do imperador responsável pela construção ou reparação da via e, junto à base, as milhas percorridas desde Braga.

Embora deslocado do seu lugar original, sabe-se que o marco miliário da Devesa pertencia à via XVI, que ligava a cidade romana de Olisippo (Lisboa) a Bracara Augusta (Braga).



## CRONOLOGIA

## Época

Romana

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Antas e Abade de Vermoim\Antas	Devesa	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.408959	-8.509058

## PROTECÇÃO

## Proteção

## Justificação

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta A

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1152: "Marco Miliário da Devesa"

Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Planta Atualizada de Condicionantes (1.3)\Folha 06

Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)

Notas: Identificado com o código P4 (Património Classificado): "Marco Miliário - Quinta da Devesa - Antas"

## TIPOLOGIAS

Tipologia

---

Património Arqueológico



**Nº imóvel**

GA-FS-00053

**Unidade Cultural**

Gabinete de Arqueologia

**Designação**

Marco Miliário da Casa do Vinhal

**Tipo imóvel**

Marco\Marco Miliário

**Depende de**

GPC.4801C; Quinta; Quinta do Vinhal; [ID: 1985]

**Descrição**

Coluna cilíndrica de secção ovalada, em granito de grão fanerítico, com 1.55 m de altura máxima e 0.76 m de diâmetro máximo.

Campo epigráfico com algumas letras visíveis.

Embora deslocado do seu lugar original, julga-se que pertencia à via XVI, que ligava a cidade romana de *Olisippo* (Lisboa) a *Bracara Augusta* (Braga).

**CRONOLOGIA****Época**

Romana

**LOCALIZAÇÕES**

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário	Vinhal	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.412486	-8.52719

Notas: Em frente da capela da Casa de Vinhal.

**PROTECÇÃO****Proteção****Justificação**

Em Vigor\Indireta\Plano Diretor Municipal\Em Área Abrangida Por Perímetro de Protecção de Imóvel\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta A

Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)

Notas: Identificado com o código P8 (Património Classificado - Imóveis de Interesse Público):  
"Casa do Vinhal, capela e jardins (DL. 129/77, de 29 de setembro)"

---

Em Vigor\Indireta\Plano Diretor Municipal\Em Área Abrangida Por Perímetro de Proteção de Imóvel\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta A	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
--	--

---

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 379: "Casa do Vinhal, incluindo jardins e Capela  
de São Francisco"

---

Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Carta do Património (3.11)\Folha 06	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)
--	--

---

Notas: Identificado com o código MM (Marcos Miliários): "Marco Miliário da Casa do Vinhal -  
Lugar do Vinhal - Vila Nova de Famalicão"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00054

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Marco Miliário de Santa Catarina

Tipo imóvel  
Marco\Marco Miliário



Depende de  
GPC.0701C01; Casa\Agricultora; Casa do Souto; [ID: 245]

**Descrição**  
Coluna cilíndrica, em granito, com 2.50 m de altura máxima e 0.77m de diâmetro máximo. O campo epigráfico, ainda bem conservado, permite atribuí-lo a Caracala, mais concretamente ao ano 213. Terá sido recolhido nas imediações, junto à via XVI, e transportado nos finais do séc. XIX para sustentar a varanda da casa onde se encontra.

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Justificação
Romana	213, Dezembro	Não refere os epítetos honoríficos de Arabicu Adiabenicus, indicando, porém, o de Germani (Mantas 1996, 382).

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Esmeriz e Cabeçudos\Cabeçudos	Souto	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.364870	-8.511516

#### PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Direta\Classificação\Monumento\Nacional (M.N.)	Decreto 16-06-1910, Diário do Governo (I Série), n.º 136 de 23-06-1910

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Condicionantes I - Gerais\Planta C	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
---	---

Notas: Identificado com o código P4 (Património Classificado - Monumentos Nacionais): "Marco Miliário (DG. 136, de 23 de junho de 1910)"

Em Vigor\Direta\Plano Diretor Municipal\2015\Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico\Planta C	Revisão do Plano Diretor Municipal aprovada pelo Aviso n.º 10268/2015, de 8 de setembro de 2015 (Diário da República, n.º 175, 2.ª Série)
--	---

Notas: Identificado com o código DOGU n.º 1242: "Marco Miliário"

Revogada\Direta\Plano Diretor Municipal\1994\Planta Atualizada de Condicionantes (1.3)\Folha 07	Plano Diretor Municipal aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94, de 16 de setembro de 1994 (Diário da República n.º 215, 1.ª Série-B)
---	---

Notas: Identificado com o código P9 (Património Classificado): "Marco Miliário - Lugar de Sta Catarina - Cabeçudos"

## TIPOLOGIAS

### Tipologia

---

Património Arqueológico

**Nº imóvel**

GA-FS-00055

**Unidade Cultural**

Gabinete de Arqueologia

**Designação**

Via lajeada da Portela

**Tipo imóvel**

Estrada-Via-Caminho

**Descrição**

Troço de caminho com cerca de 300 metros de comprimento e 3,5 de largura com vestígios de pavimento antigo.

O pavimento, em granito, é formado por lajes polidas e abauladas, algumas com marcas de rodado.

O traçado, pela implantação, terá pertencido à via XVI.

**CRONOLOGIA****Época**

Romana e posterior

**LOCALIZAÇÕES**

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela\Portela		[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.467886	-8.446320

**PROTECÇÃO****Proteção****Justificação**

Em Vigor\Sem Protecção

Em Preparação\P.D.M.

**TIPOLOGIAS****Tipologia**

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00056

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Sítio Arqueológico do Sobreirinho

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície

## Descrição

Pequena elevação a noroeste do lugar do Sobreirinho e sobranceira ao lugar da Serra onde foram recolhidos, à superfície, materiais cerâmicos com pastas micáceas. Aparentemente não se vislumbram estruturas defensivas. Contudo, necessitará de uma prospeção mais aturada quando a vegetação, adensada pelo mato e eucaliptal, o permitir.

## CRONOLOGIA

Época	Justificação
Idade do Ferro\3ª	Cronologia dos materiais recolhidos

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\São Martinho (Vale)		[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.425491	-8.470233

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Sem Protecção	
Em Preparação\P.D.M.	

## TIPOLOGIAS

Tipologia
Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00057

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Penedo das Estrelas

Tipo imóvel  
Gravura



#### Descrição

Afloramento granítico aplanado onde se vislumbra um conjunto de 6 fossetes insculpidas. As covinhas, realizadas por picotagem, apresentam-se agrupadas em alinhamentos.

#### CRONOLOGIA

Época

Calcolítico

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\Pousada de Saramagos	Penedo das estrelas	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.433139	-8.446028

#### PROTECÇÃO

Proteção

Justificação

Em Vigor\Direta\Em Vias de Classificação

Anúncio n.º 17/2017. Diário da República, 2.ª série - N.º 38 - 22 de fevereiro de 2017.  
Página 3363

#### TIPOLOGIAS

Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00059

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Bouça das Moedas

## Tipo imóvel

Povoado

## Descrição

Local onde à superfície se encontram materiais de construção e cerâmicos de cronologia romana.

Durante o alargamento do caminho, com que o local confina, detetaram-se, em 2017, estruturas escavadas na rocha (tipo fossa), fragmentos de mós oblongas, cerâmicas carenadas e estampilhadas, cronologicamente enquadráveis nos finais do 2º/inícios do 1º milénio a.C. Trata-se de um contexto extremamente raro na região pelo qual qualquer intervenção no local deverá ser antecedida por uma escavação programada.



## CRONOLOGIA

Época	Parte descrita	Justificação
Idade do Ferro\1ª	Materiais recolhidos.	Recolha de cerâmica estampilhada e fragmentos de uma ânfora do tipo T-10121, com cronologia anterior aos meados do séc. VI a.C.
Idade do Bronze\Final	Materiais recolhidos.	Recolha de fragmentos de vasos cerâmicos de pastas grosseiras, com perfil carenado.
Romana\Alto Império	Materiais recolhidos	Materiais cerâmicos de construção (telha e tijolo), cerâmica comum local e regional.

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Esmeriz e Cabeçudos\Cabeçudos	Bouça das moedas	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos e decimais (DMM)	41.373601	-8.506785

## PROTECÇÃO

Proteção

Justificação

## TIPOLOGIAS

Tipologia

Património Arqueológico



Nº imóvel  
GA-FS-00060

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Mamoá II de Fiães

Tipo imóvel  
Mamoá



#### Descrição

Monumento destacado na paisagem, com "tumulus" aparentemente danificado fruto de um caminho rural (ladeado por muros de xisto) que a atravessa longitudinalmente (sentido N-S, sensivelmente). Também a densidade arbórea (composta por eucaliptos e pinheiros) e vegetal (matos) que cobre todo o monumento, tem danificado gravemente a sua estrutura. Não se reconhecem esteios visíveis à superfície, se bem que alguns dos blocos que constituem os muros poderão pertencer a ortostatos. Já não deverá possuir tampa/chapéu. É evidente uma cratera de violação. À superfície não existem sinais indiciem a existência de corredor. Não é ainda claro se se trata efetivamente de um dos monumentos citados no Tombo de Balasar (1542) ou no Tombo de Gondifelos (década de 1780).

#### CRONOLOGIA

Época	Data textual	Parte descrita	Justificação
Neolítico	IVº- IIIº milénio a.C.	Construção	Esta tipologia de monumentos apresenta, regra geral, uma cronologia que se encontra balizada no período de transição entre o neolítico final e calcolítico inicial

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\Gondifelos	Fiães	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.412723	-8.622201

#### PROTECÇÃO

##### Proteção

Em Vigor

Em Preparação\P.D.M.\Revisão 2020\Ingresso

#### TIPOLOGIAS

##### Tipologia

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00061

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Gravura rupestre/Grafito em Fiães

Tipo imóvel  
Gravura

#### Descrição

Gravura rupestre/grafito executado sobre monólito de xisto, com claras evidências de reutilização (em portão). Atualmente encontra-se integrada num muro de "pedra mole" (xisto) que ladeia o caminho. Apesar de se desconhecer a posição original da gravura, ocupa atualmente a parte superior extrema do monólito, encontrando-se interrompida/destruída pela finalização ou desagregação do bloco. O motivo gravado, gravado pela técnica da picotagem, sendo que nos arranques/arestas da base existe um pronunciado sulco/"cavinha" realizado por abrasão (rotativa), tem sido interpretado de diversas formas muito distintas. Por um lado (hipóteses A), o motivo aparenta representar uma arma tipo "alabarda" (numa posição invertida) ou "punhal", com "veio central" evidente. Por outro (hipótese B), o motivo pertence ao grupo dos designados "cruciformes" e que aparece frequentemente associado, desde tempos remotos, à proteção de espaços contra o mal (carácter apotropaico).



#### CRONOLOGIA

Época	Parte descrita	Justificação
Calcolítico	Execução	Conjetural (hipótese A): se a interpretação do motivo estiver corretamente associada a uma "alabarda" ou "punhal", a sua cronologia poderá estar relacionada com produções metalúrgicas peninsulares, atribuíveis ao último quartel do 3º milénio a.C. e à maior parte do 2º milénio (primeira Idade do Bronze). A localização da gravura, a escassos metros de um monumento megalítico (mamoá) poderá apontar para uma potencial relação com a mesma.
Idade do Bronze	Execução	Conjetural (hipótese A): se a interpretação do motivo estiver corretamente associada a uma "alabarda" ou "punhal", a sua cronologia poderá estar relacionada com produções metalúrgicas peninsulares, atribuíveis ao último quartel do 3º milénio a.C. e à maior parte do 2º milénio (primeira Idade do Bronze). A localização da gravura, a escassos metros de um monumento megalítico (mamoá) poderá apontar para uma potencial relação com a mesma.
Indeterminado	Execução	Conjetural (hipótese B): estes motivos aparecem correntemente associados a entradas em espaços (portas; portões), interpretados como cruciformes, e usados desde tempos imemoriais, com carácter apotropaico

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\Gondifelos	Fiães	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.413369	-8.622361

## PROTECÇÃO

## Proteção

Em Vigor

## TIPOLOGIAS

## Tipologia

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00062

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Montinho da Portela

Tipo imóvel  
Vestígios de Superfície



### Descrição

Pequena plataforma delimitada por afloramentos rochosos, muito próxima do Outeiro da Portela, onde se recolheram algumas cerâmicas de pasta grosseira e superfícies fortemente polidas, relacionadas com o início do 1º milénio a.C. Poderá tratar-se da mesma estação ou de uma ocupação sazonal. O espaço entre os dois sítios foi completamente revolvido pelo que não é possível estabelecer a ligação direta entre os dois locais.

### CRONOLOGIA

Época

Justificação

Idade do Bronze\Final

Característica dos materiais cerâmicos recolhidos.

### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei\Jesufrei		[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.456387	-8.496175

### PROTECÇÃO

Proteção

Em Vigor\Sem Protecção

### TIPOLOGIAS

Tipologia

Património Arqueológico

Nº imóvel  
GA-FS-00063

Unidade Cultural  
Gabinete de Arqueologia

Designação  
Outeiro da Portela

Tipo imóvel  
Vestígios de Superfície



#### Descrição

Pequeno outeiro sem condições naturais de defesa e aparentemente (tendo em conta o revolvimento do terreno) sem defesa construída, mas com bom domínio visual sobre o vale, para Norte. Poderá tratar-se de um sítio de ocupação aberta, pouco frequente na Idade do Ferro, período para que apontam as cerâmicas recolhidas à superfície.

#### CRONOLOGIA

Época	Parte descrita	Justificação
Idade do Ferro\2ª	Materiais recolhidos.	Fragmentos de cerâmica de perfil em S, muito finos, com abundante moscovite, bem calibrada.

#### LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei\Jesufrei		[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)	41.458350	-8.497289

#### PROTECÇÃO

Proteção

Em Vigor\Sem Protecção

#### TIPOLOGIAS

Tipologia

Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00064

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Zona de Potencial Arqueológico de S. Miguel-o-Anjo

## Tipo imóvel

Povoado

## Descrição

Área criada com base em testemunhos orais e dispersão de materiais de superfície indicadores de que a área classificada e de proteção, da estação, abrangem um espaço mais vasto, cujo registo importa salvaguardar. Qualquer intervenção no subsolo que implique revolvimento de terras (agricultura intensiva, abertura de valas para passagem de água, gás, saneamento, drenagens ...) deverá obrigatoriamente ter acompanhamento arqueológico.

## CRONOLOGIA

Época	Parte descrita
Idade do Ferro\3ª	Materiais recolhidos.
Romana\Alto Império	Materiais recolhidos.
Idade Média	Materiais recolhidos.

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário\Calendário		[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)		

## PROTECÇÃO

## Proteção

Em Vigor\Sem Proteção

## TIPOLOGIAS

## Tipologia

## Património Arqueológico

## Nº imóvel

GA-FS-00065

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Zona de Potencial Arqueológico das Ermidas

## Tipo imóvel

Povoado

## Descrição

Área criada com base em testemunhos orais e dispersão de materiais identificados à superfície. Visando a salvaguarda através do registo. Qualquer intervenção no subsolo que implique revolvimento de terras (agricultura intensiva, abertura de valas para passagem de água, gás, saneamento, drenagens...) deverá obrigatoriamente ter acompanhamento arqueológico.

## CRONOLOGIA

Época	Parte descrita
Idade do Ferro\3ª	Materiais recolhidos.
Romana\Alto Império	Materiais recolhidos.

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei		[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)		
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures		[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator	Google Maps\Graus e minutos decimais (DMM)		

## PROTECÇÃO

## Proteção

Em Vigor\Sem Protecção

## TIPOLOGIAS

## Tipologia

Património Arqueológico



## Nº imóvel

GA-FS-00066

## Unidade Cultural

Gabinete de Arqueologia

## Designação

Penedo da Lua

## Tipo imóvel

Vestígios de Superfície

## Descrição

Pequena elevação localizada a Noroeste do Monte do Facho correspondente ao lugar conhecido como Monte da Lua.

No seguimento de um Acompanhamento Arqueológico da Categoria C, referente ao Projeto da Central Solar Fotovoltaica de Gemunde, foi identificada uma área com vestígios arqueológicos (materiais líticos e cerâmicos) cronologicamente atribuíveis ao Calcolítico e Idade do Bronze (3 e 2º milénio a.C.).

## CRONOLOGIA

Época	Parte descrita	Justificação
Calcolítico	Materiais cerâmicos e líticos recolhidos	Decorações incisas do tipo "Penha"
Idade do Bronze	Materiais cerâmicos e líticos recolhidos	Cerâmicas com decorações da época e perfis carenados.

Notas: Materiais que nos foram apresentados pela arqueóloga responsável pelo acompanhamento - Lucínia Oliveira.

## LOCALIZAÇÕES

Local administ.	Topónimo	Geo Datum	Método	Latitude	Longitude
Atual\Portugal\Braga\Vila Nova de Famalicão\União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz\Gondifelos	Penedo da LUA	[EPSG:3857] WGS 84 / Pseudo Mercator		41.40461	-8.551179

## PROTECÇÃO

Proteção	Justificação
Em Vigor\Indireta	Vestígios arqueológicos inventariados

## TIPOLOGIAS

Tipologia	Justificação

Património Arqueológico

Área com vestígios arqueológicos identificados por prospeção e alvo de notícia técnica apresentada à DRCN.

---